

Número

do

Processo:

23000.014950/2002-97

Para uso exclusivo do MEC

NOME DA MANTENEDORA	UNIÃO
NOME DA MANTIDA	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PELOTAS – CEFET-RS

Solicita o Reconhecimento do curso:

NOME DO CURSO AUTORIZADO	CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SANEAMENTO AMBIENTAL
-------------------------------------	---

NOME DO CURSO PÓS- RECONHECIMENTO	CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SANEAMENTO AMBIENTAL
--	---

ÁREA PROFISSIONAL	MEIO AMBIENTE
------------------------------	----------------------

Cidade	UF
Pelotas	RS

Data	Versão
12/12/2003	Final

Registro do histórico dos documentos de alteração PPC

- Portaria nº 547/1999 autoriza o funcionamento **do Curso de Tecnologia Ambiental** a partir do período letivo do ano de 2000.
- Termo de aprovação nº 002/2002 aprova a proposta de criação do Curso Superior de Tecnologia Ambiental.
- Termo de homologação nº 007/2002 homologa o parecer nº 002/2002 que aprova o Curso Superior de Tecnologia Ambiental.
- Portaria nº 605/2002 aprova a implantação do Curso Superior de Tecnologia Ambiental.
- Portaria nº 382/2003 designa a coordenadora **Curso Superior de Tecnologia Ambiental – ênfase em Saneamento Ambiental**.
- Portaria nº 274/2003 designa Comissão que realizará análise sobre as solicitações de reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia Ambiental – ênfase em Saneamento Ambiental.
- Portaria nº 277/2003 designa Comissão que realizará análise sobre as solicitações de reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia Ambiental – ênfase em Saneamento Ambiental.
- Portaria nº 1041/2004 reconhece pelo prazo de três anos o Curso Superior de Tecnologia Ambiental – ênfase em Saneamento Ambiental. O curso passará a denominar-se **Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental**.
- Portaria nº 172/2004 altera a denominação do Curso Superior de Tecnologia Ambiental – ênfase em Saneamento Ambiental, para Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.
- Portaria nº 379/2004 aprova as alterações na grade curricular do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.
- Portaria nº 198/2008 aprovar *ad referendum* a oferta de 20 vagas para o turno da tarde para o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.
- Resolução nº 05/2008 aprova a Portaria nº 198/2008.
- Portaria nº 330/2009 alterar *ad referendum* a oferta de vagas para o segundo semestre de 2009, 25 vagas para o turno da noite no Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

- Portaria nº 1169/2009 aprovar *ad referendum* a inclusão da oferta de estágio não-obrigatório nos Projetos Pedagógicos do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.
 - Resolução nº 20/2009 aprovar a exclusão da disciplina de Geotecnia como pré-requisito da disciplina Disposição Final de Resíduos do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental. A exclusão das disciplinas Termodinâmica e Mecânica Aplicada como pré-requisito da disciplina Geotecnia Ambiental do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.
 - Resolução nº 002/2010 homologar o teor das portarias aprovadas *ad referendum* do Conselho Superior.
 - Portaria nº 70/2010 renova o reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.
 - Resolução nº 037/2011 aprovar a disciplina de Libras como disciplina optativa dos Cursos Superiores de graduação dos Campi do IFSul.
 - Portaria nº 286/2012 renova o reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.
 - Resolução nº 0014/2012 aprova a inclusão da disciplina de Sistema de Gestão Ambiental e Ecodesign do 4º semestre, como pré-requisito da disciplina de Avaliação de Impacto Ambiental do 5º semestre.
 - Portaria nº 03/2014 aprova a nova matriz curricular para o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Gestão Ambiental. (anexo)
 - Resolução nº 34/2014 aprova a portaria *ad referendum* 03/2014 que trata da nova matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental. (anexo)
 - Resolução nº 105/2014 aprova a nova matriz curricular e as alterações na matriz de pré-requisitos do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental. (anexo)
-
- ***O Curso inicia no ano 2000 com o nome de Curso de Tecnologia Ambiental.***
 - ***Em __/__/__ o Curso passa a chamar-se Curso Superior de Tecnologia Ambiental – ênfase em Saneamento Ambiental.***

- ***No ano de 2004 há outra mudança no nome, Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.***

SUMÁRIO

1. INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO E ENVIO DESTA SOLICITAÇÃO.	7
1.1. TRÂMITES DO MEC	7
1.2. PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO.....	9
1.3. PREENCHIMENTO DOS ANEXOS	9
1.4. LEGISLAÇÃO QUE REGE OS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA.....	10
2. DA MANTENEDORA – PESSOA FÍSICA	13
3. DA MANTENEDORA – PESSOA JURÍDICA	14
4. DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	15
4.1. IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA.....	15
4.2. DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA.....	15
4.3. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	15
4.4. CORPO DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA.....	15
4.5. HISTÓRICO DA MANTENEDORA E DA INSTITUIÇÃO MANTIDA.	17
4.6. AS ATIVIDADES PRINCIPAIS DA INSTITUIÇÃO MANTIDA.	19
4.7. ÁREAS DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA.....	22
4.8. DESCRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DO CORPO DOCENTE NAS ATIVIDADES DE DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA. 22	
4.9. TABELA RESUMO DE INFORMAÇÕES SOBRE OS CURSOS OFERECIDOS PELA INSTITUIÇÃO MANTIDA.....	24
4.10. DETALHAMENTO DOS CURSOS OFERECIDOS PELA MANTIDA.....	26
4.11. MECANISMO INSTITUCIONALIZADO PERMANENTE DE ARTICULAÇÃO COM SEGMENTOS PRODUTIVOS A QUE ESTÃO VINCULADOS OS CURSOS PARA DEFINIÇÃO DA OFERTA DE CURSOS, VAGAS E PARA ATUALIZAÇÃO CURRICULAR.....	33
4.12. DEMONSTRATIVO ECONÔMICO E FINANCEIRO	34
4.12.1. <i>Quadro resumo</i>	34
4.12.2. <i>Receitas (Diretamente arrecadadas)</i>	34
4.12.3. <i>Despesas</i>	35
5. DO CURSO	39
5.1. DADOS GERAIS DO CURSO	39
5.1.1. <i>Denominação</i>	39
5.1.2. <i>Dados do responsável pelo preenchimento do formulário</i>	39
5.1.3. <i>Dados do coordenador do curso</i>	40
5.1.4. <i>Regime de matrícula</i>	40
5.1.5. <i>Total de vagas anuais</i>	41
5.1.6. <i>Carga horária</i>	41
5.2. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR.....	41
5.2.1. <i>Justificativa da oferta do curso</i>	42
5.2.2. <i>Finalidades e objetivos do curso</i>	44
5.2.3. <i>Perfil Profissional de Conclusão</i>	45

5.2.4.	<i>Fluxograma do curso (representação gráfica do percurso de formação).....</i>	46
5.2.5.	<i>Organização curricular (disposição em módulos, disciplinas, projetos e outros.)</i>	46
5.2.6.	<i>Outros itens do projeto pedagógico.....</i>	47
5.2.7.	<i>Planilha para Avaliação da Organização e Desenvolvimento Curricular. Erro! Indicador não c</i>	
5.3.	CORPO DOCENTE.....	78
5.3.1.	<i>Plano de Carreira Docente.....</i>	78
5.3.2.	<i>Aperfeiçoamento/Qualificação/Atualização Docente do Curso</i>	78
5.3.3.	<i>Coordenadores do Curso.....</i>	86
5.3.4.	<i>Descrição do Corpo Docente.....</i>	Erro! Indicador não definido.
5.3.5.	<i>Planilha de Avaliação.....</i>	Erro! Indicador não definido.
5.4.	INFRA ESTRUTURA.....	90
5.4.1.	<i>Infra-Estrutura Física e Recursos Materiais</i>	90
5.4.2.	<i>Infra-Estrutura de Acessibilidade às Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais .</i>	91
5.4.3.	<i>Infra-Estrutura de Informática</i>	93
5.4.4.	<i>Infra-Estrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso</i>	95
5.4.5.	<i>Biblioteca</i>	99
5.4.6.	<i>Planilha de Consolidação da Avaliação da Infra-Estrutura Erro! Indicador não definido.</i>	
6.	PARECER DA ANÁLISE TÉCNICA DA COMISSÃO AVALIADORA	112
7.	PLANILHA DE AVALIAÇÃO FINAL.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
8.	PARECER FINAL DA ETAPA DE VERIFICAÇÃO.	112
9.	SUGESTÕES DA COMISSÃO AVALIADORA PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO CURSO ANALISADO.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
10.	ANEXOS.....	113

1. Instruções para o preenchimento e envio desta Solicitação.

- Esta Solicitação está dividida em três partes: Trâmites do MEC, Formulário e Anexos.
- O formulário preenchido e os Anexos devem ser encadernados conjuntamente em espiral.

1.1. Trâmites do MEC

Protocolização da Solicitação de Reconhecimento no MEC

Para protocolizar a solicitação de reconhecimento de curso superior de tecnologia, o seu representante legal da mantenedora deverá dar entrada do mesmo no Protocolo MEC/SEMTEC apresentando:

1. Requerimento assinado pelo Dirigente da Mantenedora ou seu representante legal, solicitando o reconhecimento de curso. (modelo a seguir)

REQUERIMENTO RECONHECIMENTO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA PORTARIA MINISTERIAL Nº 064/2001		<small>PARA USO DA SEMTEC/MEC</small>
Senhor Ministro da Educação,		
<p>Em atendimento ao art. 1º da Portaria Ministerial n.º 064/2001, de 12 de janeiro de 2001, a UNIÃO com sede na cidade de Brasília, mantenedora do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, representado pelo seu Diretor Geral, Prof. Edelbert Krüger, vem solicitar o reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia Ambiental Ênfase: Saneamento Ambiental.</p> <p>A Instituição proponente assume o compromisso de atender os requisitos legais e técnicos, bem como os padrões de qualidade da área para o projeto de reconhecimento do curso acima referido, nos termos do art. 2º da Portaria Ministerial n.º 064/2001. Compromete-se ainda a atender ao disposto na Portaria Ministerial n.º 1.679, de 02 de dezembro de 1999, no que se refere à infra-estrutura necessária aos portadores de necessidades especiais</p> <p>Nesta data, a Instituição requer à SEMTEC a designação de comissão para avaliar as condições de oferta existentes para a continuidade da oferta do curso.</p> <p>O presente documento é firmado pelo Dirigente da Mantenedora proponente e pelas testemunhas abaixo qualificadas.</p>		
Pelotas , 27 de setembro de 2002 .		
<hr style="width: 80%; margin: auto;"/> EDELBERT KRÜGER Diretor Geral do CEFET-RS Mantida pela União		
Testemunhas:		
<hr style="border: none; border-top: 1px solid black;"/>		
Nome:	CPF:	
<hr style="border: none; border-top: 1px solid black;"/>		
<hr style="border: none; border-top: 1px solid black;"/>		

Nome:

CPF:

2. Original da guia de recolhimento. O recolhimento deverá ser realizado através de depósito em conta-corrente no Banco do Brasil, agência nº 3602-1, conta nº 170500-8, tendo como favorecido a Secretaria da Educação Média e Tecnológica (Portaria MEC 445/2000). Indicar, no comprovante de depósito, o código da natureza da solicitação, que no caso de Reconhecimento de Curso de Nível Tecnológico da Educação Profissional deverá ser: **15001600001016-5**.
Incluir original da GUIA DE DEPÓSITO IDENTIFICADO de cada curso, nos anexos.
3. Uma cópia impressa do presente formulário, com respectivos anexos.
4. Dois disquetes contendo arquivo com a versão do formulário impresso do item anterior em formato Rich Text Format (RTF);
O nome do arquivo deve começar com a sigla ou então, de forma abreviada, com o nome da **mantenedora**. Em seguida, de forma abreviada, ou a área ou nome do curso. (ex.: UspComercio.rtf ou FaapTuriEcologico.rtf).
O arquivo com formulário pode ser obtido no endereço <http://www.mec.gov.br/semtec>.

Tramitação do Processo de Reconhecimento de CST na SEMTEC

1. O Protocolo encaminhará o processo de reconhecimento do curso para a CASTEC – Área de Supervisão e Avaliação Profissional de Educação Tecnológica.
2. A CASTEC:
 - Fará a análise preliminar do processo, observando a documentação apresentada.
 - Designará a Comissão para Avaliação da solicitação apresentada.

A designação deverá ser acordada entre o Presidente da Comissão de Especialistas da Área Profissional do Curso e a CASTEC.
Será enviado um ofício da CASTEC para a Instituição estabelecendo a data de distribuição do processo e o prazo para conclusão da análise técnica.
 - O processo será distribuído para a Comissão Avaliadora, via cópia eletrônica, a qual terá 3(três) meses para conclusão da análise técnica. (incluindo o atendimento das solicitações da Comissão pela Mantida)

Caso seja necessária a prorrogação do prazo determinado, a Instituição e/ou a Comissão Avaliadora deverá encaminhar um ofício para a CASTEC, justificando a prorrogação de tal solicitação. Caberá à CASTEC conceder ou não a prorrogação.
 - Após a conclusão dos trabalhos da Comissão Avaliadora, em caso de recomendação positiva quanto à realização da visita de verificação, o representante da instituição deverá assinar termo de compromisso solicitando a visita da mesma e encaminhá-lo à CASTEC.

A CASTEC agendará a visita de verificação através de comunicação, por meio eletrônico, aos envolvidos. Esta comunicação trará todas as instruções necessárias para a realização da visita.
 - Após o agendamento da visita, caberá ao Presidente da Comissão de Avaliação:
 - elaborar o Cronograma de Atividades;
 - divulgar o cronograma aos demais membros da comissão;
 - divulgar, por meio eletrônico, o cronograma à instituição mantenedora e mantida responsáveis pelo projeto.

- Concluída a verificação “in loco”, a Comissão Avaliadora terá 30 dias para elaborar o relatório conclusivo e enviar à CASTEC.
- Após receber o relatório final da Comissão Avaliadora, a CASTEC preparará relatório final à SEMTEC, com a recomendação de reconhecimento do curso ou não.
- Em caso de indeferimento do pleito, será expedido uma notificação à Instituição interessada sobre o não reconhecimento do curso, bem como as possíveis sanções previstas nos termos do Decreto Presidencial 3860/2001.

Recebida a notificação, a Instituição interessada poderá apresentar recurso à SEMTEC, observado o prazo de (30)trinta dias contados da expedição da notificação.
Na apreciação do recurso anterior, a SEMTEC poderá solicitar a manifestação do CNE sobre a matéria.

- No caso de decisão final favorável, a SEMTEC encaminhará minuta de portaria de reconhecimento do curso ao Senhor Ministro de Estado da Educação.

Após a publicação do despacho e da portaria ministerial de reconhecimento do curso, a Instituição deverá dirigir-se à CASTEC para receber cópia da portaria em questão e do projeto final do curso, juntamente com o relatório da CASTEC e o relatório da Comissão Avaliadora.

A SEMTEC informará a instituição mantida sobre o encerramento do processo e providências finais.

1.2. Preenchimento do Formulário

- Todas as páginas devem ser numeradas seqüencialmente.
- A formatação deste formulário não pode ser alterada. As poucas exceções estão observadas no próprio tópico.
- Existem dois tipos de espaços para preenchimento:
 - Espaço com linha tracejada é para uso exclusivo do MEC. Para uma maior clareza, alguns espaços contam ainda com a legenda “Exclusivo do MEC”, portanto, não devem ser preenchidos pela instituição;
 - Espaço com linha cheia é para uso da instituição de ensino.
- Utilizar tamanho de página A4, parágrafo com espaço simples e fonte Arial 12.
- Não deve haver prejuízo de informações por limitação dos espaços reservados à instituição, porém, seja claro, objetivo e conciso na exposição.
- Determinados quadros possuem indicativos de limitação quanto ao número de linhas/páginas.
- No caso de renovação de reconhecimento, as informações do curso reconhecido deverão ser registradas nos campos destinados ao *Curso Autorizado*.

1.3. Preenchimento dos Anexos

- Todas as páginas devem ser numeradas seqüencialmente, sendo que devem ser uma continuação da numeração deste formulário. As páginas de documentos ou cópias de documentos podem ser numeradas à mão.
- Todos os documentos e/ou cópias solicitados devem ser colocados nos anexos e devem seguir a ordem do índice.

1.4. Legislação que Rege os Cursos Superiores de Tecnologia

Constituição Federal

- Lei Federal No 9.131 de 24/11/1995** - Arts. 3º e 4º dispõem sobre as avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior a serem realizadas pelo MEC (avaliação de condições de oferta e exame nacional de cursos (provão)).
- Lei Federal Nº 9.394 de 20/12/1996** - Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei Federal No 9.795 de 27/04/1999** - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Lei Federal Nº. 10.098 de 19/12/2000** - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Dec. Federal Nº 2.208 de 17/04/1997** - Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Dec. Federal Nº 3.860 de 09/07/2001** - Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.
- Dec. MEC Nº 3.864 de 11/07/2001** - Acresce dispositivo ao Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições.
- Port. MEC Nº 1670-A de 30/11/1994** - Dispõe sobre alterações de disciplinas que compõem os currículos plenos de estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares.
- Port. MEC Nº 971 de 22/08/1997** - Define os procedimentos para o cumprimento do disposto no art. 18, do Decreto nº 2.306 de 19 de agosto de 1997.
- Port. MEC Nº 1.120 de 16/07/1999** - Define mecanismos de supervisão das condições de acesso aos cursos de graduação do sistema federal de ensino.
- Port. MEC/SESU Nº 1.449 de 23/09/1999** - Regulamenta o art. 19 da Portaria Ministerial nº 1.120, de 16 de julho de 1999.
- Port. MEC Nº 1.647 de 25/11/1999** - Dispõe sobre o credenciamento de centros de educação tecnológica e a autorização de cursos de nível tecnológico da educação profissional (considerando-se o disposto na Lei Nº. 9.131/95, na Lei Nº 9.394/96, e no Decreto Nº 2.406/97).
- Port. MEC Nº 1.679 de 02/12/1999** - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de credenciamento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- Port. MEC/SEMTEC Nº 27 de 02/03/ 2000** - Fixa os períodos de março a junho e de agosto a novembro para realização da análise técnica e meritórias dos processos de reconhecimento de cursos de nível tecnológico da educação profissional.
- Port. MEC/SEMTEC Nº 28 de 02/03/2000** - Fixa o período de fevereiro a março para realização técnica e meritória dos processos de credenciamento de centros de educação tecnológica e/ou autorização de novos cursos de nível tecnológico da educação profissional.
- Port. MEC Nº 445 de 31/03/2000** - Dispõe sobre o recolhimento de taxa para solicitações de credenciamento ou credenciamento como Centro de Educação Tecnológica ou a autorização ou reconhecimento de cursos de nível superior, como sobre as despesas em decorrência das visitas de verificação.

- Port. MEC Nº 1.222 de 20/06/2001** - Os cursos superiores de tecnologia, supervisionados pela SEMTEC, estão excluídos da suspensão constante do art. 1º da Portaria nº 1.098/2001.
- Port. MEC Nº 1.465 de 12/07/2001** - Estabelece critérios e procedimentos para o processo de credenciamento de instituições de educação superior do sistema federal de ensino.
- Port. MEC Nº 1.466 de 12/07/2001** - Estabelece procedimentos de autorização de cursos fora de sede por universidades.
- Port. MEC Nº 1945 de 29/08/2001** - Estabelece prazos para a solicitação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.
- Res. CNE/CES Nº 02 de 07/04/1998** - Estabelece indicadores para comprovar a produção intelectual institucionalizada, para fins de credenciamento, nos termos do Art. 52, inciso I, da Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.
- Res. CNE/CES Nº 03 de 20/07/1998** - Dispõe sobre a alteração de turnos de funcionamento de cursos das instituições de educação superior não – universitárias.
- Parecer CNE/CES Nº 436 de 02/04/2001** - Disciplina sobre os Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de tecnólogos. Homologado em 5 de abril de 2001 e publicado em 6 de abril de 2001 no Diário Oficial.
- Parecer CNE/CEB Nº 17 de 03/12/1997** - Estabelece as diretrizes operacionais para educação profissional em nível nacional.
- Parecer CNE/CES Nº 776 de 03/12/1997** - Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.
- Parecer CNE/CP 95/98 de 02/12/1998** - Regulamenta o processo seletivo para acesso a cursos de graduação de universidades, centros universitários e instituições isoladas de ensino superior.
- Parecer CNE/CP 98/99 de 06/07/1999** - Regulamenta o processo seletivo para acesso a cursos de graduação de universidades, centros universitários e instituições isoladas de ensino superior.
- Parecer CNE/CES 1.070 de 23/11/1999** - Estabelece critérios para autorização e reconhecimento de cursos de instituições de ensino superior.
- Port. MEC Nº 64 de 12/01/2001** - Dispõe sobre os procedimentos para o reconhecimento de cursos/habilitações de nível tecnológico da educação profissional (cursos superiores de tecnologia) e sua renovação no sistema federal de ensino.
- Parecer CNE/CES 583 de 04/04/2001** - Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.
- Parecer CNE/CES Nº 575 de 04/04/2001** - Consulta sobre carga horária de cursos superiores.
- Edital MEC/SESU Nº 04/97 de 10/12/1997** - Convoca as instituições de ensino superior a apresentar as novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores.

Legislação específica e CET e CEFET

- Lei Federal Nº 6.545 de 30/06/1978** - Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná, e Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, em Centros Federais de Educação Tecnológica.
- Lei Federal Nº 7.863 de 31/10/1989** - Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal do Maranhão em Centro Federal de Educação Tecnológica.

- Lei Federal Nº 8.670 de 30/06/1993** - Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas e dá outras providências. Cria a Escola Técnica Federal de Roraima e respectivo quadro de pessoal.
- Lei Federal Nº 8.711 de 28/09/1993** - Cria o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, nos termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, por transformação da Escola Federal da Bahia e incorpora o Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC.
- Lei Federal Nº 8.948 de 08/12/1994** - Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.
- Lei Federal Nº 9.649 de 27/05/1998** - Artigo 47: altera o parágrafo 3º da Lei Federal nº 8.948/94. Artigo 66: revoga os arts. 1º, 2º e 9º da Lei Federal nº 8.948/94.
- Dec. Federal No 87.310 de 21/06/1992** - Regulamenta a Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, e dá outras providências.
- Dec. Federal Nº 2.406 de 27/11/1997** - Regulamenta a Lei Federal nº 8.948 (trata de Centros de Educação Tecnológica).
- Dec. Federal Nº 3.462 de 17/05/2000** - Dá nova redação ao art. 8º do Decreto Federal nº 2.406/97 (trata da autonomia dos Centros Federais de Educação Tecnológica).
- Dec. Federal Nº 3.741 de 31/01/2001** - Altera a redação do art. 5º do decreto Federal nº 2.406/97, que regulamenta a Lei Federal nº 8.948/94 (trata da autonomia dos Centros de Educação Tecnológica Privados).
- Port. MEC Nº 2.267 de 19/12/1997** - Estabelece diretrizes para elaboração do projeto institucional para implantação de novos CEFETs.

Legislação do Ensino a Distância

- Dec. Federal Nº 2.494 de 10/02/1998** - Regulamenta o art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96).
- Dec. Federal Nº 2.561 de 27/04/1998** - Altera a redação dos arts. 11 e 12 do decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- Portaria MEC Nº 301 de 07/04/1998** - Normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância.

2. DA MANTENEDORA – PESSOA FÍSICA

Os seguintes documentos ou suas cópias autenticadas deverão estar presentes nos anexos na seqüência abaixo indicada: (nas versões impressa e eletrônica)

- Demonstração de experiência e qualificação profissional vinculada à atividade proposta como mantenedora de instituição de ensino. Utilizar o modelo de Currículo (CV) para coordenador e docentes. A documentação comprobatória não precisa ser anexada, porém deverá estar disponível quando da visita da Comissão Avaliadora.

Os seguintes documentos ou suas cópias autenticadas deverão estar presentes nos anexos na seqüência abaixo indicada: (somente na versão impressa)

- Cópia de documento de identidade.
- Prova de inscrição no Cadastro Geral de Pessoas Físicas (CPF).
- Prova de domicílio.
- Documentação relativa à regularidade fiscal:
 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal.
 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.
 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio.
- Demonstração de patrimônio e capacidade financeira própria para manter instituição de ensino.

3. DA MANTENEDORA – PESSOA JURÍDICA

Os seguintes documentos ou suas cópias autenticadas deverão estar presentes nos anexos na seqüência abaixo indicada. (nas versões impressa e eletrônica)

- Demonstração de experiência e qualificação profissional dos dirigentes, vinculada à atividade proposta. Utilizar o modelo de Currículo (CV) para coordenador e docentes. A documentação comprobatória não precisa ser anexada, porém deverá estar disponível quando da visita da Comissão Avaliadora.

Os seguintes documentos ou suas cópias autenticadas deverão estar presentes nos anexos na seqüência abaixo indicada. (somente na versão impressa)

- Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativa à sede da mantenedora, pertinente a seu ramo de atividade.
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativa à sede da mantenedora, pertinente a seu ramo de atividade.
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal.
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS).
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do município da sede da mantenedora, ou outra equivalente na forma da lei.
- Cópia do registro comercial em caso de empresa individual.
- Cópia do ato constitutivo: estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.
- Cópia dos documentos de eleição de seus administradores (quando for o caso).
- Cópia do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhada de eleição da diretoria.
- Demonstração de patrimônio e capacidade financeira própria para manter instituições de ensino.

4. DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

4.1. Identificação da mantenedora.

Quando a mantenedora for a União, preencher apenas o nome e deixar em branco os demais.

Nome:	União				
CNPJ:					
End.:					
Cidade:		UF:		CEP:	
Fone:		Fax:			
E-mail:					

4.2. Dirigente principal da mantenedora

Quando a mantenedora for a União, deixar em branco todos os campos deste item.

Anexar demonstração de experiência e qualificação profissional, vinculada à atividade proposta. Utilizar o modelo de Currículo para coordenador e docentes.

Nome:					
End.:					
Cidade:		UF:		CEP:	
Fone:		Fax:			
E-mail:					

4.3. Identificação da instituição mantida

Nome:	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - CEFET-RS				
CNPJ:	88.288.105/0001-39				
End.:	Praça 20 de setembro, 455 - Centro				
Cidade:	Pelotas	UF:	RS	CEP:	96015-360
Fone:	53-284-5000	Fax:	53-284-5006		
E-mail:	gabdir@cefetrs.tche.br				

4.4. Corpo dirigente da instituição mantida

Anexar demonstração de experiência e qualificação profissional, vinculada à atividade proposta. Utilizar o modelo de Currículo para coordenador e docentes.

Dirigente Principal da Instituição de Ensino

Cargo:	Diretor Geral						
Nome:	Edelbert Krüger						
End.:	Rua Wolney Vieira, 133 - Bairro São Paulo						
Cidade:	Pelotas	UF:	RS	CEP:	96055-810		
Fone:	53- 9982-6660	Fax:	53 – 284-5006				
e-Mail:	ekruger@cefetrs.tche.br						

Pró-Reitor de Graduação ou Diretor de Ensino

Cargo:	Diretora de Ensino						
Nome:	Vera Maria Machado Damé						
End.:	Rua Sete de setembro, 12 - 401						
Cidade:	Pelotas	UF:	RS	CEP:	96015-300		
Fone:	53-22-9764	Fax:	53 – 284-5006				
e-Mail:	vera@cefetrs.tche.br						

Dirigente da Unidade de Ensino a Qual Pertence o Curso (No caso de instituição multi campi ou multi unidades)

Cargo:	Diretor da Unidade Sede - Pelotas						
Nome:	Jorge Arlei Silva da Silva						
End.:	Rua Quinze de novembro, 1347						
Cidade:	Pelotas	UF:	RS	CEP:	96015-000		
Fone:	53- 229-3288	Fax:	53-284-5006				
e-Mail:	jarlei@cefetrs.tche.br						

Dirigente ao qual está subordinado o Coordenador do Curso

Cargo:	Gerente de Processos de Ensino Profissionalizante de Nível Tecnológico						
Nome:	Alvacir Alves Tavares						
End.:	Rua Celso Garcia D'Ávila Sellas, 66 – Bairro São Paulo						
Cidade:	Pelotas	UF:	RS	CEP:	96055-810		
Fone:	53- 223- 3456	Fax:	53-284-5006				
e-Mail:	alvacir@cefetrs.tche.br						

4.5. Histórico da mantenedora e da instituição mantida.

Máximo de 3 páginas ou 100 linhas.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, CEFET-RS, foi criado por legislação federal em 1942 com a denominação de Escola Técnica de Pelotas, ETP, como parte integrante da administração pública direta. O Presidente Getúlio Dorneles Vargas o inaugurou no ano seguinte, a 11 de outubro de 1943, mas suas atividades acadêmicas começaram somente em março de 1945. A Escola Técnica de Pelotas e outras duas, criadas na mesma data, formaram com as já existentes, instituídas em 1909, pelo Presidente Nilo Peçanha, um conjunto de 23 escolas que se espalhavam por todos os estados da nação brasileira.

Estas instituições federais ministravam ensino regular de primeiro grau e mais qualificação profissional (cursos básicos industriais) que correspondiam a várias profissões (mecânico de automóveis, torneiro mecânico, soldador, frezador, funileiro, serralheiro, eletricista, marceneiro, carpinteiro, tipógrafo, alfaiate etc).

A falta de autonomia administrativa dificultou bastante o funcionamento do sistema federal de ensino profissional, implantado pela Lei Orgânica do Ensino de 1942. Essas dificuldades se acumularam até o ano de 1959, porque a maioria de importantes providências administrativas acabavam inviabilizadas. Naquele ano, o Presidente Juscelino K. de Oliveira sancionou lei que promoveu uma reforma no ensino industrial, transformando as Escolas Técnicas em autarquias educacionais que passaram a fazer parte da administração pública indireta, adquirindo ampla autonomia didática e relativas autonomias administrativa e financeira.

Até então, o objetivo primordial das Escolas Técnicas era a manutenção dos Cursos Básicos Industriais, apesar da Lei Orgânica do Ensino (1942) ter aberto a possibilidade de criação progressiva de cursos técnicos de 2º grau. A Escola Técnica de Pelotas já havia criado em 1953, com início acadêmico em 1954, o Curso Técnico de Mecânica e, 1956, com início em 1957, o Curso Técnico de Eletrotécnica. Pela lei de 1959, estas escolas ficaram autorizadas a desenvolverem preferencialmente os estudos técnicos de 2º grau, com a obrigação de expandirem suas ofertas nas várias áreas industriais que recebiam, naquela época, importantes investimentos, visto que os programas governamentais visavam a ampliação da infraestrutura nacional. As Escolas Técnicas foram escolhidas, entre outras instituições públicas, para avançarem nesta direção: formariam os técnicos de 2º grau, indispensáveis à sustentação dos esforços nacionais de criação de infra-estrutura, compatível às necessidades de desenvolvimento do país.

A Escola Técnica de Pelotas, até a metade da década de 60, fora destinada essencialmente a adolescentes e adultos do sexo masculino, quando então passou a receber suas primeiras estudantes. Também neste período, em 1969, o Governo Federal legislou, autorizando suas escolas técnicas a desenvolverem cursos de terceiro grau. Em 1965, elas tiveram alteradas suas denominações, receberam a palavra FEDERAL como reforço de identificação. A Escola Técnica de Pelotas passou a ser Escola Técnica Federal de Pelotas, ETFPEL.

As Escolas Técnicas Federais, nas décadas de 60 e 70, formaram recursos humanos (técnicos de 2º grau) que foram absorvidos quase que totalmente pelas estatais brasileiras. Ao examinar a construção das grandes hidroelétricas, das redes de condução de energia, das usinas de distribuição aos centros consumidores, dos sistemas de telecomunicações etc, confirmaremos a presença maciça dos técnicos destas escolas nos canteiros de obras. Assim, os profissionais técnicos, egressos das Escolas Técnicas Federais e do SENAI, junto com engenheiros, formaram a pirâmide profissional que permitiu a construção no país de ampla infra-estrutura e a expansão de adequado processo de industrialização.

Com a possibilidade de as Escolas Técnicas Federais criarem cursos superiores, três delas, a de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, receberam autorizações para tanto. Surgiram nestas os cursos de engenharia operacional, que sofreram grande oposição dos Conselhos Profissionais de Engenheiros e Arquitetos, estabelecendo um impasse que só foi superado com o desaparecimento daqueles cursos. O MEC precisava resolver a questão dos cursos que já funcionavam pelas várias regiões do Brasil. Aparece assim, em 1976, a proposta de transformação daquelas Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, CEFETs, que teriam autorização para criar cursos tradicionais de engenharia e cursos tecnológicos. A lei de 1969 dava as escolas técnicas federais a possibilidade de terem também cursos superiores, identificando-as com as outras três que se transformaram em CEFETs. Esta identificação promoveu a expectativa de serem transformadas igualmente em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Na década de 80, em 1986, mais precisamente a 04 de julho, o Governo Federal lança o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, PROTEC, com a finalidade de construir 100 novas Escolas Técnicas Federais. As implicações orçamentárias foram apresentadas ao Presidente, levando o MEC a realizar alterações no programa original. Houve redução no número de novas escolas e a criação de uma nova figura institucional, a Unidade Descentralizada de Ensino, UNED. Elas seriam 40 novas "escolas" com

uma forma diferente de subordinação. Ficariam vinculadas aos Centros Federais de Educação Técnica e as Escolas Técnicas Federais, como campos avançados. Entre uma e três UNEDs seriam construídas em cada um dos estados brasileiros. A implementação do sistema Escolas Técnicas Federais e suas UNEDs reforçava a necessidade delas se transformarem em Centros Federais de Educação Tecnológica. A Escola Técnica Federal de Pelotas teve autorizada a construção da UNED de Sapucaia do Sul, cidade situada no entorno de Porto Alegre, com excepcional concentração industrial.

As alterações no roteiro econômico do país na década de 80 provocaram pesados impactos nas políticas de formação de recursos humanos por parte das Escolas Técnicas Federais. As empresas estatais, por carência de financiamento, perderam a capacidade de ampliação de seus quadros funcionais. As mudanças do destino final dos seus egressos fez com que elas alterassem seus currículos, incorporando novos processos tecnológicos que causavam impactos nos sistemas produtivos industriais. Elas se reorganizaram pedagogicamente. A Escola Técnica Federal de Pelotas, no início da década, empregava no sistema estatal aproximadamente 70% de seus egressos, no sistema industrial privado 22% e 8% se dirigiam ao ensino universitário, no final da mesma, os índices se inverteram: 65% eram empregados pelo sistema privado, outros 7% ainda iam para o sistema estatal e os restantes esperavam alguma vaga de emprego para conseguir seu certificado de conclusão do curso após estágio curricular obrigatório. No início, a Escola Técnica Federal de Pelotas se relacionava com três ou quatro dezenas de empresas estatais e privadas que absorviam quase todos os seus egressos; depois, este relacionamento abrangia três ou quatro centenas de indústrias e empresas de serviço, dedicadas à manutenção. A ampliação do espectro de relações empresariais foi muito grande, provocando dinamização da Escola nas áreas pedagógicas correspondentes.

O início da década de 90 encontra a Escola Técnica Federal de Pelotas envolvida pelas conseqüências da revolução da informática. Os laboratórios e oficinas alteravam suas características para introduzir processos industriais assistidos por computador. Há uma sinergia que implica em mudanças para que a instituição educacional continue atendendo as demandas dos setores industriais produtivos. Enfim, o MEC considera relevante o pleito das Escolas Técnicas Federais de suas transformações em Centros Federais de Educação Técnica.

Em 1992, o Governo Federal libera recursos para o início das obras da UNED de Sapucaia do Sul, na grande Porto Alegre. Antes, eram os egressos da ETFPEL que ocupavam os espaços profissionais nas mais variadas empresas gaúchas, agora, o espaço começa a ser ocupado também fisicamente pela instituição. A construção se alonga no tempo e, somente em 1996, a UNED de Sapucaia do Sul começa suas atividades acadêmicas, apesar de ainda não estar completa.

Pela Lei nº 8.948, de 08/12/94, as Escolas Técnicas Federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Esta lei também institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Acontecia assim uma transformação institucional geral e ampla, mas que na prática precisava vir acompanhada do desenvolvimento de certas condições internas das Escolas Técnicas Federais para que se processasse de fato. Havia condições a serem implementadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, 20/12/96) dispõe que a educação profissional integra-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo a permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

O Decreto nº 2.208, de 17/04/97, e a Portaria nº 646, de 14/05/97, regulamentaram as disposições e as formas de implantação que se referem a educação profissional no parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 e 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. A Resolução CNE nº 02, de 26/06/97, explicitou as disposições sobre os Programas Especiais de Formação Pedagógica de Docentes para as disciplinas do currículo da educação profissional de nível médio.

Em 1999, o Presidente da República implanta o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas através do Decreto de 19 de janeiro, de acordo com os preceitos da Lei nº 8.948, de 08/12/94. A autarquia federal, mediante a transformação, muda de denominação, desaparecendo a tradicional e destacada Escola Técnica Federal de Pelotas.

Hoje o CEFET-RS desenvolve o ensino médio e, também, sua modalidade especial para adultos, em Pelotas e Sapucaia do Sul. A educação profissional, em nível médio, estende-se pelas áreas **indústria** (eletrônica, eletrotécnica, manutenção eletromecânica, mecânica industrial, transformação de Termoplásticos, mecatrônica, metalurgia), **design** (de móveis e programação visual), **construção civil** (edificações), **telecomunicações** (sistemas de telecomunicações), **química** (análise de processos industriais químicos) e **informática** (sistemas de informação). Envolve com suas ações de educação profissional, em nível médio, as comunidades das cidades de Pelotas, Sapucaia do Sul, Gravataí e Canoas. Em nível tecnológico, tem cursos de Automação Industrial (Pelotas), Polímeros, com ênfase em gestão da qualidade (Sapucaia do Sul), Ambiental, com ênfases em controle ambiental e saneamento ambiental (Pelotas), Sistemas de Telecomunicações (Pelotas) e Mecânica (Horizontal). Ministra também cursos de qualificação e requalificação profissional de trabalhadores, sem exigência de escolaridade, nas mais

variadas cidades do estado, em convênio com sindicatos, prefeituras e ONGs. Mantém o programa especial de Formação Pedagógica de Docentes para as disciplinas do currículo da Educação Profissional nas cidades de Pelotas, Sapucaia do Sul, Caxias do Sul e Três de Maio. Ainda desenvolve atividades de consultorias tecnológicas em parceria com o SEBRAE. Faz pesquisas aplicadas para desenvolvimento de produtos e com outras finalidades. Realiza congressos e seminários regionais, nacionais e internacionais. Mantém uma Incubadora Empresarial Tecnológica. Participa de campanhas comunitárias. Possui um número considerável de atividades extraclasse.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, CEFET-RS, com uma história de 60 anos, continua demonstrando competência pedagógica e comprometimento com a sociedade pelotense e gaúcha no atendimento de suas demandas sociais.

4.6. As atividades principais da instituição mantida.

Citar as atividades relacionadas com Ensino, Pesquisa e Extensão.

ASPECTOS REGIMENTAIS:

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas tem por finalidade formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, e oferecer mecanismos para a educação continuada.

O CEFET-RS tem como características básicas:

- Oferta de educação profissional, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico, a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços;
- Atuação prioritária na área tecnológica, nos diversos setores da economia;
- Conjugação, no ensino, da teoria com a prática;
- Integração efetiva da educação profissional aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- Utilização compartilhada dos laboratórios e dos recursos humanos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- Oferta de curso superior tecnológico diferenciado das demais formas de ensino superior;
- I. Oferta de formação especializada, considerando as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico;
- II. Realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços;
- Desenvolvimento de atividade docente estruturada, integrando os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida para cada caso;
- Desenvolvimento de processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento em bens e serviços, em benefício da sociedade;
- Estrutura organizacional flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos;
- I. Integração das ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências do setor produtivo.

O CEFET-RS, observadas as características definidas anteriormente, tem por objetivos:

- I. Ministrando cursos de qualificação, requalificação e reprofissionalização e outros de nível básico da educação profissional;
- II. Ministrando ensino técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional, para os diferentes setores da economia;
- III. Ministrando ensino médio;
- IV. Ministrando o ensino superior, visando a formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- V. Oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, visando a atualização, o aperfeiçoamento e a especialização de profissionais na área tecnológica;
- VI. Ministrando cursos de formação de professores e especialistas, bem como programas especiais de formação pedagógica, para disciplinas de educação científica e tecnológica;

VII. Realizar pesquisa aplicada, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa, e estendendo os benefícios à comunidade;

ENSINO:

Unidade Sede – Pelotas

Visando atender a parte de ensino o CEFET-RS oferece o ensino médio, educação profissional de nível básico, técnico e tecnológico assim como o Programa Especial de Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional de Nível Técnico.

Dentro do ensino médio tem-se a modalidade tradicional em três anos e o Ensino Médio para Trabalhadores com a duração de 1 ano e meio oferecida a trabalhadores com mais de 25 anos já excluídos do sistema formal de ensino.

Na educação profissional de nível técnico o CEFET-RS oferece 11 cursos técnicos que são: Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Manutenção Eletromecânica, Programação Visual, Design de Móveis, Mecânica Industrial, Sistemas de Telecomunicações, Química e Sistemas de Informação. Estes são oferecidos nos três turnos.

Na educação profissional de nível tecnológico o CEFET-RS conta com três cursos que são Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia Ambiental (ênfases em Saneamento Ambiental e Controle Ambiental) e Tecnologia em Automação Industrial.

Na educação de profissional de nível básico, em que não há requisitos formais para ingresso, existe uma vasta gama de cursos de curta duração geralmente oferecidos sob demanda de empresas da região que querem dar um treinamento em algum assunto específico.

Unidade Descentralizada de Sapucaia do Sul

Na unidade descentralizada de Sapucaia do Sul é oferecido o Ensino Médio e o Curso Técnico de Transformação de Termoplásticos assim como o Curso Superior de Tecnologia em Polímeros, ênfase em Gestão da Qualidade assim como o Programa Especial de Formação Pedagógica para Docentes da Educação Profissional de Nível Técnico.

Extensão do CEFET-RS em Horizontina

Na cidade de Horizontina o CEFET-RS mantém o Curso Superior de Tecnologia em Mecânica em convênio firmado com a empresa John Deere Brasil SA e com o Colégio Frederico Jorge Logemann visando atender a demanda daquele pólo metal-mecânico.

Extensão do CEFET-RS em Três de Maio

O Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas da Educação Profissional de Nível Técnico é ministrado também na Cidade de Três de Maio em convênio com o SETREM - Sociedade Educacional Três de Maio para atendimento de uma demanda regional de preparação de professores para o ensino técnico em instituições profissionalizantes do Noroeste do estado.

Extensão do CEFET-RS em Caxias do Sul

Na cidade de Caxias do Sul, em convênio com o SENAI-RS é oferecido o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas da Educação Profissional de Nível Técnico para treinamento de professores daquela instituição e de outras da região da serra.

Extensão do CEFET-RS em Canoas

Em Canoas é oferecido o Curso Técnico em Mecatrônica

Extensão do CEFET-RS em Gravataí

Nesta cidade o CEFET-RS ministra o Curso Técnico em Mecatrônica e em Metalurgia em convênio firmado com a empresa de auto-peças Dana Albarus SA para formação de seus funcionários.

Extensão do CEFET-RS em Cachoeirinha

Para os funcionários da empresa Souza Cruz SA está sendo ofertado o Curso de Especialização de Nível Técnico em Manutenção Mecânica de Processos Industriais e o Curso de Qualificação de Nível Básico em Operação de Processos Industriais.

Pesquisa:

A pesquisa no CEFET-RS ainda está em fase de implantação sendo cada vez mais incentivada com a chegada de novos doutores. Está em fase de instalação o laboratório de pesquisas composto por uma sala de recepção e sete salas individuais mobiliadas para uso dos doutores pesquisadores as quais serão distribuídas conforme os projetos de pesquisas vão sendo elaborados.

O que tem sido feito ao longo dos últimos anos é a pesquisa aplicada conforme a descrição a Seguir.

- **LACE** – O Laboratório de Celulose e Efluentes realiza pesquisas diversas em parceria com FAPERGS, Secretaria e Centro Tecnológico do Estado, White Martins, RICEPAPER, JOSAPAR S.A., RIOCEL, entre outras entidades/empresas, tendo recebido desde 1989 mais de um milhão de reais (equipamentos, material permanente e infra-estrutura) e sua área física aumentada em 120%.
- **Laboratório de Combustíveis** - Laboratório (em implantação) de análise e controle de qualidade de combustíveis dos postos da Zona Sul do RS em convênio com a UFRGS, ANP(Agência Nacional de Petróleo) e FUNCEFET.
- Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios – PRODEEM com a utilização de painéis fotovoltaicos - MEC/MME/SEMTEC/CEFET-RS para desenvolvimento de mão de obra especializada.
- Participação em programas tais como SEBRAETEC (consultorias tecnológicas) e PATME – Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas atendendo demandas do setor produtivo;
- Prestação de horas de consultorias tecnológicas através do SEBRAETEC, e de projetos de pesquisa que foram contratados, gerando R\$ 43.533,70 de recursos.
- Pesquisa de Mercado para o estudo da viabilidade de implantação de um laboratório de Pesquisa e Prestação de Serviços de Análise de Alimentos, Pelotas e Região Sul do RS.

Extensão:

As atividades de extensão se abrem num leque de atividades que envolve a comunidade geralmente através do setor produtivo e de órgãos representativos da sociedade. Abaixo são listadas algumas das atividades extensionistas:

- Programas de aproveitamento de estagiários para alunos formandos;
- Parcerias com o setor privado e público, buscando cooperação científica e tecnológica para a área de ensino profissional;
- Inclusão de nossos alunos em exposições, feiras ou outros eventos similares, tais como TECNEGOCIOS, FENADOCE, 1.ª Feira das Profissões, Programa Júnior Achievement, LATINOPLAST, FIPACK – FIERGS.
- Realização do I Seminário “A Busca da Eficiência Energética e do Uso Racional de Energia” (22/24 de outubro de 2002)
- Realização de visitas técnicas nas cidades de Pelotas, Porto Alegre e grande Porto Alegre, Caxias do Sul e região, assim como em Santa Catarina e Paraná, com alunos e professores dos diversos cursos mantidos pelo CEFET-RS em busca de atualização/capacitação tecnológica.
- Desenvolvimento de ações para a promoção do Empreendedorismo, tais como:
 - Criação da Incubadora Empresarial Tecnológica do CEFET-RS/NYNHO para apoiar e desenvolver projetos/empresas de base tecnológica e inovadoras atendendo demandas da região.
 - Implantação de Agência Articuladora do SEBRAE nas dependências do CEFET-RS, contemplado com verba de R\$ 8.000,00 (em implantação)
 - Realização de Curso de Formação Empreendedora para docentes do Programa Técnico Empreendedor MEC/SEBRAE, Curso Brasil Empreendedor, Curso EMPRETEC da ONU/SEBRAE, Programa Júnior Achievement,
 - Participação de Professores no Programa Educacional de Empreendedorismo. (Programa Técnico Empreendedor – MEC/SEMTEC/SEBRAE)
 - Participação em diversas entidades de classe para promover a divulgação da Instituição, ouvir as demandas empresariais e promover a sinergia com a sociedade em geral;
- Participação no Grupo de Trabalho do Mercosul Educacional para a Área Indústria;

- Participação, desde o ano 2000, no Comitê de Capacitação de Pessoal do IGEA-Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos da FIERGS-Federação das Indústrias no Estado do Rio Grande do Sul.

4.7. Áreas de atuação da instituição mantida.

- Informar quais as áreas profissionais são atendidas por seus cursos (Parecer CNE-CES 436/2001)

Indústria, Telecomunicações, Design, Construção Civil, Meio Ambiente, Química, Informática

4.8. Descrição de participação do Corpo Docente nas atividades de direção da instituição mantida.

Apresentar, quando da visita da comissão avaliadora, o regimento e/ou o estatuto

O CEFET-RS caracteriza-se por uma administração descentralizada contando com vários órgãos consultivos e deliberativos que incluem a participação da comunidade interna e externa.

Dentre eles destacam-se o Conselho Diretor, Conselho Técnico Profissional, Comissão Permanente de Pessoal Docente, Comissão de Avaliação Docente, Conselho de Coordenadores (informal).

Conselho Diretor

O Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, previsto no Decreto nº 2.855. de 02/12/98, tem por finalidade colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo com informações da comunidade e zelar pela correta execução da política educacional do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas.

O Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas é uma órgão deliberativo e consultivo que integra a estrutura do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas como um de seus órgãos colegiados.

O Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, órgão deliberativo e consultivo, integrado por dez membros titulares e seus respectivos suplentes, nomeados por Portaria do Ministro de Estado da Educação, tem a seguinte composição:

1. Diretor-Geral do CEFET;
2. Diretor de Ensino do CEFET;
3. Um representante do corpo docente, em efetivo exercício, indicado por seus pares;
4. Um membro do corpo técnico-administrativo, em efetivo exercício, escolhido por seus pares;
5. Um representante do corpo discente, escolhido por seus pares;
6. Três representantes das federações, sendo um da agricultura, um do comércio e um da indústria, do Estado de Pelotas, indicados pelas respectivas entidades;
7. Um técnico, egresso do CEFET, indicado pela Associação de Classe correspondente, se houver, ou por Assembléia de ex-alunos;
8. Um representante da Secretaria da Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação.

Este conselho tem como competências:

1. Aprovar as diretrizes para a atuação do CEFET e zelar pela execução de sua política educacional;
2. Definir o processo de escolha dos nomes para o provimento do cargo de Diretor-Geral do CEFET, conforme estabelece o artigo 8º do Estatuto, e elaborar a lista tríplice;
3. Apreciar o plano geral de ação, a proposta orçamentária anual e o orçamento plurianual de investimentos;
4. Deliberar sobre contribuições, emulmentos e prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo CEFET;
5. Apreciar as contas do exercício financeiro, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros, bem como o relatório de atividades do ano;
6. Opinar sobre as questões submetidas à sua apreciação.

Conselho Técnico Profissional

O Conselho Técnico-Profissional do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas-RS, previsto no Decreto nº 2.855, de 01/12/98, é um órgão consultivo e de avaliação do atendimento às características e aos objetivos da instituição, integrando sua estrutura como um de seus órgãos colegiados.

O Conselho Técnico-Profissional destina-se prioritariamente à subsidiar a Diretoria-Geral do CEFET-RS nos assuntos concernentes à criação, avaliação, atualização, extinção e organização didática dos cursos e programas de ensino, visando a permanente integração do CEFET com as comunidades e os setores produtivos que o compõem.

O Conselho Técnico-Profissional do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas é constituído por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, designados mediante Portaria do Secretário de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação e tem seguinte composição:

1. Diretor-Geral do CEFET-RS;
2. Diretor da Diretoria de Ensino;
3. Diretor da Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias;
4. Diretor da Diretoria de Administração e de Planejamento;
5. Quatro representantes dos empresários de setor produtivo das áreas de atuação da instituição;
6. Quatro representantes dos trabalhadores do setor produtivo das áreas de atuação da instituição.

A Presidência do Conselho Técnico-Profissional será exercida pelo Diretor-Geral do CEFET-RS, que terá direito também ao voto de qualidade.

Os membros do Conselho Técnico-Profissional terão mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução para período imediatamente subsequente.

Ao Conselho Técnico-Profissional compete subsidiar a Diretoria-Geral nos assuntos concernentes à criação, avaliação, atualização, extinção e organização didática dos cursos e programas de ensino, visando à permanente integração do CEFET com as comunidades e os setores produtivos que o compõem.

O Conselho Técnico-Profissional do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas reunir-se-á ordinariamente a cada 02 (dois) meses e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Conselho de coordenadores

O Conselho de Coordenadores é um órgão consultivo informal, isto é, não está previsto no organograma da instituição, porém tem grande influência nas decisões que dizem respeito às atividades didáticas da instituição.

Reúne-se semanalmente com o gerente da respectiva gerência, ou seja, os professores do ensino médio com a gerente do ensino médio e os professores da educação profissional de nível técnico e de nível tecnológico com os seus gerentes. Nestas reuniões são analisados problemas do dia a dia dos cursos, situação ligadas a atividade de ensino aprendizagem assim como aspectos relativos à organização didática dos cursos. Destes encontros surgem sugestões à direção geral que poderão ser acatadas ou, conforme o caso, submetidas aos Conselhos Técnico Profissional ou Conselho Diretor.

Colegiado dos cursos de tecnologia

Os professores do nível tecnológico reúnem-se durante duas horas mensalmente em forma de colegiado, sob a presidência dos seus respectivos coordenadores, para analisarem os diversos assuntos ligados ao desenvolvimento dos cursos de tecnologia conforme o regulamento próprio.

Os coordenadores dos cursos de tecnologia ligados à unidade Pelotas reúnem-se com o Gerente de Processos de Ensino Profissionalizante de Nível Tecnológico uma vez por semana. Outros assuntos também são tratados individualmente entre o gerente e o coordenador na própria gerência que é o local de trabalho comum a todos os coordenadores.

Exceção é feita com o coordenador do curso da unidade de Sapucaia do Sul com quem são feitos contatos quinzenais por telefone e/ou por e-mail e reuniões presenciais bimestrais para tratar dos assuntos mais importantes.

Comissão Permanente de Pessoal Docente

A comissão Permanente de Pessoal Docente do CEFET-RS – CPPD prevista no Plano Único de

Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, é o Órgão de assessoramento ao Dirigente da IFE, na formulação e acompanhamento da execução da política do pessoal docente.

A CPPD será constituída por oito docentes, sendo cinco membros titulares e três membros suplentes, eleitos por voto direto e secreto dos docentes do CEFET-RS.

A CPPD terá por atribuições:

1. Apreciar assuntos concernentes
 - I - à alteração do regime de trabalho do pessoal docente;
 - II - à avaliação do desempenho para progressão funcional dos docentes;
 - III - aos processos de ascensão funcional por titulação;
 - IV - à solicitação de afastamento para estágio, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado.
2. Desenvolver estudos e análises que permitam fornecer subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e seus instrumentos.
3. Analisar outras situações sugeridas pela comunidade e aprovadas pelos Conselhos competentes.

4.9. Tabela resumo de informações sobre os cursos oferecidos pela instituição mantida

Caso seja necessário, acrescente mais linhas para os cursos

As linhas para cursos que não forem utilizadas podem ser excluídas

Inserir os atos legais (autorização ou reconhecimento) de todos os cursos da mantida nos anexos.

Dados relativos ao semestre letivo 2003/1.

NOME DO CURSO	Nº de Vagas	Cand/ Vagas	Nº de Turmas	Total Alunos	Conceito ENC
CURSOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL TÉCNICO AUTORIZADOS					
SISTEMA INTEGRADO (EM EXTINÇÃO)					
Eletromecânica - Sede			01	10	
Mecânica - Sede			01	04	
Química - Sede			01	12	
Eletrotécnica - Sede			01	02	
Telecomunicações - Sede			01	24	
Eletrônica - Sede			01	10	
SISTEMA SEMESTRAL (EM EXTINÇÃO)					
Desenho Industrial - Sede			01	04	
Edificações - Sede			01	07	
Mecânica - Sede			01	02	
Química - Sede			01	01	
Eletrotécnica - Sede			01	08	
Eletrônica - Sede			01	04	
SISTEMA MODULAR					
Manutenção Eletromecânica - Sede	143	3,76	17	274	
Transformação de Termoplásticos - UNED	80	3,07	08	151	

Sapucaia do Sul					
Mecatrônica - Sede	40	2,70	02	31	
Design de Móveis - Sede	63	5,49	06	89	
Programação Visual - Sede	64	8,68	09	144	
Sistemas de Informação - Sede	40	9,75	03	49	
Química – ênfase em Análise de Proc. Industriais - Sede	123	6,26	16	222	
Sistemas de Telecomunicações - Sede	139	7,76	18	257	
Eletrônica - Sede	150	4,80	17	252	
Edificações - Sede	133	3,21	14	225	
Mecânica Industrial - Sede	165	2,23	14	219	
Eletrotécnica - Sede	118	4,72	17	248	
CURSOS SUPERIORES DE GRADUAÇÃO AUTORIZADOS					
CST em Automação Industrial - Sede	20	9,45	02	34	
CST em Polímeros – UNED Sapucaia do Sul	40	5,32	05	147	
CST em Sistemas de Telecomunicações - Sede	20	18,5	03	61	
CST em Mecânica - Horizontina (em extinção)	-	-	01	38	
CST Ambiental – ênfase em Saneamento Ambiental- Sede	20	11,8	03	55	
CST Ambiental – ênfase em controle ambiental - Sede	20	15,2	03	56	
Programa Especial de Formação Pedagógica- Sede	40	1,5	01	40	
CST em Fabricação Mecânica para Ferramentaria - UNED Sapucaia do Sul	60	3,5	2	60	
CURSOS SUPERIORES DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS					
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO CREDENCIADOS					
Nome do curso	Nº de Vagas	Cand/ Vagas	Nº de Turmas	Tot. de Alunos	Avaliação CAPES
LEGENDA					
Nº de Vagas	Número de vagas para ingresso no curso.				
Candidatos Vagas	Número de candidatos por vaga no último processo seletivo.				
Nº de Turmas	Número de turmas de todo o curso				
Total Alunos	Número total de alunos de todo o curso				
Conceito ENC	Conceito obtido no Exame Nacional de Cursos. (Quando houver)				

4.10. Detalhamento dos cursos oferecidos pela mantida

Preencher um quadro para cada curso.

Caso seja necessário, acrescente mais linhas para os períodos.

As linhas de períodos que não forem utilizadas podem ser excluídas.

Anexar cópias dos atos legais de autorização de funcionamento dos cursos de educação profissional de nível técnico e dos cursos de nível superior, quando for o caso, expedidos.

SEMESTRE BASE : 2003-1

Nome do Curso		Eletromecânica (EME) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Técnico		Autorizado		Seriado		Anual		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
4º	441	10						

Nome do Curso		Mecânica (MEC) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Técnico		Autorizado		Seriado		Anual		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
4º	441	04						

Nome do Curso		Química (QUI) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Técnico		Autorizado		Seriado		Anual		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
4º	441	12						

Nome do Curso		Eletrotécnica (TEC) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Técnico		Autorizado		Seriado		Anual		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
4º	441	02						

Nome do Curso		Telecomunicações (TELE) - Sede						
Nível			Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva	
Técnico			Autorizado		Seriado		Anual	
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
4º	441	24						

Nome do Curso		Eletrônica (TRÔ) - Sede						
Nível			Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva	
Técnico			Autorizado		Seriado		Anual	
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
4º	441	10						

Nome do Curso		Eletrônica (TRÔ) - Sede						
Nível			Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva	
Técnico			Autorizado		Seriado		semestral	
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
4º	481	04						

Nome do Curso		Desenho Industrial (DIN) - Sede						
Nível			Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva	
Técnico			Autorizado		Seriado		semestral	
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
4º	483	04						

Nome do Curso		Mecânica (MEC) - Sede						
Nível			Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva	
Técnico			Autorizado		Seriado		Semestral	
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
4º	484	02						

Nome do Curso		Edificações (EDI) - Sede							
Nível			Status			Regime de Matricula		Periodicidade Letiva	
Técnico			Autorizado			Seriado		Semestral	
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	
4º	486	07							

Nome do Curso		Química (QUI) - Sede							
Nível			Status			Regime de Matricula		Periodicidade Letiva	
Técnico			Autorizado			Seriado		Semestral	
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	
4º	487	01							

Nome do Curso		Eletrotécnica (TEC) - Sede							
Nível			Status			Regime de Matricula		Periodicidade Letiva	
Técnico			Autorizado			Seriado		Semestral	
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	
4º	488	08							

Nome do Curso		Mecatrônica - Canoas							
Nível			Status			Regime de Matricula		Periodicidade Letiva	
Técnico			Autorizado			Seriado		Semestral	
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	
3º	390	16	3º	391	15				

Nome do Curso		Química ênfase em Análise de Processos Industriais (APQ) - Sede							
Nível			Status			Regime de Matricula		Periodicidade Letiva	
Técnico			Autorizado			Modular		Semestral	
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	

1º	1E7-t	16	1º	1D7-t	16	1º	1G7-n	17
1º	1H7-n	16	2º	3H6-n	17	2º	2D7-t	12
2º	2G7-n	19	3º	3A7-m	13	3º	3B7-m	15
3º	3E7-t	13	3º	3D7-t	11	3º	3G7-n	15
3º	3H7-n	14	4º	3H6-n	07	4º	4D7-t	08
4º	4G7-n	13						

Nome do Curso		Edificações (EDI) - Sede						
Nível		Status			Regime de Matricula		Periodicidade Letiva	
Técnico		Autorizado			Modular		Semestral	
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	1C6-t	26	1º	1D6-t	22	1º	1G6-n	21
1º	1H6-n	23	2º	2A6-m	12	2º	2D6-t	10
2º	2G6-n	16	2º	2H6-n	15	3º	3H6-n	12
3º	3D6-t	09	3º	3G6-n	14	3º	3H6-n	14
4º	4A6-m	17	4º	4G6-n	14			

Nome do Curso		Manutenção Eletromecânica (MEM) - Sede						
Nível		Status			Regime de Matricula		Periodicidade Letiva	
Técnico		Autorizado			Modular		Semestral	
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	1A5-m	16	1º	1B5-m	12	1º	1D5-t	16
1º	1E5-t	16	1º	1F5-t	20	1º	1G5-n	16
1º	1H5-n	16	1º	1I5-n	22	2º	1G5-n	23
2º	2D5-t	12	2º	2G5-n	32	3º	2G5-n	15
3º	3D5-t	08	3º	3G5-n	21	4º	4A5-m	08
4º	4D5-t	08	4º	4G5-n	13			
LEGENDA								

Nome do Curso		Mecânica Industrial (MCI) - Sede						
Nível		Status			Regime de Matricula		Periodicidade Letiva	
Técnico		Autorizado			Modular		Semestral	

Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	1E4-m	24	1º	1C4-t	25	1º	1D4-t	24
1º	1G4-n	25	1º	1H4-n	25	2º	1H4-n	06
2º	2D4-t	09	2º	2G4-n	10	3º	2G4-n	16
3º	3D4-t	17	3º	3G4-n	20	4º	4A4-m	05
4º	4D4-t	03	4º	4G4-n	10			

Nome do Curso		Programação Visual (PVI) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Técnico		Autorizado		Modular		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	1D3-t	16	1º	1D3-t	20	2º	2A3-m	16
2º	2D3-t	15	3º	3A3-m	17	3º	3D3-t	18
4º	4A3-m	18	4º	4D3-t	09	4º	4G3-n	15

Nome do Curso		Sistemas de Telecomunicações (STC) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Técnico		Autorizado		Modular		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	1A2-m	17	1º	1B2-m	16	1º	1D2-t	16
1º	1E2-t	17	1º	1G2-n	17	1º	1H2-n	16
2º	2D2-t	13	1º	2D2-t	10	1º	2G2-n	12
3º	3B2-m	15	3º	3B2-m	12	3º	3D2-t	11
3º	3G2-n	13	3º	3G2-n	16	3º	3H2-n	16
4º	4D2-t	10	4º	4D2-t	15	4º	4G2-n	15

Nome do Curso		Eletrotécnica (TEC) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Técnico		Autorizado		Modular		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	1A8	17	1º	1B8-m	16	1º	1D8-t	16
1º	1E8-t	17	1º	1G8-n	18	1º	1H8-n	17
2º	2K8-t	22	2º	2D8-t	20	2º	2G8-n	27

2º	2D8-t	04	3º	2D8-t	08	3º	3D8-t	16
3º	3G8-n	11	3º	3H8-n	11	4º	4A8-m	07
4º	2D8-t	09	4º	4G8-n	12			

Nome do Curso		Eletrônica (TRO) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Técnico		Autorizado		Modular		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	1A1-m	15	1º	1B1-m	16	1º	1D1-t	17
1º	1E1-t	16	1º	1G1-n	18	1º	1H1-n	17
2º	2C1-t	15	2º	2D1-t	12	2º	2G1-n	11
2º	2H1-n	14	3º	2J1-n	18	3º	3D1-t	17
3º	3J1-n	10	3º	3G1-n	21	4º	4A1-m	10
4º	4D1-t	08	4º	4G1-n	17			

Nome do Curso		Design de Móveis (DMV) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Técnico		Autorizado		Modular		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	1D9-t	21	1º	1G9-n	16	2º	2D9-t	12
2º	2G9-n	16	3º	3D9-t	08	3º	3G9-n	16

Nome do Curso		Sistemas de Informação (TSI) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Técnico		Autorizado		Modular		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	1D0-t	26	2º	2A0-m	13	3º	3D0-t	10

Nome do Curso		Transformação de Termoplásticos – UNED Sapucaia do Sul						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Técnico		Autorizado		Modular		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	M1-n	24	1º	Int. 1º	20	2º	M2-m	24

2º	M2-t	22	3º	M3-n	17	3º	Int. 3º	13
4º	M4-m	15	4º	M4-t	16			

Nome do Curso		Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial (TAI) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Superior		Autorizado		Crédito		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	TAI-100	25	3º	TAI-300	09			

Nome do Curso		Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações (STC) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Superior		Autorizado		Crédito		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos			
1º	STC-100	30	3º	STC-300	18	5º	STC-500	13

Nome do Curso		Curso Superior de Tecnologia Ambiental – ênfase em Controle Ambiental (TCA) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Superior		Autorizado		Crédito		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	TCA-100	25	3º	TCA-300	19	5º	TCA-500	12

Nome do Curso		Curso Superior de Tecnologia Ambiental – ênfase em Saneamento Ambiental (TSA) - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Superior		Autorizado		Crédito		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	TSA-100	23	3º	TSA-300	20	5º	TSA-500	12

Nome do Curso		Tecnologia em Polímeros – UNED Sapucaia do Sul						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Superior		Autorizado		Crédito		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	TPO 1 n	45	3º	TPO 3 n	46	5º	TPO 5 n	39

7º	TPO 7 t	07	7º	TPO 7 n	10			
----	---------	----	----	---------	----	--	--	--

Nome do Curso		Tecnologia em Fabricação Mecânica para Ferramentaria - UNED Sapucaia do Sul						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Superior		Autorizado		Crédito		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	T 1 - t	30	1º	T 2 - n	30			

Nome do Curso		Tecnologia em Mecânica - Horizontina						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Superior		Autorizado		Crédito		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
6º	694	39						

Nome do Curso		Programa Especial de Formação Pedagógica - Sede						
Nível		Status		Regime de Matricula		Periodicidade Letiva		
Superior		Autorizado		Crédito		Semestral		
Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos	Período	Turma	Nº de alunos
1º	006	40						

LEGENDA	
Nível	Se é Técnico, Graduação ou Pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado).
Status	se o curso está Autorizado, em Processo de Reconhecimento ou Reconhecido.
Matricula por	Crédito ou seriado ou módulo ou ...
Periodicidade Letiva	se é Anual, Semestral, Quadrimestral, Trimestral, Bimestral, etc.

4.11. Mecanismo institucionalizado permanente de articulação com segmentos produtivos a que estão vinculados os cursos para definição da oferta de cursos, vagas e para atualização curricular.

Neste item, a instituição deverá informar o processo e os atores envolvidos com as empresas;

Apresentar, quando da visita da Comissão Avaliadora, o mecanismo institucionalizado.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas tem na sua estrutura funcional uma diretoria destinada ao trato com as empresas e com a comunidade – Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias. Um dos setores desta diretoria é a Coordenadoria de Integração Escola-Empresa cuja função é o contato direto com empresas com os objetivos de estabelecer os contatos para estágios obrigatórios, visitas técnicas e troca de informações com vistas a atualização dos cursos.

Como mecanismo de busca destas informações encontra-se as Pesquisa de Concluintes que tem por objetivo avaliar e subsidiar a Instituição no que se refere aos conhecimentos transmitidos/adquiridos pelos alunos e seus reflexos no trabalho e em suas vidas. Esta atividade tem como responsável Técnico o economista Msc. Antonio Cezar Ross de Garcia.

Outro mecanismo de articulação com o processo produtivo é o Conselho Técnico Profissional onde existe participação, como conselheiros, atores do processo produtivo que analisarão vários aspectos relacionados aos cursos como exemplo a sua pertinência a oportunidade de implantação.

A Diretoria de Relações Empresarias e Comunitárias nele se faz presente.

4.12. Demonstrativo Econômico e Financeiro

Demonstrativo econômico e financeiro dos últimos 03(três) anos relacionados com o curso em reconhecimento, com indicação das fontes de receita e principais elementos de despesa.

4.12.1. Quadro resumo

ITENS/EXERCÍCIO	Valores por Ano Expressos em Reais (desprezar centavos)		
	2001	2002	2003
(A) Total das Receitas	123712	325836	342128
(B) Total das Despesas	122238	322792	338932
Total Geral = (A) – (B)	1474	3044	3196
Observações:			

4.12.2. Receitas (Diretamente arrecadadas)

ITENS/EXERCÍCIO	Valores por Ano Expressos em Reais (desprezar centavos)		
	2001	2002	2003
(A) Receita Alunos	-	-	-
(B) Receita Proc. Seletivo	5880	7320	14160
(C) Receita Matrículas	-	-	-
(D) Receita Doações	-	-	-
(E) Receita Outros	-	-	-
Total das Receitas = {(A)+(B)+(C)+(D)+(E)}	5880	7320	14160

4.12.2.1. Quadro detalhado de receitas

ITENS / EXERCÍCIO	Valores por Ano Expressos em Reais (desprezar centavos)		
	2001	2002	2003
(A) – Valor da anuidade	-	-	-
(B) = Número de alunos	26	45	55
Anuidades (C) = (A) x (B)	-	-	-
(D) = ()% de Evasão x (C) / 100	-	-	-
(E) = ()% de Inadimplência x (C) / 100	-	-	-
(F) = ()% de Impostos e Taxas x (C) / 100	-	-	-
Receita c/ Alunos (G) = { (C) – (D) – (E) – (F) }	-	-	-
(H) = Valor da Taxa de Inscrição	60	60	60
(I) = Número de Candidatos	98	122	236
(J) = (H) x (I)	5880	7320	14160
(K) = Despesas com P. Seletivo	1470	2379	3540
Receita c/ Processo Seletivo (L) = {(J) – (K)}	4410	4941	10620
(M) = Valor da Matrícula	-	-	-
(N) = Número de Alunos Matriculados	20	20	20
(O) = (M) x (N)	-	-	-
(P) = Despesas de Matrículas	-	-	-
Receita c/ Matrículas (Q) = {(O) – (P)}	-	-	-
(R) = Doações	-	-	-
(S) = Impostos e Taxas	-	-	-
Receita c/ Doações (T) = {(R) – (S)}	-	-	-
(U) = Outras Receitas	-	-	-
(V) = Impostos e Taxas (%)	-	-	-
Outras Receitas (X) = {(U) – (V)}	-	-	-
Total das Receitas = { (G) + (L) + (Q) + (T) + (X) }	4410	4941	10620

4.12.3. Despesas

ITENS/EXERCÍCIO	Valores por Ano Expressos em Reais (desprezar centavos)		
	2001	2002	2003
(A) Despesas c/Pessoal	100745	292575	313055
(B) Despesas c/Investimentos	648	831	955
(C) Despesas c/Custeio	20843	36979	42525
Total das Despesas {(A)+(B)+(C)}	122236	330385	356535

4.12.3.1. Quadro Detalhado de Despesas com Pessoal

ITENS/EXERCÍCIO	Valores por Ano Expressos em Reais (desprezar centavos)		
	2001	2002	2003
(A) = Valor Médio da Hora/Aula (Mestre)	13,38	13,38	13,38
(B) = Carga Horária Anual do Curso	967	967	967
(C) = Número de Turmas	02	03	03
(D) = Carga Horária Anual de Atividades Extra-Classe Relacionadas ao Curso	-	-	-
Despesas c/Docente (E) = {(A) x (B) x (C)} + {(A) x (D)}	25876	38775	38775
(F) = Valor da Hora de Trabalho do Coordenador	13,38	13,38	13,38
(G) = Carga Horária do Coordenador dedicada à Coordenação do Curso	945	945	945
Despesas c/Coordenador (H) = (F) x (G)	12644	12644	12644
(I) = Total Anual da Folha de Pagamento do Pessoal Técnico-Administrativo	3516869	4427399	4648768
(J) = ()% Médio do Tempo Dedicado ao Curso (Rateio)	0,48%	1,02%	1,03%
Despesas c/Pessoal Técnico Administrativo (K)=(I)x(J)/100	16880	45159	47882
(L) = Total Anual da Folha de Pagamento dos Administradores da Mantida	497068	527474	553847
(M) = ()% Médio do Tempo dos Administradores da Mantida dedicado ao Curso (Rateio)	0,48%	1,02%	1,03%
Mantida (N) = (L) x (M) / 100	2386	5380	5704
(O) = Total Anual da Folha de Pagamento dos Administradores da Mantenedora	-	-	-
(P) = ()% Médio do Tempo dos Administradores da Mantenedora dedicado ao Curso (Rateio)	-	-	-
Mantenedora (Q) = (O) x (P) / 100	-	-	-
Sub-Total de Despesas c/Dirigentes (R) = { (N) + (Q)}	2386	5380	5704
Total de Despesas c/ Pessoal = { (E) + (H) + (K) + (R) }	57786	101958	105005
Obs.: Os valores acima devem incluir os encargos sociais.			

4.12.3.2. Quadro Detalhado de Despesas com Investimentos

ITENS/EXERCÍCIO	Valores por Ano Expressos em Reais (desprezar centavos)		
	2001	2002	2003
(A) = Aquisição de Livros	70	279	49
(B) = Aquisição de Manuais	-	-	-
Acervo Bibliográfico (C) = { (A) + (B) }	70	279	49
(D) = Aquisição de Equipamentos Audio-Visuais	84	-	-
(E) = Aquisição de Equipamentos de Informática	340	94	48
(F) = Aquisição de Equipamentos de labora-tórios	441	2412	116

(G) = Aquisição de Equipamentos Diversos	2127	1975	320
(H) = Aquisição de Mobiliário	79	583	47
Equipamentos e Mobiliários (I) = { (D) + (E) + (F) + (G) + (H) }	3071	5064	531
(J) = Novas Construções	323	1711	-
(K) = Reformas	-	-	-
(L) = Outros	-	-	-
Infra-estrutura física (M) = { (J) + (K) + (L) }	323	1711	-
(N) = Investimentos Diversos	-	-	-
Total de Despesas c/Investimentos (N) = {(C) + (I) + (M) + (N)}	3464	7054	580

4.12.3.3. Quadro Detalhado de Despesas com Custeio

ITENS/EXERCÍCIO	Valores por Ano Expressos em Reais (desprezar centavos)		
	2001	2002	2003
ENSINO / PESQUISA / EXTENSÃO			
(A) = Material de Consumo	305	505	530
(B) = Programas de Computadores	-	2	3
(C) = Assinatura de Periódicos	76	136	136
(D) = Acesso a Internet e TV por Assinatura (Rateio)	16	42	45
(E) = Vídeos / Slides / Fotos	12	9	10
(F) = Outros	3	3	3
Sub-Total Ensino/Pesquisa/Extensão {(A)+(B)+(C)+(D)+(E)+(F)}	412	697	727
CAPACITAÇÃO			
(G) = Capacitação Docente	48	11	11
(H) = Capacitação do Coordenador do Curso	-	-	-
(I) = Capacitação de Técnico-Administrativo (Rateio)	-	-	-
(J) = Capacitação do Pessoal Administração da Mantenedora (Rateio)	-	-	-
(K) =Capacitação do Pessoal Administração da Mantida (Rateio)	-	-	-
Sub-Total Capacitação {(G) + (H) + (I) + (J) + (K)}	48	11	11
DIÁRIAS E PASSAGENS			

(L) = Diárias	615	887	532
(M) = Passagens	421	706	456
Sub-Total Diárias e Passagens {(L) + (M)}	1036	1543	988
DESPESAS DIVERSAS			
(N) = ()% Rateio de Aluguéis	-	-	-
(O) = ()% Rateio de Água	203	648	680
(P) = ()% Rateio de Energia Elétrica	966	2555	2938
(Q) = ()% Rateio de Telefone	631	1146	1317
(R) = ()% Rateio de Vigilância	2190	4361	4361
(S) = ()% Rateio de Cópias Reprográficas	220	520	546
(T) = ()% Rateio de Manutenção das Instalações	2465	5156	5413
(U) = ()% Rateio de Manutenção de Equipamentos Áudio-Visual/Infor-mática/Laboratórios	128	40	40
(V) = ()% Rateio de Manutenção de Equipamentos Diversos	1101	74	82
(X) = ()% Rateio de Manutenção de mobiliários	31	40	40
(Y) = ()% Rateio de Impostos/Taxas	-	-	-
(Z) = ()% Rateio de Outras Despesas	189	204	230
Sub-Total Despesas Diversas = {(N)+(O)+(P)+(R)+(S)+(T)+(U)+(V)+(X)+(Y)+(Z)}	8124	14744	15647
Totalização de Despesas com Custeio			
(A) Sub-Total Ensino/Pesquisa/Extensão	412	697	727
(B) Sub-Total Capacitação	48	11	11
(C) Sub-Total Diárias e Passagens	1036	1593	988
(D) Sub-Total Despesas Diversas	8124	14744	15647
Total de Despesas com Custeio = {(A)+(B)+(C)+(D)}	9620	17045	16473

Informações Gerais:

a) Deduções de Receitas (Impostos / Taxas)

Impostos e contribuições federais:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ (alíquota de 8,4% sobre as receitas)
- Contribuição Social sobre o Lucro – CSL (alíquota 1,085 sobre as receitas)
- Programa de Integração Social – PIS (alíquota de 0,65% sobre as receitas)
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS (aliquota de 3% sobre as receitas)

Impostos municipais

- Imposto sobre Serviços – ISS (média de 3% sobre as receitas, dependendo de cada município)

b) Equipamentos e materiais

- Material de Consumo: giz, papel, marcadores, tinta, quadro (branco, texto, etc.), componentes, medicamentos, material descartável (saúde), disquetes, CD Roms, cartuchos/fitas para impressoras, fitas (gravadores, vídeos, ...), etc.
- Programas de computadores: linguagens, aplicativos, bancos de dados/informações, etc.
- Equipamentos Audio-Visuais: Retroprojeto, viseocassete, datashow, projetor de slides, projetor digital, televisão, telas, quadros(branco, negro), câmeras fotográficas, vídeo, ilhas de edição, etc.)
- Equipamentos de Informática: Computadores, impressoras, scanners, no-breaks, estabilizadores, mesas digitalizadoras, etc.
- Equipamentos de laboratório: específicos de cada curso/área profissional.

c) Capacitação

No caso de fatores que devam ser indicados por rateio (p.ex. técnico-administrativos, diretores da mantida e diretores da mantenedora), deve-se realizar a estimativa com base em valores que representem com fidelidade a real utilização do recurso para o funcionamento do curso proposto.

5. DO CURSO

5.1. Dados Gerais do Curso

A Instituição deverá disponibilizar o projeto do curso autorizado para a Comissão Avaliadora.

5.1.1. Denominação

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA AMBIENTAL – ENFASE EM SANEAMENTO AMBIENTAL
<i>Curso Autorizado</i>

A denominação do Curso pós-Reconhecimento deverá ser diferente da área profissional.

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SANEAMENTO AMBIENTAL
<i>Curso Pós-Reconhecimento</i>

5.1.2. Dados do responsável pelo preenchimento do formulário

Nome:	ENDRIGO PINO PEREIRA LIMA					
End.:	RUA GOMES CARNEIRO, 1361					
Cidade:	PELOTAS	UF:	RS	CEP:	96010-610	
Fone:	(53) 227-6900	Fax:	(53) 284-5006	Cel:	(53) 99836274	
e-Mail:	guapolima@terra.com.br					
<i>Curso Autorizado</i>						

5.1.3. Dados do coordenador do curso

Responsável pela implantação e administração do curso

Nome:	Kátia Regina Lemos Castagno				
End.:	Rua Nilo Peçanha, 120- D / 302				
Cidade:	Pelotas	UF:	RS	CEP:	96055-410
Fone:	(53) 273-1032	Fax:	(53) 284-5006	Cel:	(53) 9117-9422
e-Mail:					
<i>Curso Autorizado</i>					

Responsável pela continuação do curso

Nome:	PLATÃO TAVARES ALVES DA FONSECA				
End.:	RUA DR. MIGUEL BARCELOS, 305 APTO 304				
Cidade:	PELOTAS	UF:	RS	CEP:	96015-150
Fone:	(53) 222-2436	Fax:	(53) 284-5006	Cel:	(53) 998267798
e-Mail:	platao@cefetrs.tche.br				
<i>Curso Autorizado</i>					

Nome:	Kátia Regina Lemos Castagno				
End.:	Rua Nilo Peçanha, 120- D / 302				
Cidade:	Pelotas	UF:	RS	CEP:	96055-410
Fone:	(53) 273-1032	Fax:	(53) 284-5006	Cel:	(53) 9117-9422
e-Mail:	katiarlc@cefetrs.tche.br				
<i>Curso Pós-Reconhecimento</i>					

5.1.4. Regime de matrícula

Matrícula por: crédito ou seriado ou módulo ou ...

Periodicidade Letiva: se é anual, semestral, quadrimestral, bimestral, modular, etc.

Matrícula por:	Periodicidade Letiva	Valor do período	Valor anuidade
Crédito	Semestre		
<i>Curso Autorizado</i>			

Matrícula por:	Periodicidade Letiva	Valor do período	Valor anuidade
Crédito	Semestre		
<i>Curso Pós-Reconhecimento</i>			

5.1.5. Total de vagas anuais

Turnos de funcionamento	Vagas por turma	Numero de turmas	Total de vagas anuais	Obs.
Matutino	X	X	X	
Vespertino	X	X	X	
Noturno	25	1	25	
Total		1	25	
Obs.:				
<i>Curso Autorizado</i>				

Turnos de funcionamento	Vagas por turma	Numero de turmas	Total de vagas anuais	Obs.
Matutino	X	X	X	
Vespertino	X	X	X	
Noturno	25	1	25	
Total		1	25	
Obs.:				
<i>Curso Pós-Reconhecimento</i>				

5.1.6. Carga horária

Observar a carga horária mínima e máxima da área profissional do curso

Observar que a hora-currículo é apresentada em hora de 60 minutos.

A carga horária referente a estágios e TCC são computadas para obter a carga horária máxima do curso, porém não podem ser utilizadas para atingir a carga horária mínima do curso.

Carga horária	Prazo de integralização da carga horária	
Total do curso	limite mínimo (meses/semestres)	limite máximo (meses/semestres)
2115	6 semestres	10 semestres
<i>Curso Autorizado</i>		

Carga horária	Prazo de integralização da carga horária	
Total do curso	limite mínimo (meses/semestres)	limite máximo (meses/semestres)
TOTAL – 2485 2115 + 150 (At. Compl.) + 220 (Estágio)	6 semestres	10 semestres
<i>Curso Pós-Reconhecimento</i>		

5.2. Organização e Desenvolvimento Curricular

A Instituição deverá viabilizar uma reunião entre a Comissão Avaliadora e os alunos do curso.

5.2.1. Justificativa da oferta do curso

Justificar a continuidade do Curso amparada por um estudo de tendências econômicas, tecnológicas e demandas.

Fundamentar através de fontes de informações sobre existências de cursos no Brasil e/ou na Região e através de fontes de informações sobre demanda.

Máximo de 3 páginas ou 100 linhas.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS), anteriormente na qualidade de Escola Técnica Federal de Pelotas, vem formando técnicos industriais de nível médio em oito modalidades para a região sul e para o Brasil há mais de 50 anos, sendo reconhecida nacionalmente nesta área de atuação.

No início deste ano de 1999, com a elevação da ETFPEL à qualidade de CEFET-RS, abre-se espaço para que, mais uma vez, venhamos a contribuir com o país através da qualificação de profissionais de alta qualidade, neste momento em nível de terceiro grau.

Neste momento em que as atenções mundiais estão voltadas para as questões ambientais, quer em nível de ambiente natural, quer nas relações antrópicas que ocorrem (urbanização, desenvolvimento industrial etc.), nosso CEFET-RS não pode deixar passar despercebido todos estes fatores que estão influenciando sobremaneira a vida humana em todo o planeta.

A Constituição Federal, através do seu artigo 225, determina que “todo cidadão tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencialmente à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

É neste contexto que o CEFET-RS deve agir, sob dois prismas do mesmo artigo da nossa Constituição. Inicialmente por ser a primeira vez que as “futuras gerações” são citadas no texto constitucional, o que no obriga a iniciar um trabalho com vistas a estas gerações, e, em seguida, por ser posto a cargo do poder público a defesa e preservação do meio ambiente, responsabilidade que não podemos nos furtar de assumir.

Como escola pública que somos e pela necessidade que se impõe, cabe ao CEFET-RS a interferência imediata no sentido de atender a este apelo ambiental, não só pelo prescrito no texto federal, mas, principalmente, pela necessidade de formação de mão de obra qualificada para atuar na região e no país, que, além da formação tecnológica necessária ao bom desempenho destas funções, implicará na formação de uma consciência ambiental em nossos alunos e na comunidade como um todo.

Há de se considerar o constante crescimento habitacional e, conseqüentemente, das atividades industriais, extrativistas, agrícolas, pecuária, além da urbanização dos municípios, o que interfere de maneira decisiva no ambiente em que vivemos.

Para isto faz-se necessária a formação de um profissional de nível superior capacitado a atuar tanto na indústria quanto no campo e cidade, buscando sempre o desenvolvimento sustentável, consolidado na Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92.

Também a Agenda 21, em seu capítulo 36, coloca como objetivo “(d) Promover a integração de conceitos de ambiente e desenvolvimento, inclusive demografia, em todos os programas de ensino, em particular a análise das causas dos principais problemas ambientais e de desenvolvimento em um contexto local, recorrendo para isso às melhores provas científicas disponíveis e a outras fontes apropriadas de conhecimentos, e dando especial atenção ao aperfeiçoamento do treinamento dos responsáveis por decisões em todos os níveis”, o que leva as atividades de ensino em direção ao treinamento e conscientização, ao fortalecimento da capacidade nacional em facilitar a transferência e assimilação de novas tecnologias, e o conhecimento técnico ambientalmente saudável e socialmente aceitável.

Nossa região sul, de caráter predominantemente agro-pastoril, com atividades de extração mineral e alguma atividade industrial, é extremamente carente de mão de obra qualificada para atuação ambiental, isto é, com trabalho objetivando à conservação do meio ambiente.

Na tentativa de caracterizar e levantar as necessidades da região e do estado, bem como definir o perfil do profissional de nível superior para atuação na área ambiental, o CEFET/RS encaminhou para indústrias, órgãos governamentais, prefeituras municipais e entidades interessadas em promover a conservação ambiental um instrumento de sondagem onde apresenta o perfil profissional do egresso do Curso de Tecnologia Ambiental.

As indústrias consultadas desempenham atividades na área de alimentos, fertilizantes, papel e celulose, petróleo e petroquímica, têxteis e metal-mecânica. Das empresas que responderam a pesquisa 90%

desempenham atividades na área ambiental, como: tratamento de água, tratamento de resíduos sólidos e líquidos, monitoramento de resíduos, controle de parâmetros ambientais, manutenção de ETA's, programas de redução e reaproveitamento de resíduos, gerenciamento ambiental entre outros. Dessas empresas 77% apresentam formação profissional de nível médio (técnicos em química e saneamento) ou nível superior (engenharia química e biologia) alguns com especialização e mestrado, sendo que 54% desempenham de forma deficiente as tarefas apresentadas. Essas empresas quando consultadas sobre o perfil proposto manifestaram interesse pelo profissional a ser formado em 100% dos casos. Ainda, segundo a pesquisa em 15% das indústrias o profissional atuaria na área de extensão, em 31% dos casos na área de projeto e 54% na área de gerenciamento.

Os órgãos governamentais como FEPAM, assim como a Secretaria de Serviços Urbanos, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, Saúde e Bem-estar da cidade de Pelotas e o Destacamento de Patrulha Ambiental da Brigada Militar (PATRAM) manifestaram-se positivamente quanto ao perfil proposto, destacando a importância e a necessidade deste profissional para a cidade e região.

As entidades não governamentais, com atuação na área ambiental, como Associação de Engenheiros e Arquitetos de Pelotas - AEAP, o Centro de Estudos Ambientais - CEA, e o Sindicato das Indústrias da Construção Civil e Moveleira da Região Sul - SINDUSCON, também mostraram-se favoráveis à criação do Curso de Tecnologia Ambiental.

Os municípios da região, consultados através da Comissão do Meio Ambiente do COREDE/SUL, receberam a proposta com entusiasmo e manifestaram o seu apoio à implantação de um curso na área ambiental pelo CEFET, já que as questões ambientais como água para consumo, lixo e esgoto doméstico destacam-se cada vez mais como prioridades da população a serem atendidas pela administração pública municipal.

Com base no exposto justifica-se a criação do Curso de Tecnologia Ambiental, conseguindo-se, deste modo, a formação de profissionais capazes de atuar nos problemas ambientais promovidos pelas atividades aqui desenvolvidas, além de promoverem a conscientização ambiental tão necessária à sociedade para que esta possa caminhar na direção da sustentabilidade, atendendo à qualidade de vida desta e das futuras gerações.

Curso Autorizado

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS), anteriormente na qualidade de Escola Técnica Federal de Pelotas, vem formando técnicos industriais de nível médio em oito modalidades para a região sul e para o Brasil há mais de 50 anos, sendo reconhecida nacionalmente nesta área de atuação.

No início deste ano de 1999, com a elevação da ETFPEL à qualidade de CEFET-RS, abre-se espaço para que, mais uma vez, venhamos a contribuir com o país através da qualificação de profissionais de alta qualidade, neste momento em nível de terceiro grau.

Neste momento em que as atenções mundiais estão voltadas para as questões ambientais, quer em nível de ambiente natural, quer nas relações antrópicas que ocorrem (urbanização, desenvolvimento industrial etc.), nosso CEFET-RS não pode deixar passar despercebido todos estes fatores que estão influenciando sobremaneira a vida humana em todo o planeta.

A Constituição Federal, através do seu artigo 225, determina que "todo cidadão tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencialmente à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

É neste contexto que o CEFET-RS deve agir, sob dois prismas do mesmo artigo da nossa Constituição. Inicialmente por ser a primeira vez que as "futuras gerações" são citadas no texto constitucional, o que no obriga a iniciar um trabalho com vistas a estas gerações, e, em seguida, por ser posto a cargo do poder público a defesa e preservação do meio ambiente, responsabilidade que não podemos nos furtar de assumir.

Como escola pública que somos e pela necessidade que se impõe, cabe ao CEFET-RS a interferência imediata no sentido de atender a este apelo ambiental, não só pelo prescrito no texto federal, mas, principalmente, pela necessidade de formação de mão de obra qualificada para atuar na região e no país, que, além da formação tecnológica necessária ao bom desempenho destas funções, implicará na formação de uma consciência ambiental em nossos alunos e na comunidade como um todo.

Há de se considerar o constante crescimento habitacional e, conseqüentemente, das atividades industriais, extrativistas, agrícolas, pecuária, além da urbanização dos municípios, o que interfere de maneira decisiva no ambiente em que vivemos.

Para isto faz-se necessária a formação de um profissional de nível superior capacitado a atuar tanto na indústria quanto no campo e cidade, buscando sempre o desenvolvimento sustentável, consolidado na

Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92.

Também a Agenda 21, em seu capítulo 36, coloca como objetivo "(d) Promover a integração de conceitos de ambiente e desenvolvimento, inclusive demografia, em todos os programas de ensino, em particular a análise das causas dos principais problemas ambientais e de desenvolvimento em um contexto local, recorrendo para isso às melhores provas científicas disponíveis e a outras fontes apropriadas de conhecimentos, e dando especial atenção ao aperfeiçoamento do treinamento dos responsáveis por decisões em todos os níveis", o que leva as atividades de ensino em direção ao treinamento e conscientização, ao fortalecimento da capacidade nacional em facilitar a transferência e assimilação de novas tecnologias, e o conhecimento técnico ambientalmente saudável e socialmente aceitável.

Nossa região sul, de caráter predominantemente agro-pastoril, com atividades de extração mineral e alguma atividade industrial, é extremamente carente de mão de obra qualificada para atuação ambiental, isto é, com trabalho objetivando à conservação do meio ambiente.

Os órgãos governamentais como FEPAM, assim como a Secretaria de Serviços Urbanos, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, Saúde e Bem-estar da cidade de Pelotas e o Destacamento de Patrulha Ambiental da Brigada Militar (PATRAM) manifestam-se positivamente quanto ao perfil proposto, destacando a importância e a necessidade deste profissional para a cidade e região.

As entidades não governamentais, com atuação na área ambiental, como Associação de Engenheiros e Arquitetos de Pelotas - AEAP, o Centro de Estudos Ambientais - CEA, e o Sindicato das Indústrias da Construção Civil e Moveleira da Região Sul - SINDUSCON, também mostraram-se favoráveis à criação do Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Os municípios da região, consultados através da Comissão do Meio Ambiente do COREDE/SUL, receberam a proposta com entusiasmo e manifestaram o seu apoio à implantação de um curso na área ambiental pelo CEFET, já que as questões ambientais como água para consumo, lixo e esgoto doméstico destacam-se cada vez mais como prioridades da população a serem atendidas pela administração pública municipal.

Com base no exposto justifica-se a importância do Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental, conseguindo-se, deste modo, a formação de profissionais capazes de atuar nos problemas ambientais promovidos pelas atividades aqui desenvolvidas, além de promoverem a conscientização ambiental tão necessária à sociedade para que esta possa caminhar na direção da sustentabilidade, atendendo à qualidade de vida desta e das futuras gerações.

Curso Pós-Reconhecimento

5.2.2. Finalidades e objetivos do curso

Necessidade(s) que pretende atender nos postos/ocupações/funções existentes e/ou possíveis no mercado de trabalho.

Máximo de 1 página ou 30 linhas.

O curso de Tecnologia Ambiental – Ênfase em Saneamento Ambiental visa à formação de profissionais que tratem de questões relacionadas ao controle e ao gerenciamento ambiental, em busca de uma melhor qualidade das atividades produtivas desenvolvidas na região e, conseqüentemente, de uma melhor qualidade de vida para estas populações.

O conjunto de disciplinas proposto para o Curso pretende:

- proporcionar uma visão global da problemática ambiental e uma compreensão dos aspectos técnicos institucionais e legais do contexto ambiental;
- desenvolver os fundamentos teóricos aplicados ao saneamento ambiental;
- viabilizar soluções técnicas para problemas ambientais nas áreas urbana e rural;
- contribuir na implantação de sistemas de gestão ambiental;
- formar profissionais aptos a compreender e elaborar projetos e documentos ambientais.

Curso Autorizado

O curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental visa à formação de profissionais que tratem de questões relacionadas ao controle e ao gerenciamento ambiental, em busca de uma melhor qualidade das atividades produtivas desenvolvidas na região e, conseqüentemente, de uma melhor qualidade de vida para estas populações.

O conjunto de disciplinas proposto para o Curso pretende:

- proporcionar uma visão global da problemática ambiental e uma compreensão dos aspectos técnicos institucionais e legais do contexto ambiental;
- desenvolver os fundamentos teóricos aplicados ao saneamento ambiental;
- viabilizar soluções técnicas para problemas ambientais nas áreas urbana e rural;
- contribuir na implantação de sistemas de gestão ambiental;
- formar profissionais aptos a compreender e elaborar e acompanhar projetos e documentos ambientais nas áreas de drenagem urbana, instalações hidrossanitárias, operar estações de tratamento de água e esgotos, entre outras.

O profissional de Tecnologia em Saneamento Ambiental poderá atuar nas estações de tratamento de água, nas estações de tratamento de esgoto, em obras de drenagem pluvial, no gerenciamento de resíduos sólidos domiciliares e nas ações de saúde pública implementadas.

Curso Pós-Reconhecimento

5.2.3. Perfil Profissional de Conclusão

Indicar as competências que serão adquiridas baseadas nas pesquisas de mercado/demanda.

Máximo de 1 página ou 30 linhas.

O profissional formado pelo Curso de Tecnologia Ambiental – Ênfase em Saneamento Ambiental, poderá atuar em empresas públicas e privadas, em órgãos governamentais, indústrias, empresas de consultoria e prefeituras municipais, sendo capaz de desempenhar atividades como:

- supervisionar a construção urbana ou rural de sistemas de saneamento básico, nas áreas de água para abastecimento público e industrial, drenagem de águas pluviais, instalações prediais de água, esgoto, águas pluviais;
- prestar serviços junto à Estação de Tratamento de água, Estações de Tratamento de esgotos, laboratórios de monitoramento de qualidade de água e esgoto;
- executar programas governamentais de saneamento básico;
- controlar e executar programas de saúde pública.

Curso Autorizado

O profissional formado pelo Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental, poderá atuar em empresas públicas e privadas, em órgãos governamentais, indústrias, empresas de consultoria e prefeituras municipais, sendo capaz de desempenhar atividades como:

- supervisionar a construção urbana ou rural de sistemas de saneamento básico, nas áreas de água para abastecimento público e industrial, drenagem de águas pluviais, instalações prediais de água, esgoto, águas pluviais;
- prestar serviços junto à Estação de Tratamento de água, Estações de Tratamento de esgotos, laboratórios de monitoramento de qualidade de água e esgoto;
- executar programas governamentais de saneamento integrado;
- controlar e executar programas de saúde pública.

Curso Pós-Reconhecimento

5.2.4. Fluxograma do curso (representação gráfica do percurso de formação)

No fluxograma, deverá está indicado as menores unidades curriculares, suas cargas horárias, a que módulos pertencem (se for o caso), e em que ordem os alunos deverão cursá-las.

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SANEAMENTO AMBIENTAL

5.2.5. Organização curricular (disposição em módulos, disciplinas, projetos e outros.)

Preencher um quadro para cada unidade curricular.

Separar pela menor unidade curricular (menor subdivisão da organização curricular)

Indicar para cada unidade curricular suas respectivas: carga horária, competências, habilidades, bases tecnológicas.

Indicar pré-requisito(s) quando houver.

Indicar terminalidade/certificação por unidade curricular ou conjunto de unidades curriculares.(quando houver).

Indicar Bibliografia Básica (Livro Texto). Em descrição informar na seguinte ordem: Título, Autor, Edição, Local, Editora e Ano. Crie uma linha na tabela para cada título e se possível ordenados por unidade curricular.

Indicar Bibliografia Complementar. Em descrição informar na seguinte ordem: Título, Autor, Edição, Local, Editora e Ano. Crie uma linha na tabela para cada título e se possível ordenados por unidade curricular.

Indicar a compatibilidade entre a organização curricular e a educação ambiental, conforme disposto nos artigos de 9º a 12 da Lei Federal 9795 de 27/04/1999.

Em observações coloque qualquer informação adicional que julgar pertinente.

Disponibilizar, na visita de verificação, os Diários de Classe, o Calendário Escolar, Controle Acadêmico.

Caso o curso tenha sofrido alguma alteração ao longo do processo (da autorização ao reconhecimento), informar e justificar a mudança de denominação e/ou de carga horária. Apresentar fotocópia do ato legal de autorização da alteração.

5.2.5.1. Descrição das Unidades Curriculares do Curso Autorizado

Criar uma tabela para cada unidade curricular.

5.2.5.1.1 – Organização Curricular por Competência

Caso a Organização Curricular do Curso Autorizado seja organizada por competências ou de forma híbrida, preencha a seguinte tabela:

5.2.6. Outros itens do projeto pedagógico

5.2.6.1. Forma de acesso ao curso

Disponibilizar à Comissão Avaliadora os editais dos processos seletivos dos anos de funcionamento do curso como autorizado, bem como respectivos manuais do candidato.

Descrever, resumidamente, a proposta de edital do processo seletivo e do manual do candidato para o curso pós-reconhecimento.

O Processo Seletivo começa com a divulgação na comunidade através de cartazes colocados em pontos-chaves da cidade e enviados para outras instituições da região. Também são feitas chamadas pelos dois canais de televisão existentes na cidade (RBS e SBT) nos períodos que antecedem as inscrições.

O CEFET-RS mantém sempre à disposição dos interessados, na secretaria dos Cursos de Tecnologia, exemplares do Catálogo do CEFET-RS assim como folders, fluxogramas e outras informações a respeito dos cursos oferecidos pela instituição.

O edital do processo seletivo é publicado no Diário Oficial da União, no Diário Popular, jornal de maior circulação na cidade, na página WEB do CEFET-RS divulgando o número de vagas por curso/turno, os prazos, os documentos necessários, as taxas e as formas de inscrição.

No período de inscrições, é posto à venda o Manual do Candidato onde encontram-se as informações sobre a instituição, sobre os cursos e, principalmente, sobre o processo seletivo. No Manual do Candidato encontra-se encartado a ficha de inscrição que é preenchida e devolvida pelo correio ao CEFET.

O requisito geral de ingresso para todos os Cursos de Tecnologia é ter concluído o Ensino Médio ou equivalente até a data da matrícula.

Para a inscrição no processo seletivo não é exigida nenhuma comprovação de escolaridade até porque a maioria ainda está cursando o terceiro ano do Ensino Médio.

O processo seletivo ocorre uma vez por ano sendo que as provas ocorrem em uma única fase (num único dia) onde uma parte é feita pela manhã e a outra metade à noite.

Apesar das disciplinas dos cursos terem duração semestral, há um único ingresso por cada processo seletivo.

O processo seletivo é composto por provas objetivas em todas as disciplinas do ensino médio com exceção de português onde, além da prova objetiva, é exigida uma redação. A prova é igual para todos os cursos de tecnologia porém são atribuídos pesos diferentes a cada disciplina conforme a peculiaridade de cada curso.

O número de questões por disciplinas são assim distribuídas:

Português (10), Matemática (10), Física (10), Química (10), Biologia (10), História (6), Geografia (6) e Inglês (8).

As disciplinas são classificadas em grupos para receberem pesos diferentes conforme o curso.

Assim fica a distribuição de pesos por grupos e por curso:

Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações: Português e Redação: (4), Matemática e Física (4), Química e Biologia (1), História Geografia e Inglês (1)

Tecnologia em Automação Industrial: Português e Redação: (4), Matemática e Física (4), Química e Biologia (1), História Geografia e Inglês (1)

Tecnologia Ambiental: Português e Redação: (3), Matemática e Física (3), Química e Biologia (3), História Geografia e Inglês (1)

É desclassificado o candidato que estiver ausente a uma parte da prova ou que tiver aproveitamento nulo em qualquer dos grupos de disciplinas.

A correção da prova objetiva é feita por leitura ótica de cartão e a de redação é feita por uma equipe

de professores de português que recebe um treinamento especial para este fim.

5.2.6.2. Práticas pedagógicas

Detalhar a forma como cada unidade curricular foi desenvolvida, indicando atividades tais como: seminários, visitas técnicas, práticas e ensaios de laboratórios e outros.

As práticas pedagógicas desenvolvidas por unidade curricular, listadas abaixo, estão descritas nos planos de ensino de disciplina, que estão a disposição da comissão verificadora.

1º semestre

Cálculo diferencial e integral - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Física - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Biogeografia - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Desenho técnico - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Fundamentos de química I - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Informática - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Biologia - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

2º semestre

Dinâmica da natureza - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Sociologia - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Legislação ambiental - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Qualidade aplicada ao meio ambiente - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Fundamentos de química II - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Estatística - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Poluição e saneamento ambiental - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Ecologia - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Metodologia científica e tecnológica - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

3º semestre

Tratamento de águas - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Controle de resíduos sólidos - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Hidrologia e hidrodinâmica - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Química aplicada - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Química ambiental - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em

grupo, projeto, seminário, pesquisa

Higiene e segurança ocupacional - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Controle de resíduos líquidos I - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Planejamento ambiental - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

4º semestre

Tecnologias limpas e minimização de resíduos - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Resistência dos Materiais - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Controle de resíduos líquidos II - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Materiais de Construção I - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Mecânica dos Solos I - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Avaliação de impacto ambiental - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Tratamento de esgotos (Eletiva) - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Eletrotécnica - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Tecnologia das Construções - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

5º semestre

Topografia - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Materiais de Construção II - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Cadeias produtivas - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Metodologia de projetos - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Mecânica dos solos II - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Gerenciamento ambiental - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Habilidades e técnicas de comunicação - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Disposição final de resíduos (Eletiva) - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Sensoriamento remoto (Eletiva) - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Saúde Pública - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

6º semestre

Orçamento - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Controle de emissões atmosféricas (eletiva) - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Análise de risco (eletiva) - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Toxicologia (eletiva) - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em

grupo, projeto, seminário, pesquisa

Obras de Abastecimento - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Administração industrial - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Irrigação e Drenagem - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Seminário - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Projeto de graduação - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Curso Autorizado

Detalhar a forma como cada unidade curricular vai ser desenvolvida, indicando atividades tais como: seminários, visitas técnicas, práticas e ensaios de laboratórios e outros.

As práticas pedagógicas desenvolvidas por unidade curricular, listadas abaixo, estão descritas nos planos de ensino de disciplina, que estão a disposição da comissão verificadora.

1º semestre

Cálculo diferencial e integral - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Física Aplicada - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Biogeografia - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Desenho técnico - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Química Geral Aplicada - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Informática Aplicada - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Ética, Cidadania e Meio Ambiente – aula expositiva, trabalhos em grupo, seminário.

2º semestre

Dinâmica da natureza - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Legislação ambiental - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Termodinâmica e Mecânica dos Fluidos Aplicada - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Microbiologia Ambiental - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Estatística Aplicada - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Poluição e saneamento ambiental - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Higiene e segurança ocupacional - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Cálculo vetorial - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Química Orgânica Ambiental - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

3º semestre

Tratamento de águas - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Gerenciamento de resíduos sólidos - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Administração da Produção - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Química ambiental - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Controle de efluentes líquidos - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Geotecnia ambiental – aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Hidráulica – aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

4º semestre

Resistência dos Materiais- aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Controle avançado de resíduos líquidos - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Materiais de Construção I - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Tecnologia das Construções - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

SGA e ecodesign - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Metodologia científica e tecnológica – aula expositiva dialogada, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Topografia – aula expositiva dialogada, atividades práticas, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, pesquisa

Gidrologia ambiental – aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Análise de risco – aula expositiva dialogada, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

5º semestre

Avaliação de impacto ambiental - aula expositiva dialogada, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Materiais de construção II - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Metodologia de projetos - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Mecânica dos solos aplicada - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Técnicas de comunicação - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Projeto de pesquisa – aula expositiva dialogada, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Destinação final de resíduos – aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Obras de saneamento – aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

6º semestre

Análise de investimentos ambientais - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho

individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Redes de saneamento - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Saúde ambiental - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Irrigação e Drenagem - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Seminário - aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Gerenciamento ambiental – aula expositiva dialogada, atividades de laboratório, trabalho individual, trabalho em grupo, projeto, seminário, pesquisa

Curso Pós-reconhecimento

Analisar sua compatibilidade com o perfil profissional de conclusão, objetivos e organização curricular.

5.2.6.3. Flexibilidade Curricular

Indicar os dispositivos de aceleração de estudos, percursos de formação alternativos, disciplinas/módulos optativos, certificações parciais e outros.

A flexibilidade curricular está implícita no sistema de matrícula por disciplina uma vez que o aluno traça a sua trajetória curricular segundo a sua disponibilidade de tempo desde que preserve um mínimo de horas por semana conforme prevê a organização didática.

Há também o restritivo da observação dos pré-requisitos para cada uma das disciplinas e o tempo máximo para a conclusão do curso. São aceitos conhecimentos formais adquiridos em outros cursos superiores o que pode encurtar bastante o seu curso. Não está prevista nenhuma certificação intermediária e sim, apenas, ao final do curso.

Quanto aos alunos que já cursaram disciplinas em outros cursos superiores, são avaliadas a carga horária e o programa das respectivas disciplinas. Não são avaliadas competências adquiridas fora do ensino formal

Curso Autorizado

A flexibilidade curricular está implícita no sistema de matrícula por disciplina uma vez que o aluno traça a sua trajetória curricular segundo a sua disponibilidade de tempo desde que preserve um mínimo de horas por semana conforme prevê a organização didática.

Há também o restritivo da observação dos pré-requisitos para cada uma das disciplinas e o tempo máximo para a conclusão do curso. São aceitos conhecimentos formais adquiridos em outros cursos superiores o que pode encurtar bastante o seu curso. Não está prevista nenhuma certificação intermediária e sim, apenas, ao final do curso.

Quanto aos alunos que já cursaram disciplinas em outros cursos superiores, são avaliadas a carga horária e o programa das respectivas disciplinas. Não são avaliadas competências adquiridas fora do ensino formal

A flexibilidade do Curso também será garantida pela oferta das disciplinas eletivas citadas abaixo:

- Disposição Final de Resíduos (5º sem);
- Sensoriamento Remoto (5º sem);
- Inglês Técnico (5º sem);
- Controle de Emissões Atmosféricas (6º sem);
- Análise de Risco (6º sem);
- Toxicologia (6º sem);

5.2.6.4. Sistema de avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Detalhar o(s) método(s) de avaliação, para cada unidade curricular, do processo ensino-aprendizagem adotado(s) pela Instituição conforme regimento/estatuto e organização das normas didáticas.

Disponibilizar os arquivos das avaliações realizadas.

SEÇÃO VI
DO APROVEITAMENTO E DA FREQUÊNCIA

Art. 55 A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento ao longo do semestre letivo e a apuração da assiduidade.

Art. 56 Ter-se-á como aprovado quanto à assiduidade na disciplina o aluno de frequência igual ou superior a 75% das aulas previstas na respectiva disciplina.

Art. 57 O semestre letivo regular será dividido em 2 (dois) períodos sendo atribuída aos alunos uma nota por período, avaliando-os em relação ao conteúdo trabalhado com a utilização de, no mínimo, 1 (um) instrumento de avaliação por período para disciplinas com até 2 horas-aulas e, no mínimo, 2 (dois) para disciplinas com maior carga horária.

§ 1º A falta de uma ou mais notas será considerada equivalente a zero.

§ 2º Na disciplina de Projeto de Graduação, ouvido o colegiado do curso, poderá ser admitida uma única avaliação no final do semestre sendo a nota atribuída aos dois períodos.

Art. 58 O aluno, na última semana do semestre letivo, independentemente do seu rendimento, terá direito a uma prova optativa abrangendo o conteúdo referente ao período onde obteve a menor nota.

§ 1º Nas disciplinas de Estágio Curricular e de Projeto de Graduação não haverá direito à prova optativa.

§ 2º A avaliação do estágio curricular será definida em regulamento próprio.

Art. 59 A nota da prova optativa substituirá a do período em que houve menor rendimento, se for maior do que esta, caso contrário será mantida a nota anterior.

Art. 60 Ter-se-á como aprovado, quanto ao aproveitamento na disciplina, o aluno que obtiver média aritmética simples igual ou superior a 6 (seis).

Art. 61 Os instrumentos de avaliação, preferencialmente, deverão ser de forma escrita, sempre que a natureza da disciplina permitir.

§ 1º Dos instrumentos de avaliação aplicados deverá ser dada vista aos alunos, sendo comentados e, a critério do professor, os mesmos poderão ser entregues definitivamente aos alunos.

§ 2º Ao professor que optar pela guarda das provas caberá a responsabilidade de resguardá-las pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, após o término do semestre letivo não havendo, após este período, qualquer direito à nova vista.

Art. 62 O aluno que não comparecer às avaliações somente terá direito à segunda chamada nos casos:

- a) regulamentados em lei;
- b) em que estiver representando o CEFET-RS;
- c) em que o professor achar por bem deferir o requerimento.

Art. 63 Para realização de segunda chamada, o aluno deverá encaminhar um requerimento à Diretoria da Unidade, preenchido em formulário próprio, dentro de dois dias úteis após o seu retorno às aulas.

§ 1º O pedido de segunda chamada deverá ser feito individualmente para cada disciplina requerida.

§ 2º As justificativas da falta deverão acompanhar o requerimento, devidamente comprovadas.

§ 3º Será facultado ao professor o direito de indeferir os pedidos, excetuando-se os casos previstos em lei, assim como aqueles em que a falta do aluno seja decorrente de representação do CEFET-RS.

§ 4º Após o despacho do pedido, o aluno terá dois dias úteis para encaminhá-lo ao professor.

Art. 64 A aplicação da prova de segunda chamada deverá ser feita antes do final do período subsequente ao daquele que o aluno requereu.

Parágrafo único - Quando a falta ocorrer no último período, a prova deverá ser aplicada e o aluno terá o direito de tomar ciência de seu resultado no mínimo 48 horas antes da prova optativa.

Art. 65 Na prova de segunda chamada serão avaliados os mesmos conteúdos da primeira chamada.

Art. 66 Será concedida revisão de qualquer prova ao aluno que discordar, fundamentadamente, dos resultados obtidos.

§ 1º A revisão de provas será requerida pelo aluno, de forma escrita, ao coordenador do curso até dois dias letivos após a vista de provas e divulgação dos resultados.

§ 2º De posse da solicitação, o coordenador deverá encaminhá-la ao professor da disciplina que fará a revisão.

§ 3º Quando a solicitação do aluno não for acolhida total ou parcialmente, este poderá requerer nova revisão de prova à Diretoria da Unidade, até dois dias letivos após a data do parecer dado pelo coordenador do curso.

§ 4º Após o deferimento do pedido, feito à Diretoria da Unidade, a revisão será efetivada por uma comissão constituída pelo próprio professor da disciplina, por mais dois professores, por um servidor da Coordenadoria de Planejamento e Avaliação do Ensino, que terão o prazo de cinco (05) dias letivos para pronunciar-se.

§ 5º Para formar a comissão referida no parágrafo anterior, preferencialmente, deverão ser chamados professores da mesma disciplina ou disciplina afim.

§ 6º A Comissão, após a revisão de prova, pronunciar-se-á sobre a manutenção ou majoração da nota.

Art. 67 A reprovação numa disciplina impede que seja feita matrícula nas disciplinas que a exigem como pré-requisito.

Art. 68 No caso de oferecimento de disciplinas em semestres alternados, se houver reprovação numa ou mais disciplinas, o aluno poderá cursar estas disciplinas em turno inverso ou deverá esperar um semestre para que ela seja novamente oferecida no seu turno.

Curso Autorizado

IDEM AO CURSO AUTORIZADO

Curso Pós-Reconhecimento

Analisar sua compatibilidade com o perfil profissional de conclusão, objetivos e organização curricular.

5.2.6.5. Estágio Curricular (OPCIONAL)

A carga horária do estágio curricular não deverá compor a carga horária mínima do curso e deve estar incluída na máxima.

Relatar todas as informações acerca dos estágios. Informar se há estágio e se ele ocorre durante ou no final do curso; indicar a presença de coordenador de estágio e professores orientadores; informar se há relatório e defesa do mesmo e apresentar a regulamentação de estágio. (articulação teoria x prática)

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Lei 6.494/77, Decreto 8.7497/82, LDB 9.394/96 – artigo 82, Decreto 2.208/97, Medida Provisória 1.726 de 3/11/98, Parecer 16 – CNE,

Resolução N.º 04/99/CNE/CEB.

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Art. 1º Denomina-se Estágio Curricular as atividades de aprendizado social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante, através da participação em situações reais de vida e trabalho do seu meio, sob a coordenação da Instituição de Ensino.

Art. 2º O Estágio Curricular de caráter obrigatório será considerado atividade didático-pedagógica, podendo ser realizado de forma seqüencial ou concomitante, podendo ser desenvolvido em entidades públicas ou privadas, que tenham condições de proporcionar prática profissional no ramo específico de habilitação do aluno.

§ 1º A concomitância será permitida a partir do último semestre para cursos de duração de até dois anos e no último ano para cursos com duração superior a dois anos.

§ 2º Para a realização do estágio seqüencial o aluno deverá efetivar sua matrícula na Instituição.

§ 3º O prazo máximo para conclusão do estágio curricular, quando os cursos técnicos e o próprio estágio forem organizados por módulos, não poderá exceder a 5 anos após a conclusão do 1º módulo.

Art. 3º O Estágio Curricular poderá ser realizado na própria Escola, em áreas que tenham condições de oferecer ao aluno experiência e situações de trabalho necessárias à sua formação.

Art. 4º A realização do Estágio Curricular, com rendimento satisfatório, será condição indispensável à obtenção do diploma de Técnico ou de Tecnólogo.

Art. 5º O estágio Curricular deverá proporcionar ao estudante atividade de treinamento, integração, aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano, devendo, necessariamente, compatibilizar e correlacionar estas atividades à habilitação profissional pretendida.

Parágrafo único – As atividades, desenvolvidas sob supervisão, poderão ser, entre outras:

I - Execução ou controle técnico de trabalhos profissionais, orientação e coordenação de equipes de instalações, montagens, operações, reparos e/ou manutenção;

II - Assistência técnica e assessoria ao estudo de viabilidade e desenvolvimento de projetos e pesquisas aplicadas ou nos trabalhos de vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e consultoria, exercendo, entre outras, as seguintes atividades:

a) Coleta de dados de natureza técnica;

b) Desenho de detalhes, representação gráfica e cálculos;

c) Elaboração de orçamento de materiais e equipamentos, instalações e recursos humanos;

d) Detalhamento de programas de trabalho, mediante observação de normas técnicas, de higiene, de segurança e ambientais;

e) Aplicação de normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho;

f) Execução de ensaios de rotina, registrando observações relativas ao controle de qualidade dos materiais, peças e conjuntos;

g) Regulagem de máquinas, aparelhos e instrumentos técnicos.

III - Execução, fiscalização, orientação e coordenação direta de serviços de manutenção e reparo de equipamentos, instalações e arquivos técnicos específicos, bem como condução e treinamento das respectivas equipes;

IV - Assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;

V - Elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional;

VI - Outras atribuições, desde que compatíveis com sua formação curricular.

Art. 6º O Estágio Curricular desenvolver-se-á no período mínimo de um semestre letivo, podendo ser integralizado na mesma empresa, ou em mais de uma, desde que tenha um período mínimo de 60 dias em cada empresa.

Art. 7º A carga horária mínima para o Estágio Curricular dos cursos implantados a partir da Lei 9.394/96, corresponderá a 20% (vinte por cento) do total da carga horária para as habilitações de nível técnico e de 10% (dez por cento) para aquelas de nível tecnológico.

§ 1º Para o regime integrado obedecer-se-á a carga horária prevista nas grade curriculares.

§ 2º Se a carga horária não for completada no período de duração do estágio, previsto neste artigo,

deverá este ser prorrogada até sua completa integralização.

Art. 8º O Estágio Curricular poderá ser renovado, caso o estagiário queira desconsiderar o primeiro, revalidando-o por igual tempo, na mesma ou em outra empresa, porém o tempo máximo de permanência em estágio é de 12 meses.

§ 1º O segundo estágio será considerado como Estágio Curricular.

§ 2º Excepcionalmente, a critério do Diretor da DIREC ou dos Coordenadores da CIE-E ou da CIEC/UNED, será permitido ao estagiário permanecer em estágio durante o tempo máximo de 18 meses, nos casos em que se verifique simultaneamente as duas condições abaixo:

a empresa possuir um programa institucionalizado de estágio de reconhecida qualidade;

a empresa manifestar a intenção de efetivar a contratação do estagiário após a conclusão do seu estágio.

Art. 9º Caberão à Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias, através da Coordenação de Integração Escola/Empresa da sede (CIE-E) ou da Coordenação de Integração Empresarial e Comunitária (CIEC) na UNED de Sapucaia do Sul, as atividades de articulação e cadastramento dos campos de estágio, a coordenação do processo de recrutamento e seleção, bem como o encaminhamento de candidatos.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 10º Para a realização do estágio em entidades empresariais, públicas ou privadas, é necessário a existência de instrumento jurídico – Acordo de Cooperação de RH e Termo de Compromisso de Estágio - que estabeleça o ajuste entre a Empresa e o CEFET-RS, caracterizando e definindo o campo de estágio, bem como as peculiaridades de sua realização.

Art. 11º Sempre com interveniência do CEFET-RS, será celebrado Acordo de Cooperação de RH e Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante e a parte concedente do estágio, no qual se farão constar direitos e obrigações do estagiário e da empresa. O estagiário e a empresa deverão ser informados que o estágio só poderá iniciar quando esse documento for assinado por todas as partes envolvidas. Além do Termo de Compromisso de Estágio, será exigida uma Ficha de Solicitação de Estágio, assinada pelo aluno, empresa, supervisor de estágio, coordenador do curso, CIE-E ou CIEC, para dar ciência da área de atuação e a Ficha de Ingresso do Estagiário na Empresa.

Art. 12º A realização do Estágio Curricular pelo estudante não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza.

Parágrafo único – O CEFET-RS, no entanto, poderá considerar, como Estágio Curricular, as atividades desenvolvidas pelo estudante, com vínculo empregatício, desde que satisfaçam as demais exigências deste Regulamento, bastando para isso ser solicitado ao CIE-E ou CIEC, através da Ficha de Solicitação de Estágio, apresentação da Carteira de Trabalho, com cópia do registro do contrato de trabalho e da identificação do portador.

Art. 13º O estagiário poderá receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, ressalvado o que dispuser a legislação trabalhista e previdenciária, bem como deverá ter seguro contra acidentes pessoais a seu favor, custeado pela entidade concedente.

CAPÍTULO III DO ESTÁGIO NA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO

Art. 14º O estágio Curricular deverá ser desenvolvido, prioritariamente, em entidades empresariais, mas, observada a correlação das atividades com a formação do estudante, poderá ser desenvolvido no próprio CEFET-RS.

Art. 15º Para perfeita caracterização dos campos de estágio no CEFET-RS, os setores interessadas em admitir estagiários deverão apresentar à CIE-E ou à CIEC, Projeto de Estágio Curricular, acompanhado de relação das atividades a serem desenvolvidas pelo aluno, carga horária, número de estagiários pretendido e critérios de seleção de candidatos.

CAPÍTULO IV DA SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 16º O acompanhamento e a avaliação das atividades de Estágio Curricular serão feitos através do controle sistemático das fichas a seguir, bem como pela análise do relatório de estágio. Caberá à CIE-E ou à CIEC fornecer ao estagiário cópia do presente Regulamento, acompanhado da seguinte documentação:

Ficha de avaliação do estagiário na empresa;
Formulário para preenchimento do relatório.

Art. 17º Após a conclusão do período de estágio, o estudante deverá apresentar ao CEFET-RS relatório consubstanciado de suas atividades, o qual terá as seguintes finalidades:

Informar as Unidades do CEFET-RS em que o estagiário estiver matriculado sobre a atuação deste em termos profissionais;

Possibilitar à CIE-E e CIEC a atualização de seus registros no que se refere ao acompanhamento da prática profissional do estagiário.

Proporcionar a Diretoria de Ensino, através da Coordenação de Planejamento e de Avaliação do Ensino (UNISEDE) ou do Setor Pedagógico (UNED), realimentação de dados para aprimoramento do Currículo Pleno;

Permitir à Diretoria da Unidade Sede e da UNED, através da Coordenação de Registros Escolares, a complementação dos processos de alunos, no que se refere à realização do estágio e à expedição do diploma.

Parágrafo único – Em se tratando de estágio concomitante, o aluno estagiário só deverá entregar o relatório para avaliação após a sua aprovação na última série regular.

Art. 18º Com a finalidade de proceder a análise e a avaliação do relatório, haverá duas comissões, uma na Unidade Sede e outra na UNED, designada por portaria do Diretor Geral do CEFET-RS, composta pelos seguintes elementos:

Presidente da Comissão de Avaliação de Estágio;

Representante da CIE-E ou CIEC;

Representante da Coordenação de Planejamento e de Avaliação do Ensino da Unidade Sede ou do Setor Pedagógico da UNED;

Professor(a) de Língua Portuguesa, indicado pelo Presidente da Comissão;

Representante do Curso a que se vincula o estagiário.

Art. 19º O estagiário deverá relatar suas atividades em formulário próprio, fornecido pelo Presidente da Comissão de Avaliação de Estágio.

§ 1º Junto com o relatório, o aluno deverá encaminhar ao Presidente da Comissão de Avaliação de Estágio, devidamente preenchidas, a Ficha da Avaliação, Ficha de Solicitação de Estágio e cópia da Carteira de Identidade, Título de Eleitor e Certificado de Reservista para o sexo masculino.

§ 2º Se o aluno estagiar em mais de uma instituição, deverá apresentar relatórios em separado, com as folhas carimbadas e rubricadas pela entidade concedente, bem como Ficha de Avaliação correspondente a cada período.

Art. 20º A Comissão, para analisar o relatório, observará e examinará:

A compatibilidade das atividades relatadas com as descritas na Ficha de Solicitação do Estágio;

Clareza de comunicação, objetividade, bem como correção lingüística, considerando todas as exigências do presente Regulamento;

A propriedade dos dados contidos nas fichas entregues pelo estagiário, juntamente com o relatório;

A existência da rubrica do supervisor do estagiário em todas as páginas e a assinatura na última com o carimbo da unidade concedente.

§ 1º Uma vez aprovado o relatório e satisfeitas as condições estabelecidas neste Regulamento, caberá à Comissão encaminhá-lo à Coordenação de Registros Escolares, para que seja expedido o atestado de conclusão do Curso e, posteriormente, o Diploma.

§ 2º Se o relatório não for aprovado, o Presidente da Comissão de Avaliação de Estágio dará conhecimento ao aluno sobre o necessário para que se cumpram as exigências previstas neste Regulamento, com base no parecer da Comissão.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21º O presente Regulamento passa a ser utilizado como instrumento legal para avaliação de todos os relatórios de estágio apresentados ao CEFET-RS, a partir da data de sua aprovação.

Parágrafo único – As prerrogativas deste Regulamento são extensivas a todos os alunos concluintes dos Cursos de Educação Profissional desta Instituição Federal de Ensino.

Art. 22º Será considerado extinto o Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o CEFET-RS, o estagiário e a unidade concedente, quando, na sua vigência, for apresentado o relatório de conclusão. Este fato será imediatamente comunicado pelo CIE-E ou CIEC à unidade concedente.

Art. 23º O estágio no ensino médio, em conformidade com o art. 82 da Lei 9.394 e MP 1.726 de 3/11/98, poderá ser realizado a partir da efetivação da matrícula no 3º ano, para o desenvolvimento das atividades constantes no ANEXO 1 desse regulamento, sendo que os mesmos serão, preferencialmente, intermediados pelos agentes de integração privado.

Art. 24º Este Regulamento entrará em vigor a partir da data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Art. 25º Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pelo Diretor Geral do CEFET-RS.

Aprovado em reunião do
Conselho Técnico-Profissional
de 22 de fevereiro de 2001.

Este regulamento foi alterado pela portaria abaixo descrita.

PORTARIA N.º 431/2003

O Diretor Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 2.855, de 02.12.98,

Considerando o previsto na LDB;

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando as normas de estágio utilizadas nas demais instituições;

Considerando a audiência pública de 9 de abril de 2003, promovida pelo Conselho Nacional de Educação, que tratou das Diretrizes Nacionais para o estágio supervisionado de alunos da Educação Profissional de Nível Técnico e do Ensino Médio;

Considerando a aprovação pelo Conselho Técnico Profissional reunido em 4 de agosto de 2003,

RESOLVE

1. Alterar o regulamento do estágio Curricular nos Seguintes artigos: Art. 2º caput e parágrafo 1º, Art. 4º, Art. 6º e Art. 7º (inclusão do parágrafo 3º) os quais passarão a contar com a seguinte redação:

Art. 2º O Estágio Curricular, desenvolvido de forma obrigatória para os Cursos Técnicos e em conformidade ao previsto nos planos de Cursos Superiores de Tecnologia, será considerado atividade didático-pedagógica, podendo ser realizado de forma seqüencial ou concomitante, podendo ser desenvolvido em entidades públicas ou privadas, que tenham condições de proporcionar prática profissional no ramo específico de habilitação do aluno, excetuando-se a docência.

§ 1º Ouvido o Coordenador do Curso, será permitida a concomitância a partir da primeira certificação para os Cursos Técnicos, e a partir do terceiro semestre para os Cursos Superiores de Tecnologia, devendo o estágio ser realizado em atividades relacionadas às competências e habilidades já adquiridas ou disciplinas cursadas, ressalvada a hipótese da permanência de menores de 18 anos de idade em locais considerados penosos, perigosos ou insalubres.

Art. 4º O Estágio Curricular, quando realizado, tanto em caráter obrigatório ou opcional, deverá ser concluído com rendimento satisfatório como condição indispensável à obtenção do diploma.

Art. 6º O Estágio Curricular desenvolver-se-á no período mínimo de um semestre letivo, podendo ser integralizado na mesma empresa, ou mais de uma, desde que tenha um período mínimo de 30 dias em cada empresa.

§ Único No caso de o estagiário integralizar a carga mínima prevista no plano do curso, antes do período mínimo previsto no caput, o estágio poderá ser considerado como encerrado mediante solicitação do aluno.

Art. 7º.....

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º Os planos dos cursos superiores de tecnologia poderão oferecer ao aluno a realização de Estágio Curricular e/ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

2. Os alunos matriculados nos Cursos Superiores de Tecnologia deverão submeter-se aos planos vigentes.

3. Estas alterações entram em vigor a partir desta data.

Pelotas, 06 de agosto de 2003

EDELBERT KRUGER
Diretor Geral

Curso Autorizado

Idem ao autorizado.

Curso Pós-Reconhecimento

5.2.6.6. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. (OPCIONAL)

A carga horária do TCC não deverá compor a carga horária mínima do curso e deve estar incluída na máxima.

Relatar todas as informações a cerca do Trabalho de Conclusão de Curso. (Tipo de TCC, defesa, etc)

No CEFET-RS o Trabalho de Conclusão de Curso é chamado de Projeto de Graduação e tem um tratamento administrativo como se fosse uma disciplina conforme o regulamento abaixo descrito:

Regulamento do Projeto de Graduação

Art.1º – A disciplina de Projeto de Graduação é uma atividade didática obrigatória em todos os cursos de tecnologia do CEFET-RS com uma carga horária mínima de 60 horas.

Art.2º – Os objetivos do Projeto de Graduação são sedimentar no aluno os conhecimentos obtidos ao longo do curso e desenvolver sua capacitação e autoconfiança na geração de soluções através da execução de um projeto prático a nível laboratorial ou industrial.

Art.3º - As metas do Projeto de Graduação são conceber, implantar, testar e/ou avaliar total ou parcialmente um sistema pertinente à área de atuação do formando.

Art.4º - O Projeto de Graduação é realizado individualmente ou em pequenos grupos conforme decisão do curso, o qual pressupõe atividades ao longo de dois semestres letivos, nas quatro etapas caracterizadas a seguir.

I - Seleção do tema, conforme procedimentos abaixo descritos:

- Empresas, centros de P&D, laboratórios da Instituição, professores ou alunos enviam ao colegiado sugestões de temas de projeto obedecendo as diretrizes e formas estabelecidas;
- Uma comissão indicada pelo coordenador analisa os temas propostos quanto ao conteúdo e exequibilidade no tempo e disponibilidade de recursos;
- A comissão, na primeira semana letiva do semestre, divulga os temas oferecidos;
- O tema do Projeto de Graduação é escolhido pelo aluno no decorrer do primeiro período do seu penúltimo semestre letivo no curso.
- O aluno em contato com o proponente do tema, escolhe e busca um professor para orientação.
- O aluno faz um anteprojeto do seu trabalho e apresenta ao professor da disciplina que o avaliará.
- Cada professor orientador terá como cota máxima a orientação de 3 (três) trabalhos.

II - Planejamento:

Pela prévia participação em uma disciplina de Planejamento de Trabalho Técnico-Científico ou equivalente o aluno obtém subsídios para elaborar e formatar um projeto.

III – Desenvolvimento:

No transcorrer do último semestre, atuando diretamente na empresa, em centro de tecnologia ou nos laboratórios da instituição, sob supervisão do orientador, o aluno desenvolverá seu trabalho buscando executar o planejado e seguindo as diretrizes da disciplina " Projeto de Graduação".

O trabalho encerra-se com a apresentação do relatório técnico do projeto e sua apresentação oral.

IV – Avaliação:

A avaliação dar-se-á com base no relatório técnico apresentado e na apresentação pública.

A comissão de avaliação de cada trabalho será assim formada:

- responsável pela disciplina " Projeto de Graduação " ou alguém designado por este;
- orientador;
- avaliador (especialista designado para avaliação do relatório);

O processo de avaliação ocorrerá no final do semestre num período máximo de duas semanas.

Ao iniciar a primeira semana o professor da disciplina entregará a cópia do relatório ao Avaliador. Nesta primeira semana este analisará o trabalho segundo os critérios estabelecidos.

A apresentação de todos os trabalhos é realizada na segunda semana obedecendo um calendário definido com antecedência.

Cada apresentação, junto com os questionamentos e outras formalidades, terá 55 min assim distribuídos:

5 min - Professor da disciplina faz a apresentação do aluno, orientador (co-orientador), tema, local de realização de trabalho e a comissão de avaliação.

35 min - Aluno apresenta de forma objetiva a metodologia, os resultados alcançados e as conclusões.

15 min - Questionamentos pelos presentes.

O responsável da disciplina de posse dos formulários de avaliação apresentados pelo orientador, avaliador e seu próprio, com base na apresentação do aluno, emitirá a nota da disciplina Projeto de Graduação.

Devido às peculiaridades desta disciplina, o aluno não terá direito à avaliação optativa.

Art.5º – Quanto aos aspectos didáticos, o Projeto de Graduação pressupõe o envolvimento de duas disciplinas. O conteúdo didático das disciplinas é o que segue:

I - Planejamento de Trabalho Técnico-Científico ou equivalente (mínimo 20 horas-aula)

Conteúdo: metodologia de planejamento, orientação de pesquisa bibliográfica, regras de elaboração de documentos técnicos, brainstorming, orientação sobre preparação e apresentação de palestra, técnica de subdivisão de trabalho, estabelecimento de cronograma, orçamentação de projeto.

Atividade: realizar o planejamento do seu trabalho seguindo diretrizes da disciplina e informações fornecidas pelo orientador; condução de um brainstorming; apresentação de uma palestra sobre assunto associado ao tema.

Avaliação: participação nas atividades (brainstorming, seminário), relatório de planejamento, formulário de

avaliação do orientador.

II - Projeto de Graduação (mínimo 60 horas)

Conteúdo: aplicação prática dos conceitos e orientações de todo curso.

Atividade: execução técnica do trabalho planejado; elaboração do relatório técnico do projeto.

Avaliação: conforme descrito no Art. 4º , inciso IV.

Art.6º – Quanto aos aspectos administrativos deve-se considerar o seguinte:

- I. O Projeto de Graduação deve ser executado pelo aluno no seu último semestre letivo.
- II. O responsável pela disciplina " Projeto de Graduação " deve sobretudo preocupar-se com o cumprimento dos planos e prazos, bem como, com o atingimento de uma adequada profundidade técnico/científica, através de um sistemático contato com orientador e aluno.
- III. O orientador do Projeto de Graduação poderá ser:
 - professor de curso superior;
 - aluno de pós-graduação que esteja realizando trabalho de dissertação de mestrado ou tese de doutorado;
 - engenheiro/técnico de nível superior de indústria e desenvolvimento, com experiência na área .
- IV. Dependendo da necessidade ou conveniência, poderá ser designado um co-orientador. Este elemento tem por função dar ao aluno a assistência rotineira e/ou para tópicos especiais.
- V. Deverão ser estabelecidos orientações, por escrito, para:
 - formulação de temas;
 - orientação do trabalho;
 - conteúdo do relatório;
 - avaliação.

Curso Autorizado

IDEM AO CURSO AUTORIZADO

Curso Pós-Reconhecimento

5.2.6.7. Política de Avaliação do Curso visando sua eficácia e eficiência.

Descrição da Política atores/segmentos envolvidos e periodicidade.

Caso não exista esta política, apresentar Termo de Compromisso no sentido de desenvolvê-la e implantá-la.

O CEFET-RS entende a avaliação como procedimento inerente a toda e qualquer atividade pedagógica. Desde a implantação dos Cursos de Tecnologia preocupou-se com o acompanhamento do trabalho em termos de processo, promovendo reuniões com professores, supervisão e coordenação para refletir sobre a realidade e tomar decisões adequadas.

Presentemente, propõe-se ao estabelecimento de avanços no sentido de uma política de avaliação favorável à maior eficiência e eficácia do processo de ensino-aprendizagem, visando à formação de profissionais devidamente preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho em uma sociedade desigual que busca, com a educação, resgatar valores de ordem econômica, embasados em princípios morais e éticos consagrados.

Compromete-se, assim, em congrega professores, alunos e coordenação nos procedimentos

sistemáticos de avaliação semestral .

O instrumento transcrito no anexo 1 deste item foi aplicado a todos os alunos dos cursos de tecnologia durante o andamento dos mesmos. Os instrumentos do anexo 2 e 3, cuja versão é um aprimoramento do primeiro, serão aplicados aos professores e aos alunos no ano letivo 2003. Relatórios contendo a descrição e reflexão dos resultados obtidos serão apresentados à Comissão Verificadora que fará análise da solicitação de reconhecimento dos cursos.

Anexo 1 ao item 5.2.6.7: Instrumento de avaliação

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PELOTAS
DIREN/COPAE
Gerência de Processos de Ensino Profissionalizante de Nível Tecnológico

Instrumento de Avaliação

Curso Superior de Tecnologia: _____ Semestre letivo: ____ /200__
Disciplina: _____ Semestre: _____
Professor: _____

Caro aluno

Nesta fase de implementação dos Cursos Superiores de Tecnologia neste CEFET, é de máxima importância avaliar o processo desenvolvido, com o objetivo de tomar decisões quanto à estrutura e funcionamento do currículo visando permanente melhoria da qualidade de ensino.

Tua opinião consciente a respeito do curso e das disciplinas é fundamental para alcançar qualidade e eficiência.

Ao preencher este documento assinala a alternativa que consideras adequada, fazendo um X no valor que condiga com a realidade. Não assina.

Aspectos a avaliar	Níveis de Satisfação				
	5	4	3	2	1
Quanto ao curso:					
1.1.Proporciona, como um todo, a aquisição de conhecimentos necessários a um Tecnólogo .(responde se está no 3º semestre ou série subsequente)					
1.2.As disciplinas de cunho básico estão contribuindo para embasamento dos conhecimentos necessários para o andamento do curso.(responde se está no 1º ou 2º semestre)					
2.As cargas horárias são bem dimensionadas.					
3.A teoria e a prática se complementam no desenvolvimento de todas as disciplinas.					
4.A estrutura oferecida pelo curso é considerada adequada					
5.A coordenação é presente, procurando resolver os problemas evidenciados.					
Quanto a esta disciplina:	5	4	3	2	1
6.Os objetivos são claros e conhecidos pelos alunos.					
7.Os conteúdos são atualizados.					
8.Há seqüência lógica de experiências e atividades.					
9.Os conteúdos são contextualizados.					
10.As práticas realizadas em laboratório facilitam a construção do conhecimento.					
11. A biblioteca dispõe de bibliografia suficiente.					

12.O sistema de avaliação foi esclarecido aos alunos.					
13.Os instrumentos de avaliação (provas, trabalhos, seminários) são adequados ao ensino realizado.					
14.Você se sente motivado nas aulas.					
Quanto ao professor:	5	4	3	2	1
15.Apresenta domínio de conteúdo.					
16.Tem bom relacionamento com o aluno.					
17.Promove estímulo permanente durante as aulas.					
18.A maneira do professor trabalhar facilita a compreensão do aluno.					
19.Utiliza recursos adequados no apoio às aulas.					
20.Usa uma metodologia diferente da tradicional no trabalho em sala de aula.					
Quanto ao aluno:	5	4	3	2	1
21.Nível de motivação.					
22.Comprometimento com o estudo.					
23.Participação nas atividades.					
24.Assiduidade.					
25.Pontualidade.					

Se necessário, use o verso da folha para acrescentar observações que julgar importantes.

Anexo 2 ao item 5.2.6.7: Instrumento de avaliação intitucional: aluno

MEC/SEMTEC

Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS
Gerência de Ensino Tecnológico

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

- ALUNO -

Prezado Aluno:

O objetivo deste instrumento é colher informações dos alunos sobre o desempenho de cada professor e disciplina, bem como avaliar as condições oferecidas pelo curso e pela instituição, com vistas ao aperfeiçoamento constante do ensino e do currículo. Sua participação é indispensável nesse processo.

Leia atentamente cada item de avaliação e siga as instruções para preenchimento das grades de respostas.

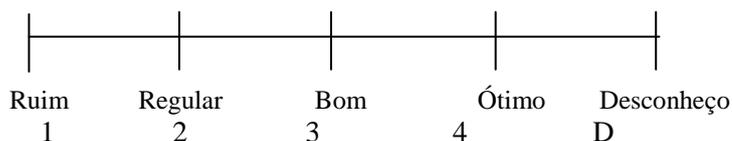
Curso:

Semestre:

AVALIAÇÃO DO PROFESSOR E DA DISCIPLINA

Instruções de preenchimento:

Para responder ao questionário, identifique o nome da disciplina e o nome do professor. Utilize a escala abaixo representada:



Disciplina/Professor:	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.
	9.

1. AVALIAÇÃO DO PROFESSOR

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Demonstrou segurança dos conteúdos, abordando-os com clareza.									
2. Enriqueceu as aulas com resultados de pesquisa e/ou material atualizado.									
3. Desenvolveu as aulas com objetividade, utilizando recurso e procedimentos apropriados, quando necessário.									
4. Incentivou a participação dos alunos, considerando o seu questionamento crítico e suas contribuições.									
5. Abordou os conteúdos de forma dinâmica e criativa.									
6. Incentivou o raciocínio crítico.									
7. Desenvolveu atividades em laboratório sempre que necessário.									
8. Proporcionou condições de estabelecimento de relações entre os conteúdos de sua disciplina com os conteúdos das demais disciplinas que compõem o curso. (interdisciplinaridade)									
9. Estabeleceu um relacionamento positivo com os alunos, mostrando-se disponível para atendê-los sempre que possível									

10. Apresentou e deixou claro para os alunos os procedimentos e critérios de avaliação.									
11. Utilizou instrumentos (provas, trabalhos, etc.) de avaliação compatíveis com os conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidas na disciplina.									
12. Analisou com os alunos os resultados das avaliações e esclareceu as dúvidas.									
13. Apresentou o plano de ensino no início do período.									
14. Recomendou bibliografia específica.									
15. Utilizou a bibliografia recomendada.									
16. É assíduo.									
17. É pontual.									

2. AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Os objetivos de aprendizagem da disciplina foram alcançados.									
2. Os conteúdos previstos para a disciplina foram desenvolvidos de maneira satisfatória.									
3. A disciplina contribuiu com o desenvolvimento da capacidade intelectual do aluno, não se restringindo à memorização.									
4. Na disciplina foram utilizados exercícios, trabalhos práticos, laboratórios ou outros, quando necessário.									
5. Na disciplina foram abordados os conhecimentos exigidos como pré-requisitos (não se aplica às disciplinas que não possuam pré-requisitos explicitados).									
6. Houve um efetivo equilíbrio entre a teoria e a prática na disciplina.									
7. Na disciplina houve, quando necessário, integração com outras, como parte dos esforços para a formação do profissional.									
8. O conteúdo apresenta-se de forma contextualizada, isto é, mantém relação com a realidade do processo produtivo social, político e cultural.									
9. A relação conteúdo/tempo está bem equacionada na disciplina.									
10. A carga horária total da disciplina foi cumprida e bem aproveitada.									

AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS CURRICULAR E GESTIONÁRIO DO CURSO:

Instruções de preenchimento – Coloque: 1, 2, 3, 4 de acordo com a legenda abaixo:

1 – sim	2 – parcialmente	3 – não	4 – desconheço
---------	------------------	---------	----------------

3. AVALIAÇÃO DO PROCESSO CURRICULAR:

1. O perfil do curso é adequado à dinamicidade do mundo do trabalho?				
2. O acesso ao projeto pedagógico do curso é facilitado?				
3. As disciplinas do curso são adequadas para a formação profissional proposta?				
4. A realização do estágio curricular contribui de maneira satisfatória para a formação profissional dos alunos?				
5. A realização do estágio curricular, a partir do 3º semestre, contribui para o perfil profissional proposto?				
6. A carga horária geral do curso está adequada ao perfil profissional?				
7. A orientação para elaboração do TCC foi produtiva?				
8. A realização do TCC contribuiu para a formação profissional?				
9. As disciplinas estão bem posicionadas na grade curricular?*				

* Se você respondeu não no item anterior (item 7), indique a(s) disciplina(s) e sugira o semestre em que deveria(m) estar localizadas.

4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO GESTIONÁRIO DO CURSO

Quanto à coordenação:

1. É presente e procura resolver os problemas evidenciados?				
2. Oferece secretaria que responde com eficiência às suas solicitações?				
3. Atua como agente articulador entre as atividades docentes?				
4. Propõe medidas, visando melhorar as condições de aprendizagem?				
5. Propicia intercâmbios com outras instituições, órgãos, etc., vinculadas área do curso ou afins?				
6. Presta orientações quando necessário?				
7. Socializa informações administrativas, buscando a participação dos atores do curso no processo decisório?				

5. ESTRUTURA FÍSICA GERAL DA INSTITUIÇÃO:

1 – ruim	2 – regular	3 – bom	4 - ótimo	5 – desconheço
----------	-------------	---------	-----------	----------------

CONDIÇÕES DA ESTRUTURA DO CEFET PELOTAS	1	2	3	4	5
1. BIBLIOTECA:					
Acervo bibliográfico (livros, fitas, vídeos etc.)					
Revistas e periódicos					
Iluminação					
Ventilação					
Limpeza					
Equipamentos e instalações para acomodação do acervo					
Sala de leitura individual					
Mesas para consulta					
Horário de funcionamento					
Controle de retiradas do acervo					
Informatização (consulta do acervo)					
Tempo permitido para consulta fora do espaço escolar.					

2. LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA:	1	2	3	4	5
Iluminação					
Ventilação					
Limpeza					
Equipamentos					
Acesso à internet					
3. LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS DO CURSO	1	2	3	4	5
Iluminação					
Ventilação					
Limpeza					
Equipamentos					
4. SALAS DE AULAS	1	2	3	4	5
Iluminação					
Ventilação					
Limpeza					
Equipamentos (carteiras, mesas, quadros, pincéis, projetores)					
Conforto					
Acústica					
5. SANITÁRIOS:	1	2	3	4	5
Iluminação					
Ventilação					
Limpeza					
Disponibilidade de material de higiene					

6. ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	1	2	3	4	5
Condições de acesso					
7. CANTINA:	1	2	3	4	5
Limpeza					
Atendimento					
Qualidade dos produtos					
Preço dos produtos					
8. SETOR DE REPROGRAFIA:	1	2	3	4	5
Limpeza					
Qualidade					
Preço					

PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO AOS RECURSOS MULTIMEIOS:

9. O CEFET POSSUI:	SIM	NÃO	NÃO SEI	EM QUANTIDADE SUFICIENTE?
Televisão				
Vídeo				
Aparelho de som – portátil				
Microfone				
Equipamento de som – auditório				
Retroprojeter				
Telão				
Projeter multi-mídia – “datashow”				
Filmadora				
Máquina fotográfica				

ATENDIMENTO PRESTADO PELA INSTITUIÇÃO:

1 – ruim	2 - regular	3 - bom	4 - ótimo	5 - Desconheço
----------	-------------	---------	-----------	----------------

10. BIBLIOTECA:	1	2	3	4	5
Atendimento – cordialidade					
Atendimento – rapidez					
Atendimento – eficácia na resolução de problemas					
11.SETOR DE REPROGRAFIA:	1	2	3	4	5
Atendimento – cordialidade					
Atendimento – rapidez					
Atendimento – eficácia na resolução de problemas					
12.SECRETARIA/RECEPÇÃO:	1	2	3	4	5
Atendimento – cordialidade					

Atendimento – rapidez					
Atendimento – eficácia na resolução de problemas					
13. SETOR DE REGISTROS ESCOLARES	1	2	3	4	5
Atendimento – cordialidade					
Atendimento – rapidez					
Atendimento – eficácia na resolução de problemas					

INTERAÇÃO ENTRE A INSTITUIÇÃO E A COMUNIDADE

14.COMENTÁRIOS SOBRE O CEFET NA COMUNIDADE:	SIM	NÃO
Já ouviu algum comentário sobre o CEFET/RS na comunidade (trabalho, família, amigos, vizinhos etc.)?		
Qual(is) foi(ram) esse(s) comentário(s)? Qual a fonte?		

	Negativos	Indiferentes
Como você considera esses comentários?		Positivos

Data de preenchimento: ____/____/____

Anexo 3 ao item 5.2.6.7: Instrumento de avaliação intitucional: professor

MEC/SEMTEC
Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS
Gerência de Ensino Tecnológico

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

- PROFESSOR -

Prezado Professor:

O objetivo deste instrumento é proporcionar a auto-avaliação dos docentes, colher informações sobre as disciplinas, bem como avaliar as condições oferecidas pelo curso e pela instituição, com vistas ao aperfeiçoamento constante do ensino e do currículo. Sua participação é indispensável nesse processo.

Leia atentamente cada item de avaliação e siga as instruções para preenchimento das grades de respostas.

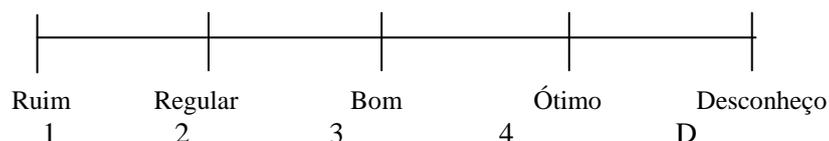
Professor:

Curso:

AUTO-AVALIAÇÃO DO PROFESSOR E AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

Instruções de preenchimento:

Para responder ao questionário, identifique o nome da disciplina e o semestre em que é oferecida. Utilize a escala abaixo representada:



Disciplina/Semestre:	1.
	2.
	3.
	4.
	5.

1. AUTO-AVALIAÇÃO DO PROFESSOR

	1	2	3	4	5
1. Demonstrou segurança dos conteúdos, abordando-os com clareza.					
2. Enriqueceu as aulas com resultados de pesquisa e/ou material atualizado.					
3. Desenvolveu as aulas com objetividade, utilizando recurso e procedimentos apropriados, quando necessário.					
4. Incentivou a participação dos alunos, considerando o seu questionamento crítico e suas contribuições.					
5. Abordou os conteúdos de forma dinâmica e criativa.					
6. Incentivou o raciocínio crítico.					
7. Desenvolveu atividades em laboratório sempre que necessário.					
8. Proporcionou condições de estabelecimento de relações entre os conteúdos de sua disciplina com os conteúdos das demais disciplinas que compõem o curso. (interdisciplinaridade)					

9. Estabeleceu um relacionamento positivo com os alunos, mostrando-se disponível para atendê-los sempre que possível.					
10. Apresentou e deixou claro para os alunos os procedimentos e critérios de avaliação.					
11. Utilizou instrumentos (provas, trabalhos, etc.) de avaliação compatíveis com os conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidas na disciplina.					
12. Analisou com os alunos os resultados das avaliações e esclareceu as dúvidas.					
13. Apresentou o plano de ensino no início do período.					
14. Recomendou bibliografia específica.					
15. Utilizou a bibliografia recomendada.					
16. É assíduo.					
17. É pontual.					

2. AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

	1	2	3	4	5
1. Os objetivos de aprendizagem da disciplina foram alcançados.					
2. Os conteúdos previstos para a disciplina foram desenvolvidos de maneira satisfatória.					
3. A disciplina contribuiu para o desenvolvimento da capacidade intelectual do aluno, não se restringindo à memorização.					
4. Na disciplina foram utilizados exercícios, trabalhos práticos, laboratórios ou outros, quando necessário.					
5. Na disciplina foram abordados os conhecimentos exigidos como pré-requisitos (não se aplica às disciplinas que não possuam pré-requisitos explicitados).					
6. Houve um efetivo equilíbrio entre a teoria e a prática na disciplina.					
7. Na disciplina houve, quando necessário, integração com outras, como parte dos esforços para a formação do profissional.					
8. O conteúdo apresenta-se de forma contextualizada, isto é, mantém relação com a realidade do processo produtivo social, político e cultural.					
9. A relação conteúdo/tempo está bem equacionada na disciplina.					
10. A carga horária total da disciplina foi cumprida e bem aproveitada.					

AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS CURRICULAR E GESTIONÁRIO DO CURSO:

Instruções de preenchimento – Coloque: 1, 2, 3, 4 de acordo com a legenda abaixo:

1 – sim	2 – parcialmente	3 – não	4 – desconheço
---------	------------------	---------	----------------

3. AVALIAÇÃO DO PROCESSO CURRICULAR:

1. O perfil do curso é adequado à dinamicidade do mundo do trabalho?				
2. O acesso ao projeto pedagógico do curso é facilitado?				
3. As disciplinas do curso são adequadas para a formação profissional proposta?				
4. A realização do estágio curricular contribui de maneira satisfatória para a formação profissional dos alunos?				
5. A realização do estágio curricular, a partir do 3º semestre, contribui para o perfil profissional proposto?				
6. A carga horária geral do curso está adequada ao perfil profissional?				
7. A orientação para elaboração do TCC foi produtiva?				
8. A realização do TCC contribuiu para a formação profissional?				
9. As disciplinas estão bem posicionadas na grade curricular?*				

* Se você respondeu não no item anterior (item 7), indique a(s) disciplina(s) e sugira o semestre em que deveria(m) estar localizadas.

4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO GESTIONÁRIO DO CURSO

Quanto à coordenação:

1. É presente e procura resolver os problemas evidenciados?				
2. Oferece secretaria que responde com eficiência às suas solicitações?				
3. Atua como agente articulador entre as atividades docentes?				
4. Propõe medidas, visando melhorar as condições de aprendizagem?				
5. Propicia intercâmbios com outras instituições, órgãos, etc., vinculadas área do curso ou afins?				
6. Presta orientações quando necessário?				
7. Socializa informações administrativas, buscando a participação dos atores do curso no processo decisório?				

5. ESTRUTURA FÍSICA GERAL DA INSTITUIÇÃO:

1 – ruim	2 – regular	3 – bom	4 - ótimo	5 – desconheço
----------	-------------	---------	-----------	----------------

CONDIÇÕES DA ESTRUTURA DO CEFET PELOTAS	1	2	3	4	5
--	----------	----------	----------	----------	----------

1. BIBLIOTECA:					
Acervo bibliográfico (livros, fitas, vídeos etc.)					
Revistas e periódicos					
Iluminação					
Ventilação					
Limpeza					
Equipamentos e instalações para acomodação do acervo					
Sala de leitura individual					
Mesas para consulta					
Horário de funcionamento					
Controle de retiradas do acervo					
Informatização (consulta do acervo)					
Tempo permitido para consulta fora do espaço escolar					

2. SALA DOS PROFESSORES	1	2	3	4	5
Iluminação					
Ventilação					
Acesso à internet para pesquisas					
Espaços Individualizados para guardar material					
Escaninhos					
3. LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA:	1	2	3	4	5
Iluminação					
Ventilação					
Limpeza					
Equipamentos					
Acesso à internet					
4. LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS DO CURSO	1	2	3	4	5
Iluminação					
Ventilação					
Limpeza					
Equipamentos					
5. SALAS DE AULAS	1	2	3	4	5
Iluminação					
Ventilação					
Limpeza					
Equipamentos (carteiras, mesas, quadros, pincéis, projetores)					
Conforto					
Acústica					

6. SANITÁRIOS:	1	2	3	4	5
Iluminação					
Ventilação					
Limpeza					
Disponibilidade de material de higiene					
7. ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	1	2	3	4	5
Condições de acesso					
8.CANTINA:	1	2	3	4	5
Limpeza					
Atendimento					
Qualidade dos produtos					
Preço dos produtos					
9.SETOR DE REPROGRAFIA:	1	2	3	4	5
Limpeza					
Qualidade					
Preço					

PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO AOS RECURSOS MULTIMEIOS:

10. O CEFET POSSUI:	SIM	NÃO	NÃO SEI	EM QUANTIDADE SUFICIENTE?
Televisão				
Vídeo				
Aparelho de som – portátil				
Microfone				
Equipamento de som – auditório				
Retroprojektor				
Telão				
Projektor multi-mídia – “datashow”				
Filmadora				
Máquina fotográfica				

ATENDIMENTO PRESTADO PELA INSTITUIÇÃO:

1 – ruim	2 - regular	3 - bom	4 – ótimo	5 - Desconheço
----------	-------------	---------	-----------	----------------

11.BIBLIOTECA:	1	2	3	4	5
Atendimento – cordialidade					

Atendimento – rapidez					
Atendimento – eficácia na resolução de problemas					
12.SETOR DE REPROGRAFIA:	1	2	3	4	5
Atendimento – cordialidade					
Atendimento – rapidez					
Atendimento – eficácia na resolução de problemas					
13.SECRETARIA/RECEPÇÃO:	1	2	3	4	5
Atendimento – cordialidade					
Atendimento – rapidez					
Atendimento – eficácia na resolução de problemas					
14. SETOR DE REGISTROS ESCOLARES	1	2	3	4	5
Atendimento – cordialidade					
Atendimento – rapidez					
Atendimento – eficácia na resolução de problemas					
15. SETOR DE RECURSOS HUMANOS	1	2	3	4	5
Atendimento – cordialidade					
Atendimento – rapidez					
Atendimento – eficácia na resolução de problemas					

INTERAÇÃO ENTRE A INSTITUIÇÃO E A COMUNIDADE

16.COMENTÁRIOS SOBRE O CEFET NA COMUNIDADE:	SIM	NÃO
Já ouviu algum comentário sobre o CEFET/RS na comunidade (trabalho, família, amigos, vizinhos etc.)?		
Qual(is) foi(ram) esse(s) comentário(s)? Qual a fonte?		

	Negativos	Indiferentes
Como você considera esses comentários?		Positivos

Data de preenchimento: ____/____/____

5.2.6.8. Política de integração do ensino, P&D (Pesquisa Aplicada e Desenvolvimento) e articulação com a sociedade.

Caso não exista esta política, apresentar Termo de Compromisso no sentido de desenvolvê-la e implantá-la.

Por natureza e obrigação regimental o CEFET-RS deve integrar ensino, pesquisa e articular-se com a sociedade.

As ações relacionadas à pesquisa e articulação com a sociedade são dirigidas pela Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (DIREC) como já foi descrito no início deste documento.

Em 1996, dentro da DIREC, foi criada a Coordenação de Pesquisa e Produção, órgão encarregado de promover e coordenar as atividades no campo de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, bem como exercer as atividades relacionadas com o atendimento, controle e execução de serviços solicitados a esta instituição.

Em 1998 a Coordenação de Pesquisa e Produção passou a se chamar de Coordenação de Consultoria, Pesquisa, Produção e Eventos que, em Dezembro de 2002, deu lugar ao Núcleo de Pesquisa (NUPES), com um gestor para todo o CEFET-RS e dois co-gestores, um para unidade sede e outro para UNED Sapucaia.

O Núcleo de Pesquisas (NUPES) tem um espaço físico próprio com sete salas individuais para os doutores/pesquisadores da instituição para o desenvolvimento de projetos e pesquisas. Elas são dotadas de mobiliário, impressoras e computadores com acesso à internet.

O Núcleo de Pesquisa em 2002/2003, desenvolveu os seguintes atividades ligadas a pesquisa:

Através do Laboratório de Celulose e Efluentes (LACE) foram realizados os projetos de polpação de farelo de trigo, tratamento de efluentes do beneficiamento de subprodutos animais, tratamento de efluentes utilizando o sistema conjugado UASB –PAE, tratamento de efluentes industriais da galvanoplastia.

Está sendo implantado o Laboratório de Combustíveis (LACOM) ligado ao curso de Química para análise de qualidade de combustíveis;

Em parceria com a CEEE estão sendo desenvolvidos dois projetos na área de energia a cargo do Prof. Dr. Lúcio Hecktheuer;

O Prof. Dr. André Lerm desenvolveu, em convênio com a Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), a pesquisa sobre Ocorrência da Bifurcação de Hopf em Sistemas Elétricos de Potência e tem um projeto de pesquisa encaminhado junto a ANEEL sobre desenvolvimento de Software de Previsão de Cargas.

O Prof. Dr. Luciano Barbosa esta desenvolvendo uma pesquisa sobre Máximo Carregamento em Sistemas de Energia Elétrica também em parceria com a UCPEL.

Paralelamente a isto, são realizados estágios, visitas técnicas de alunos, cursos básicos, parcerias diversas de cooperação assim como projetos de pesquisa aplicada incluindo alunos, professores, empresas e órgãos de apoio empresarial como o SEBRAE. Tais atividades já foram descritas no item 4.6 deste documento.

Há também uma parceria entre o CEFET-RS e o Colégio Frederico Jorge Logemann e John Deere Brasil Ltda para o oferecimento de um Curso Superior de Tecnologia em Mecânica na cidade de Horizontina onde tem-se mais um exemplo de consolidação desta política de articulação com a sociedade.

Analisar sua compatibilidade com o perfil profissional de conclusão, objetivos e organização curricular.

5.2.6.9. Empresa Júnior (Opcional)

O Centro Federal de Educação Tecnológica não tem Empresa Júnior porém tem uma atividade de mesma natureza em que o empreendedorismo é alvo a ser atingido. Trata-se da incubadora empresarial Tecnológica NYNHO.

A incubadora empresarial tecnológica é um projeto que iniciou suas atividades em 20 de junho de 2001, está institucionalizado no CEFET-RS, tendo sido legalizado através de portaria e aprovação no conselho diretor. Conta com estrutura de pessoal para apoio em gestão empresarial e tecnológica, bem como espaço físico para a sua administração. Atua de forma multisetorial, com foco em desenvolvimento de empresas de base tecnológica e inovadoras. Atualmente tem edital de pré-incubação em fluxo contínuo, com 3 vagas ocupadas e 25 disponíveis. Lançou em novembro de 2002 o edital de incubação disponibilizando 5 vagas em regime de incubação interna e 5 em regime de incubação externa. A presente incubadora empresarial foi planejada com o apoio do SEBRAE-RS, através de uma empresa especializada em planejamento empresarial. Foi contemplada no edital 04/2002 do SEBRAE, com aporte de aproximadamente 50 mil reais, sendo que entre a verba do SEBRAE, do CEFET-RS e da FUNCEFET a ser executada no ano de 2003, totaliza mais de 500 mil reais.

5.2.6.10. Política de articulação com as empresas

Relatar projetos e parcerias previstas e/ou existentes com as empresas. Caso exista, apresentar contratos, cartas de intenção e/ou convênios para a Comissão Avaliadora.

Caso não exista esta política, apresentar Termo de Compromisso no sentido de desenvolvê-la e implantá-la.

As atividades de parceria se abrem num leque de atividades que envolve o setor produtivo e de órgãos representativos da sociedade conforme a lista abaixo:

- Programas de aproveitamento de estagiários para alunos formandos;
- Parcerias com o setor privado e público, buscando cooperação científica e tecnológica para a área de ensino profissional;
- Inclusão de nossos alunos em exposições, feiras ou outros eventos similares, tais como TECNEGOCIOS, FENADOCE, 1.ª Feira das Profissões, Programa Júnior Achievement, LATINOPLAST, FIPACK – FIERGS.
- Realização do I Seminário “A Busca da Eficiência Energética e do Uso Racional de Energia” (22/24 de outubro de 2002)
- Realização de visitas técnicas nas cidades de Pelotas, Porto Alegre e grande Porto Alegre, Caxias do Sul e região, assim como em Santa Catarina e Paraná, com alunos e professores dos diversos cursos mantidos pelo CEFET-RS em busca de atualização/capacitação tecnológica.
- Desenvolvimento de ações para a promoção do Empreendedorismo, tais como:
 - Criação da Incubadora Empresarial Tecnológica do CEFET-RS/NYNHO para apoiar e desenvolver projetos/empresas de base tecnológica e inovadoras atendendo demandas da região.
 - Implantação de Agência Articuladora do SEBRAE nas dependências do CEFET-RS, contemplado com verba de R\$ 8.000,00 (em implantação)
 - Realização de Curso de Formação Empreendedora para docentes do Programa Técnico Empreendedor MEC/SEBRAE, Curso Brasil Empreendedor, Curso EMPRETEC da ONU/SEBRAE, Programa Júnior Achievement,
 - Participação de Professores no Programa Educacional de Empreendedorismo. (Programa Técnico Empreendedor – MEC/SEMTEC/SEBRAE)
 - Participação em diversas entidades de classe para promover a divulgação da Instituição, ouvir as demandas empresariais e promover a sinergia com a sociedade em geral;
- Participação no Grupo de Trabalho do Mercosul Educacional para a Área Indústria;
- Participação, desde o ano 2000, no Comitê de Capacitação de Pessoal do IGEA-Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos da FIERGS-Federação das Indústrias no Estado do Rio Grande do Sul.
- Convênio com o Serviço de Saneamento de Pelotas – SANEP – com vistas a elaboração de projeto de tratamento de esgotos de um bairro da cidade de Pelotas, sendo o trabalho realizado na disciplina de Tratamento de Esgotos, com acompanhamento do professor e apoio de funcionários do SANEP, que farão a avaliação dos mesmos.

Analisar as parcerias previstas e/ou o compromisso dos dirigentes em implementá-la para consolidar a qualidade do curso como um todo.

5.3. Corpo Docente

5.3.1. Plano de Carreira Docente

Apresentar o Plano de Carreira Docente, indicando a previsão de regime de trabalho do corpo docente e a diferenciação salarial por regime de trabalho, titulação e experiência de mercado.

O Plano De Carreira dos Docentes do CEFET/RS segue a legislação estabelecida no Regime Jurídico Único dos Servidores da União – RJU.

5.3.2. Aperfeiçoamento/Qualificação/Atualização Docente do Curso

5.3.2.1. Política

Descrever a Política.

Descrever estatuto de funcionamento da comissão permanente de avaliação para experiência profissional relevante. Caso inexista esta comissão, firmar Termo no sentido de instituí-la.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas tem como política de administração manter o seu corpo docente, bem como seu corpo de servidores administrativos, sempre qualificado. Com relação aos docentes, esta IFE mantém sempre 10% do seu quadro efetivo afastado para a realização de programas de mestrado e doutorado contratando para isto professores substitutos para atender as necessidades de ensino. Mesmo quando não há afastamento integral para a realização de capacitação existe sempre a flexibilização de horários para que o professor possa realizar cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação. A política institucional de capacitação está embasada no decreto 94.664 de 23 de julho de 1987 (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos) no Decreto 2794 de 1º de outubro de 1988 (Política de Capacitação dos Servidores para a Administração Pública Federal) e no Regulamento do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento dos Servidores desta IFE de 31 de outubro de 1994.

Além disso a instituição se empenha em liberar os professores para encontros, congressos, visitas técnicas, etc liberando passagens e diárias (na medida da possibilidade orçamentária) e incentiva a troca de horários entre professores da mesma coordenadoria de forma que não haja prejuízo das aulas.

A instituição se compromete em criar a comissão permanente de avaliação para experiência profissional relevante posto que possui grande experiência acumulada na área de avaliação com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Comissão de Avaliação Docente (CAD) para fins de quantificar a Gratificação de Incentivo à Docência.

Os documentos ficarão à disposição da Comissão por ocasião da visita à instituição.

5.3.2.2. Resultados

Nome do Professor	Atividades Desenvolvidas				Resultado		
	Nome do Curso	CH	Início	Término	Situação		
					Ant.	Pos t.	Mês/A no

ALVACIR ALVES TAVARES	MESTRADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA		1987	29.05.1989	E-2	E-3	01.08.89
AMILTON CRAVO MORAES	ESPECIALISTA EM GERÊNCIA E TECNOLOGIA DA QUALIDADE	360	26.06.1995	16.07.1996	C-2	D-1	17.12.96
	LICENCIATURA PLENA EM DISCIPLINAS DE 2º GRAU	-	-	06.10.1995	-	-	-
ANA PAULA DE ARAUJO CUNHA CASTANHEIRA	MESTRADO NA ÁREA DE AQUIS. DA LINGUAGEM		FEV/97	JUL/97	C-2	E-1	19.02.98
ANDRÉ ARTHUR PERLEBERG LERM	MESTRADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA		1993	09.05.1995	C-3	E-1	03.08.95
	DOUTORADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA		1995	21.06.2000	E-1	E-1	-
ANGELA COSTA PICCININI	ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO	680	abr/93	Nov/94	-	-	-
	MESTRADO EM ENGENHARIA CIVIL	375	1996	19.11.1999	C-1	E-1	13.11.00
ANGELA DILLMANN NUNES BICCA	ESPECIALIZAÇÃO EM LÓGICA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA	360	SET/96	DEZ/97	C-1	D-1	03.04.98
ARLEI FRANZ VENZKE	MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL	-	1995	1999	D-3	E-1	07.06.00
	APERFEIÇOAMENTO EM INFORMÁTICA		OUT/88	JAN/99			

ASSIS FRANCISCO DE CASTILHOS	QUÍMICO INDUSTRIAL	--	1º SEM/90	2º SEM/91	--	--	--
AURÉNCIO SANCZCZAK FARIAS	ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA INDUSTRIAL	400	04.01.1993	19.01.1994	C-4	D-1	14.04.94
	MESTRADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA	390	1997	26.11.1999	D-3	E-1	15.12.99
BEATRIZ HELENA ZANOTTA NUNES	ESPECIALISTA EM METODOLOGIA DO ENSINO	450	AGO/79	DEZ/79	--	--	
BERENICE SANTINI	ESPEC. EM GESTÃO DA QUALIDADE	495	MAR/96	DEZ/96	C-1	D-1	26.08.98
	MESTRADO EM ENG. DA PRODUÇÃO	510	1º SEM/97	2º SEM/98	D-1	E-1	28.01.99
	LICENC. PLENA EM DISC. 2º GRAU						

CARLOS ALBERTO SCHUCH BORK	MESTRADO EM ENGENHARIA MECÂNICA	360	1993	1993	C-2	E-1	21.12.95
CLAUDIA CAMPOS RIBEIRO	ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO	390	março/94	dez/94	C-2	D-1	11.01.95
CLEUFE MARIA BOESEL	ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS	420	08.03.82	18.12.82	C-1	D-1	20.12.89
DANIEL GRILL LACERDA	TECNÓLOGO EM PROCESSAMENTO DE DADOS	-	-	04.09.1993	-	-	-
DENISE IRIGONHÉ MORALES	ESPECIALIZAÇÃO EM MATEMÁTICA	420	09.03.1983	20.11.1984	C-1	D-1	01.04.87
EDGAR ANTÔNIO COSTA MATTARREDONA	ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA INDUSTRIAL	400	04.01.1993	19.01.1994	C-2	D-1	01.03.94
	MESTRADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA	1080	01.08.1995	18.05.2001	D-3	E-1	21.11.01
ELOISA ELENA SCHWARTZ HASSE	LICENCIATURA PLENA EM DISCIPLINAS DE 2º GRAU	2025	1990	18.10.1991	-	-	-
	MESTRADO EM QUÍMICA	360	1996	1998	C-3	E-1	16.07.98
ENDRIGO PINO PEREIRA LIMA	LICENCIATURA EM QUÍMICA			10.02.2001			
EVERARDO DA LUZ ANTUNEZ	ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL	390	mar/82	dez/82	C-2	D-1	01.01.83
	MESTRADO EM ENGENHARIA CIVIL			18.12.1990	-	-	-
FABIO ROGERIO NOGUEIRA DA SILVA	ENGENHARIA QUÍMICA			16.01.2001	-	-	-

FLORA MARIA BLOIS	ESPECIALIZAÇÃO EM ECOLOGIA	420	abr/87	nov/87	-	-	-
GIANI MARIZA BARWALD BOHM	LICENCIATURA PLENA PARA GRADUAÇÃO DE PROFESSORES	2020	1994	06.10.1995	-	-	-
	ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO	390	mar/96	dez/96	C-1	D-1	20.03.97
	MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	480	2000	19.08.2002	D-3	E-1	17.09.02
GILMAR DE OLIVEIRA GOMES	ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	360	mar/98	dez/98	C-2	D-1	09.07.99
GLAUCIUS DÉCIO DUARTE	MESTRADO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO			21.05.1990	C-1	E-1	29.08.91

HELIO DA COSTA SILVA	LICENCIATURA PLENA EM DISCIPLINAS ESPECIALIZADAS DE 2º GRAU			20.08.88	-	-	-
	MESTRADO EM ENGENHARIA	675	1999	2000	-	-	-
HENRIQUE JOSÉ B.DA COSTA	ENGENHARIA QUÍMICA	-	-	2000	-	-	-
JACQUELINE MARQUES TAVARES	ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO	390	março/95	dez/95	C-1	D-1	20.03.96
	MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL	-	1997	1999	D-2	E-1	09.02.02
JAIR VIGNOLE DA SILVA	ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA	360	21.01.1991	01.02.1992	C-1	D-1	10.01.94
JENICE TASQUETO DE MELLO	ESPECIALIZAÇÃO EM BIOLOGIA	390	26.01.87	10.02.88	C-1	D-1	10.01.95
	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	-	1997	2000	D-3	E-1	26.09.00
JOAO CARLOS NEUMANN BADIA	ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	420	20.06.1977	09.11.1977	-	-	-
	LICENCIATURA PLENA EM DISCIPLINAS DE 2º GRAU	885		25.09.1977	-	-	-
JOAO ROGER DE SOUZA SASTRE	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	720	1997	2000	C-3	E-1	04.04.01
JORGE LUIZ SICCA QUADRADO	APERFEIÇOAMENTO EM INFORMÁTICA	180	26.10.1988	13.01.1989	D-1	D-1	18.01.89

JOÃO CARLOS NEUMANN BADIA	ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	420	20.06.1977	09.11.1977	D-2	D-2	-
	LICENCIATURA PLENA EM DISCIPLINAS ESPECIALIZADAS DE 2º GRAU	885		25.09.1977	D-2	D-2	-
JOSÉ CARLOS PEREIRA NOGUEIRA	LICENCIATURA EM DISCIPLINAS ESPECIALIZADAS DE 2º GRAU			29.06.1977	E-3	E-3	29.06.77
	APERFEIÇOAMENTO EM INFORMÁTICA	180	26.10.1988	13.01.1989	E-3	E-3	18.01.89
	ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA INDUSTRIAL	400	04.01.1993	19.01.1994	E-4	E-4	22.06.94
	ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	450	junho/92	maio/95	-	-	-

JULIA MARIA MACHADO DE AVILA	LICENCIATURA PLENA EM DISCIPLINAS ESPECIALIZADAS DE 2º GRAU	2025	1987	1988	-	-	-
	APERFEIÇOAMENTO EM INFORMÁTICA	180	26.10.88	13.01.89	-	-	-
	ESPECIALIZAÇÃO EM TECNOLOGIA QUÍMICA	360	28.06.93	13.07.94	C-2	D-1	11.01.95
	MESTRADO EM QUÍMICA		1996	1997	D-2	E-1	29.07.98
KATIA REGINA LEMOS CASTAGNO	MESTRADO EM QUÍMICA						
LEANDRO HAERTER	ESPECIALISTA EM SOCIOLOGIA	495	04.08.97	03.08.1999	C-1	D-1	01.08.02
LENI BEATRIZ CORREIA COLLARES	MESTRADO EM SOCIOLOGIA	450	1996	31.08.00	C-1	E-1	27.10.00
LUCIA MARIA BLOIS VILLELA	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	500	1988	23.03.1994	C-1	E-1	20.04.94
	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	472	1998	27.11.2001	-	-	-
LUCIANE ARAUJO FREITAS	ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO	390	março/94	dez/94	C-1	D-1	01.03.02
LUCIANA NEVES LOPONTE							
LUCIANO VITÓRIA BARBOSA	LICENCIATURA PLENA EM DISCIPLINAS ESPECIALIZADAS DE 2º GRAU	-	-	25.09.1987	-	-	-
	MESTRADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA	360	1995	03.04.1997	D-4	E-1	09.04.97

	DOUTORADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA	585	1997	16.02.2001	E-2	E-2	-
LÚCIO ALMEIDA HECKTHEUER	APERFEIÇOAMENTO EM INFORMÁTICA	180	26.10.1988	13.01.1989	-	-	-
	ESPECIALIZAÇÃO EM TERMOFLUIDODINÂMICA	360	03.07.1989	13.07.1990	C-2	D-1	
	MESTRADO EM ENGENHARIA MECÂNICA	360			D-4	E-1	21.05.97
	DOUTORADO EM ENGENHARIA MECÂNICA	540	1997	2001	-	-	
LUIS CLEBER CARNEIRO MARQUES	LICENCIATURA PLENA EM DISCIPLINAS ESPECIALIZADAS DE 2º GRAU	2025	1990	1991	-	-	18.10.91
	ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA INDUSTRIAL	400	04.01.1993	19.01.1994	C-3	D-1	01.03.94
	MESTRADO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	360	1996	20.02.1998	D-2	E-1	11.03.98
LUIZ ELPIDIO CRUZ DE OLIVEIRA	LICENCIATURA PLENA EM ELETRÔNICA EM DISCIPLINAS ESPECIALIZADAS DE 2º APERFEIÇOAMENTO EM INFORMÁTICA	2025 180	- 26.10.1988	29.06.1977 13.01.89	- D-2	- D-3	- 18.01.89
LUIZ FERNANDO DA SILVA BROD	ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS	420	03.03.1986	19.12.86	C-1	D-1	20.03.97
LUIZA PLACIDINA DA LUZ	ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE INSTRUMENTAL	360	03.07.89	13.07.90	C-4	D-1	26.09.90
	MESTRADO EM QUÍMICA	-	1996	1998	D-4	E-1	08.07.98
MÁRCIO GOMES DE FREITAS	PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSOR PARA ENSINO MÉDIO	-	set/99	dez/99	-	-	-
MARCO ANTÔNIO SIMÕES DE SOUZA	LICENCIATURA PLENA EM DISCIPLINAS ESPECIALIZADAS DE 2º GRAU	2.02 5	1990	1991	-	-	-
	ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA INDUSTRIAL	400	04.01.1993	19.01.1994	C-2	D-1	01.03.94
MARIA REGINA ROSA LIMA	ESPECIALIZAÇÃO EM SUPERVISÃO ESCOLAR	360	mar/1986	dez/1986	C-1	D-1	23.10.91
MARINA LODER	ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO	390	mar/1996	dez/1996	C-1	D-1	20.03.97
MARITANA FARIAS	ESPECIALIZAÇÃO EM QUÍMICA	360	28.06.93	13.07.94	C-3	D-1	10.01.95
	MESTRADO EM QUÍMICA	-	1996	1997	D-2	E-1	16.07.98

MAURO ANDRÉ BARBOSA CUNHA	LICENCIATURA PLENA EM DISCIPLINAS ESPECIALIZADAS DE 2º GRAU	2025	1º sem/1990	18.10.1991	-	-	-
	ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA INDUSTRIAL	400	04.01.1993	19.01.1994	C-2	D-1	01.03.94
	MESTRADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA	420	1995	1997	D-2	E-1	05.03.97
	DOCTORADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA	690	1997	2001	E-3	E-3	-
MAURO WALMOR L. CUNHA	ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA INDUSTRIAL	400	04.01.93	19.01.1994	C-4	D-1	
	MESTRADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA	360	1995	08.01.1997	D-2	E-1	02.04.97
	LICENCIATURA PLENA EM DISCIPLINAS ESPECIALIZADAS DE 2º GRAU	-	-	18.10.1991	-	-	-
ODAIR ANTÔNIO NOSKOSKI	ESPECIALIZAÇÃO EM MATEMÁTICA	400	08.03.1995	31.10.1997	C-1	D-1	29.07.98
	MESTRADO EM MATEMÁTICA APLICADA	420	1998	1999	D-1	E-1	06.10.00
PATRICIA SILVA DIAZ	ENGENHARIA QUÍMICA	-	-	27.01.2000	-	-	-
PAULO HENRIQUE ASCONAVIETA DA SILVA	ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTINUADA E À DISTÂNCIA	450	26.07.1999	29.12.2000	C-2	D-1	12.07.01
PAULO RENATO AVENDANO MOTTA	ESPECIALIZAÇÃO EM METEOROLOGIA	495	mar/1996	nov/1997	C-1	D-1	23.12.97
	MESTRADO EM METEOROLOGIA			02.08.2002	D-3	E-1	06.08.02
PAULO ROBERTO FERREIRA	LICENCIATURA PLENA EM DISCIPLINAS ESPECIALIZADAS DE 2º GRAU	-	-	29.06.1977	-	-	-
	ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO		29.06.85	09.02.1988	-	-	01.04.87
PEDRO JOSE SANCHES FILHO	ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIA DOS ALIMENTOS	420	16.03.1989	14.12.1990	C-1	D-1	23.10.91
	MESTRADO EM QUÍMICA	375	1996	12.12.1998	D-4	E-1	03.04.98
PLATAO TAVARES ALVES DA FONSECA	LICENCIATURA PLENA EM DISCIPLINAS DE 2º GRAU	885	1986	25.09.1987	-	-	-
PEDRO JOSÉ SANCHES FILHO	ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIA DOS ALIMENTOS	420	16.03.1989	14.12.1990	C-1	D-1	23.10.91
	MESTRADO EM QUÍMICA	375	1996	12.12.1998	D-4	E-1	03.04.98

ROSILENA MARTINS PERES	ESPECIALIZAÇÃO EM CONSTRUÇÃO CIVIL	375	26.06.1993	12.07.94	C-2	D-1	24.04.95
	MESTRADO EM ENGENHARIA	360	1998	1999	D-4	E-1	26.12.01
RAFAEL BLANK LEITZKE	ESPECIALIZAÇÃO EM ATIVIDADES PRÁTICO EXPERIMENTAIS NA EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	360	29.06.1998	14.07.1998	C-2	D-1	04.12.98
RAFAEL OTTO COELHO	ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO	360	10.03.1998	04.03.1999	C-2	D-2	04.03.99
	MESTRADO EM EDUCAÇÃO		01.01.2001	09.07.2002	D-2	E-1	11.07.02
RENATO MARQUES DILLI	ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTINUADA E À DISTÂNCIA	450	26.07.1999	29.12.2000	C-2	D-1	12.07.01
RENATO NEVES ALLEMAND	ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE DE PROCESSOS	375	20.01.1992	05.02.1993	C-2	D-1	18.03.93
	DOUTORADO EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS		02.01.1996	23.05.2002	E-1	E-1	-
RICARDO PEREIRA COSTA	ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL	360	mar/90	agost/90	C-1	D-1	01.07.93
RITA GRECCO DOS SANTOS	ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA E POLÍTICA	420	04.08.97	04.03.99	C-1	E-1	01.08.02
	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	-	-	03.05.2002	C-1	E-1	01.08.02
RICARDO PEREIRA COSTA	ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL	360	mar/90	agost/90	C-1	D-1	01.07.93
ROGER LUÍS ALBERNAZ ARAÚJO	TECNÓLOGO EM PROCESSAMENTO DE DADOS		1986	02.09.1989	-	-	-
ROSILENA MARTINS PERES	ESPECIALIZAÇÃO EM CONSTRUÇÃO CIVIL	375	26.06.1993	12.07.94	C-2	D-1	24.04.95
	MESTRADO EM ENGENHARIA	360	1998	1999	D-4	E-1	26.12.01
SIMONE CARBONI GARCIA	ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	600	mar/1998	dez/1999	C-1	D-1	15.03.00
STELA MARIS DE SOUZA STEIN	ESPECIALIZAÇÃO EM MATEMÁTICA	420	09.08.80	29.01.80	D-3	D-4	09.02.88
UILSON SCHWANTZ SIAS	MESTRADO EM FÍSICA		1996	maio/1998	C-1	E-1	02.06.98

WAGNER DAVID GERBER	LICENCIATURA PLENA EM QUÍMICA	-	-	15.12.1993	-	-	-
---------------------	-------------------------------	---	---	------------	---	---	---

DETALHAMENTO DO QUADRO	
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	Realização de cursos de pós-graduação, seminários, congressos, workshops, eventos técnico-científicos, cursos de atualização profissional
CH	Carga horária da atividade.
INÍCIO	Início do desenvolvimento da atividade
TÉRMINO	Término do desenvolvimento da atividade
ANTERIOR	Situação funcional do professor antes da realização da atividade
POSTERIOR	Situação funcional do professor depois da realização da atividade
MÊS/ANO	Mês e ano da alteração da situação funcional

5.3.3. Coordenadores do Curso

O coordenador deverá estar dedicado ao curso no seu horário de funcionamento.

O Coordenador deverá ter pós-graduação e experiência docente na área do curso.

O coordenador não deverá ministrar simultaneamente mais do que 1 unidade curricular do curso.

5.3.3.1. Curriculum vitae dos coordenadores

O CV resumido do coordenador deverá ser preenchido e constar deste bloco, conforme modelo abaixo. A documentação comprobatória do CV será examinada pela Comissão Avaliadora. Não deve ser colocada nos anexos.

Para os cálculos de pontuação, utilizar os critérios de avaliação para o coordenador do curso, descritos mais adiante, neste mesmo item.

5.4.1.3.1 CORPO DOCENTE DO CURSO AUTORIZADO

Relacionar para cada unidade curricular, desde o momento da autorização até a presente data, o professor e o período que o mesmo lecionou a unidade curricular.

Relacionar as unidades curriculares de todas turmas ofertadas.

Disponibilizar os Diários de Classe à Comissão Avaliadora, quando da visita de verificação.

Item	Unidade Curricular	Professor	Período
01	Cálculo I	Odair Antônio Noskoski	2000/1
02	Física I	Uilson Schartz Sias	2000/1
03	Desenho Técnico	Claúdia Campos Ribeiro	2000/1
04	Biologia	Jenice Tasqueto Mello	2000/1
05	Fundamentos de Química I	Maritana Farias	2000/1

06	Biogeografia	Jacqueline Marques Tavares	2000/1
07	Informática I	Roger Albernaz de Araújo	2000/1
08	Física I	Uilson Schwatz Sias	2000/2
09	Ecologia	Jenice Tasqueto Mello	2000/2
10	Fundamentos de Química II	Luiza Placidina da Luz	2000/2
11	Legislação Ambiental	Luiz Fernando da Silva Brod	2000/2
12	Metodologia	Leni Beatriz Collares	2000/2
13	Sociologia	Cleufe Maria Grill Bosel	2000/2
14	Estatística	Denise Irigohé Morales	2000/2
15	Poluição e Saneamento Ambiental	Wagner David Gerber	2000/2
16	Dinâmica da Natureza	Ricardo Pereira Costa	2000/2
17	Qualidade Aplicada ao Meio Ambiente	Márcio Gomes de Freitas	2000/2
18	Cálculo Diferencial e Integral	Odair Antônio Noskoski	2001/1
19	Física	Uilson Schwantz Sias	2001/1
20	Desenho Técnico	Cláudia Campos Ribeiro	2001/1
21	Biologia	Jenice Tasqueto Mello	2001/1
22	Fundamentos de Química I	Maritana Farias	2001/1
23	Biogeografia	Jaqueline Marques Tavares	2001/1
24	Informática	Roger Albernaz de Araújo	2001/1
25	Tratamento de Águas	Fábio da Silva	2001/1
26	Controle de Resíduos Sólidos	Endrigo Pino Pereira Lima	2001/1
27	Hidrologia e Hidrodinâmica	Platão Tavares Fonseca	2001/1
28	Química Aplicada	Heloísa Corrêa Antunez	2001/1
29	Química Ambiental	Wagner David Gerber	2001/1
30	Higiene e Segurança Ocupacional	João Carlos Neumann Badia	2001/1
31	Controle de Resíduos Líquidos I	Wagner David Gerber	2001/1
32	Planejamento Ambiental	Flora Maria Blois	2001/1
33	Cálculo Diferencial e Integral	Odair Antônio Noskoski	2001/2
34	Fundamentos de Química I	Maritana Farias	2001/2
35	Fundamentos de Química II	Júlia Ávila	2001/2
36	Legislação Ambiental	Luiz Fernando Brod	2001/2
37	Metodologia Científica e Tecnológica	Rita Grecco dos Santos	2001/2
38	Sociologia	Leandro Haerter	2001/2
39	Estatística	Denise Irigohé Morales	2001/2
40	Poluição e Saneamento Ambiental	Wagner David Gerber	2001/2
41	Dinâmica da Natureza	Ricardo Pereira Costa	2001/2
42	Qualidade Aplicada ao Meio Ambiente	Amilton Cravo	2001/2
43	Ecologia	Flora Maria Blois	2001/2
44	Avaliação de Impacto Ambiental	Flora Maria Blois	2001/2
45	Tecn. Limpas e Minim. de Resíduos	Wagner David Gerber	2001/2
46	Controle de Res. Líquidos II	Wagner David Gerber	2001/2
47	Tratamento de Esgotos	Mônica Benetti	2001/2
48	Materiais de Construção I	Rosilena Martins Peres	2001/2

49	Mecânica dos Solos I	Hélio da Costa e Silva	2001/2
50	Tecnologia das Construções	Everardo da Luz Antunez	2001/2
51	Eletrotécnica	Arlei Franz Venzke	2001/2
52	Saúde Pública	Flora Maria Blois	2002/1
53	Topografia	João Roger Sastre	2001/2
54	Materiais de Construção II	Rosilena Martins Peres	2001/2
55	Mecânica dos Solos II	Hélio da Costa e Silva	2002/1
56	Disposição Final (aterro)	Mônica Benetti	2002/1
57	Sensoriamento Remoto	Platão Tavares Alves da Fonseca	2002/1
58	Gerenciamento Ambiental	Flora Maria Blois	2002/1
59	Habilidades e Técnicas de Comunicação	Lúcia Blois Villela	2002/1
60	Metodologia do Projeto	Lúcia Blois Villela	2002/1
61	Tratamentos de Águas	Mônica Benetti	2002/1
62	Controle de Resíduos Sólidos	Endrigo Pino Pereira Lima	2002/1
63	Hidrologia e Hidrodinâmica	Gilmar Gomes	2002/1
64	Química Aplicada	Patrícia Silva Dias	2002/1
65	Química Ambiental	Pedro Sanches Filho	2002/1
66	Higiene e Segur. Ocupacional	João Carlos Neumann Badia	2002/1
67	Controle de Res. I	Wagner David Gerber	2002/1
68	Planejamento Ambiental	Flora Maria Blois	2002/1
69	Cálculo Diferencial e Integral	Gimar Gomes	2002/1
70	Física	Rafael Otto Coelho	2002/1
71	Desenho Técnico	Claúdia Campos Ribeiro	2002/1
72	Biologia	Jenice Tasqueto Mello	2002/1
73	Fundamentos de Química I	Maritana Farias	2002/1
74	Biogeografia	Jacqueline Marques Tavares	2002/1
75	Informática	Paulo Henrique Asconavieta	2002/1
76	Seminário	Lúcia Maria Blois Vilela	2002/2
77	Administração Industrial	Jorge Arlei Silva da Silva	2002/2
78	Projeto de Graduação	Endrigo Pino Pereira Lima	2002/2
79	Análise de Risco	Platão Tavares Alves da Fonseca	2002/2
80	Toxicologia	Pedro José Sanches Filho	2002/2
81	Orçamento	Platão Tavares Alves da Fonseca	2002/2
82	Controle de Emissões Atmosféricas	Endrigo Pino Pereira Lima	2002/2
83	Obras de Abastecimento	Carlos Francisco Plá	2002/2
84	Irrigação e Drenagem	Hélio da Costa Silva	2002/2
85	Cálculo Diferencial e Integral	Odair Antônio Noskoski	2002/2
86	Fundamentos de Química I	Maritana Farias	2002/2
87	Fundamentos de Química II	Júlia Ávila	2002/2
88	Legislação Ambiental	Luiz Fernando da Silva Brod	2002/2
89	Metodologia Científica e Tecnológica	Lúcia Maria Blois Vilela	2002/2
90	Sociologia	Leandro Haerter	2002/2
91	Estatística	Denise Irigónhé Morales	2002/2

92	Poluição e Saneamento Ambiental	Wagner David Gerber	2002/2
93	Dinâmica da Natureza	Ricardo Pereira Costa	2002/2
94	Qualidade Aplicada ao Meio Ambiente	Giani Mariza Bärwald Böhm	2002/2
95	Ecologia	Lacina Maria Teixeira	2002/2
96	Avaliação do Impacto Ambiental	Giani Mariza Bärwald Böhm	2002/2
97	Tecnologia Limpas e Mim. De Resíduos	Wagner David Gerber	2002/2
98	Resistência dos Materiais	Mário Leonardo Boéssio	2002/2
99	Tratamento de Esgoto	Mônica Bennetti	2002/2
100	Controle de Resíduos Líquidos II	Wagner David Gerber	2002/2
101	Materiais de Construção I	Rosilena Martins Peres	2002/2
102	Eletrotécnica	Arlei Franz Wenzke	2002/2
103	Tecnologia das Construções	Luís Fernando de Ávila Santos	2002/2
105	Mecânica dos Solos I	Hélio da Costa Silva	2002/2

5.4.1.3.2 CORPO DOCENTE DO CURSO PÓS-RECONHECIMENTO

Relacionar para cada unidade curricular, o professor que lecionará a mesma. Não se admitirá a indicação de perfil.

Item	Unidade Curricular	Professor
1	Cálculo Diferencial e Integral	Gimar Gomes/Odair Noskoski
2	Física Aplicada	Rafael Coelho
3	Desenho Técnico	Stela Maris Stein/Cláudia Ribeiro
4	Inglês Técnico	Ana Paula Castanheira
5	Química Geral Aplicada	Maritana Farias/Eloisa Hasse
6	Biogeografia	Jacqueline Marques Tavares
7	Informática Aplicada	Paulo H. Silva/Roger Albernaz
8	Ética, cidadania e meio ambiente	Ricardod Pereira Costa
9	Legislação Ambiental	Luiz Fernando da Silva Brod
10	Cálculo vetorial	Gilmar Gomes
11	Temodinâmica e mecanica dos fluidos aplic	João Badia/Rafael Coelho
12	Estatística aplicada	Denise Irignoné Morales
13	Poluição e Saneamento Ambiental	Wagner David Gerber
14	Dinâmica da Natureza	Ricardo Pereira Costa
15	Microbiologia ambiental	Heloisa Antunez
16	Higiene e segurança ocupacional	João Badia
17	Química orgância ambiental	Júlia Ávila
18	Tratamentos de Águas	Mônica Benetti/Luiz Vagner Moreira
19	Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Endrigo Pino Pereira Lima
20	Hidráulica	Gilmar Gomes
21	Geotecnia ambiental	Hélio da Costa Silva
22	Química Ambiental	Pedro Sanches Filho
23	Administração da produção	Jorge Arlei Silva da Silva
24	Controle de efluentes Líquidos	Wagner David Gerber

25	Hidrologia Ambiental	Gilmar Gomes
26	Análise de risco	Nara Muller
27	Topografia	João Roger Sastre
28	Controle avançado de efluentes Líquidos	Wagner David Gerber
29	Resistência dos Materiais	Mário Leonardo Boéssio
30	Materiais de Construção I	Rosilena Martins Peres
31	SGA e ecodesign	Wagner David Gerber
32	Tecnologia das Construções	Luís Fernando de Ávila Santos
33	Metodologia científica e tecnológica	Lúcia Maria Blois Vilela
34	Avaliação de impacto ambiental	Giani Bohm
35	Projeto de pesquisa	Lúcia Maria Blois Vilela
36	Instalações elétricas	Arlei Franz Wenzke
37	Obras de saneamento	Carlos Francisco Plá
38	Materiais de construção II	Rosilena Martis Peres
39	Mecânica dos solos aplicada	Hélio da Costa Silva
40	Destinação finais de resíduos	Endrigo Pino Pereira Lima
41	Técnicas de comunicação	Lúcia Maria Blois Vilela
42	Seminário	Lúcia Maria Blois Vilela
43	Redes de saneamento	Rosimeri da Silva Fraga
44	Gerenciamento Ambiental	Giani Mariza Barwald Böhm
45	Análise de investimentos ambientais	Platão Tavares Alves da Fonseca
46	Irrigação e drenagem	Hélio da Costa Silva
47	Saúde ambiental	Lacina Maria Freitas Teixeira

5.4. Infra Estrutura

Toda a infra-estrutura, tanto do curso autorizado quanto do pós-reconhecimento, deve obrigatoriamente estar disponível a partir da visita da Comissão Verificadora.

5.4.1. Infra-Estrutura Física e Recursos Materiais

5.4.1.1. Distribuição do espaço físico existente e/ou em construção para o curso em questão.

A Instituição deverá disponibilizar para a Comissão Avaliadora as plantas arquitetônicas da área construída onde funcionará o curso.

Em caso de salas de aulas diferentes, preencher uma linha para cada tipo de sala de aula

Dependências	Quantidade	m ²
Sala de Direção	1	236,00
Salas de Coordenação	1	44,00
Sala de Professores	1	206,12

Salas de Aulas para o curso	2	68,72
Salas de Aulas para o curso	1	52,88
Sanitários	2	12,58
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	1	723,02
Setor de Atendimento / Tesouraria	1	95,79
Praça de Alimentação	1	121,21
Auditórios	1	395,60
Sala de Áudio / Salas de Apoio	2	120,00
Sala de Leitura/Estudos		
Outros (Laboratório de Pesquisa)	1	54,34

5.4.1.2. Outros Recursos Materiais

- Em caso de outros recursos não listados, inserir uma linha a mais para cada recurso.

Item	Observações	Quantidade
Televisores		01
Vídeos cassete		01
Retroprojetores		04
Canhões Multimídia		02
Data Show		-
Projetores de Slides		02
Câmeras		01
Quadro Branco		-
Flip-charts		-

5.4.1.3. Plano de Expansão

Descrever o Plano de Expansão. Caso não haja necessidade de expansão, informar.

As informações acima se referem aproximadamente às condições relativamente restritas aos cursos de tecnologia, localizadas geograficamente próximas dos locais que rotineiramente são usados para as aulas teóricas. Muitos outros ambientes e equipamentos são usados compartilhadamente com os cursos técnicos e com o ensino médio. A expansão está sendo implementada basicamente através das verbas provenientes de projetos ligados ao PROEP e não são destinadas especificamente ao curso técnico ou ao tecnológico.

5.4.2. Infra-Estrutura de Acessibilidade às Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais

5.4.2.1. Infra-estrutura para alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida

Obs: O item deverá ser totalmente atendido como determinam a Lei Federal Nº 10.098/2000 e a Portaria MEC Nº 1.679/1999.

--

O CEFET-RS está adequando suas instalações para acesso dos alunos com Deficiência Física ou Mobilidade Reduzida e, neste momento, já está construído o prédio e instalado o elevador, que dá acesso aos três pisos e assim a maior parte das salas e laboratórios da instituição incluindo a biblioteca.

Também foram construídos sanitários próprios, com portas amplas e com barras adequadas. Os poucos desníveis existentes dentro do CEFET-RS possuem barras nas paredes. A vaga para o automóvel do deficiente físico está determinada em local de fácil acesso dentro do próprio estacionamento interno do CEFET-RS onde não há praticamente nenhum declive.

As outras instalações, de menor monta, como telefone público e bebedouros mais baixos estão em fase de conclusão.

Assunto	SIM ou NÃO
Há rampas com corrimãos e/ou elevadores que permitam o acesso do estudante com deficiência física aos espaços de uso coletivo da instituição (secretaria, sala dos professores ...)?	
Há rampas com corrimãos e/ou elevadores que permitam o acesso do estudante com deficiência física a todas as salas de aula/laboratórios da instituição. ?	
Há reservas de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades da instituição, para pessoas portadoras de necessidades especiais ?	
Há banheiros adaptados que disponham de portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas ?	
Há barras de apoio nas paredes dos banheiros ?	
Há lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas ?	
Há telefones públicos instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas ?	

5.4.2.2. Compromisso formal da Instituição em prover Infra-estrutura para proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio especial para alunos com deficiência visual/auditiva.

- Entregar a Comissão Avaliadora os Termos de Compromisso.
- No termo de compromisso para alunos com deficiência visual, deve constar os seguintes itens:

máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz;

gravador e fotocopiadora que amplie textos;

plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;

software de ampliação de tela do computador;

lupas, régua de leitura;

scanner acoplado a computador;

plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

- No termo de compromisso para alunos com deficiência auditiva, deve constar os seguintes itens:

intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa;

flexibilidade na correção de avaliações, valorizando o conteúdo semântico;

iniciativas para o aprendizado da língua portuguesa;

materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística de surdo;

Assunto	SIM ou NÃO
Existe o compromisso formal da Instituição em proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso sala de apoio especial para deficientes visuais/auditivos?	SIM

5.4.3. Infra-Estrutura de Informática

5.4.3.1. Quadro Resumo da Infra-estrutura de Informática (exceto o referente ao curso específico que será descrito no próximo bloco).

Informar e indicar a existência de laboratório de uso geral que poderá ser compartilhado com outros cursos.

Neste item deverá ser preenchido, a infra-estrutura de informática de uso geral. Qualquer outra infra-estrutura de informática que não seja de uso geral deverá está descrita no item laboratórios específicos a área do curso.

A infra-estrutura de informática de uso geral é: computadores, impressora, acesso à internet e softwares de uso geral (sistema operacional - Ex: Windows, editor de texto - Ex: Word, planilha eletrônica - Ex: Excel, software de apresentação - Ex: PowerPoint, correio eletrônico - Ex: Outlook, e browser - Ex: Internet Explorer).

Informar área (m²) e listar softwares utilizados.

Em Qtde. especificar quantidade e em Especificações descrever nesta ordem: CPU, Sistema Operacional, capacidade do disco rígido em Gigabyte, quantidade de RAM em Megabyte, se tem CD-Rom e que velocidade, se tem DVD e que velocidade, se tem acesso a Internet, se tem acesso a rede colocar tipo (Novell, WinNT, etc.), ano de aquisição e outras informações pertinentes.

Os computadores devem estar tombados e disponíveis quando da visita da Comissão Avaliadora.

Informar, ainda, os horários de aula e horários livres para cada laboratório.

Os responsáveis pelos laboratórios deverão estar disponíveis quando da visita da Comissão Avaliadora.

Incluir nos anexos: convênios, parcerias e contratos existentes

Multiplique as linhas ou os quadros se necessário.

Laboratório de Tecnologia sala 636 C	Área (m ²)	m ² por estação	m ² por aluno
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	54,34	4,94	2,74
Autocad 200, Ofcci, Matlab 6.0, Orcad, Pspce, Smash, Pascal, C++, Delphi e Sitema Operacional Linux			
COMPUTADORES AMD ATHLON – PROCESSADOR 1.000MHZ			
Qtde.	Especificações		

Informar os horários de aula e horários livres para cada laboratório.

Quadro de Horários							
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
7:30 - 08:15	Automação						
8:15 - 9:00	Automação	Automação			Automação		
9:00 – 9:45	Automação	Automação			Automação		
10:00-10:45	Automação						
10:45-11:30	Automação			Automação	Automação		
11:30-12:15	Automação			Automação	Automação		
13:30-14:15				Curso. Prof			
14:15-15:00				Curso. Prof			
15:00-15:45				Curso. Prof			
16:00-16:45							
16:45-17:30							
17:30-18:15							
18:15-19:00		O.N.T					
19:00-19:45	Ambiental	Ambiental	Proj.Grad	Ambiental			
19:45-20:30	Filtros	Ambiental	Proj.Grad	Ambiental			
20:30-21:15	Filtros	L. Program	P.D.Imag.	Ambiental			
21:30-22:15	Alg.Estrut	L. Program	P.D.Imag.				
22:15-23:00	Alg.Estrut	L. Program	P.D.Imag.				

5.4.3.2. Quadro resumo de pessoal de apoio quanto à disponibilidade, qualificação, regime de trabalho e vínculo profissional com a instituição mantida

O CEFET-RS conta com a Gerencia Educacional de Manutenção da Estrutura destinada a dar manutenção nos equipamentos e na estrutura física e com Gerência de Tecnologia da Informação que dá todo o suporte na área de informática. Cada uma delas possui uma coordenação própria para a manutenção de tudo que é ligado à informática no CEFET-RS.

Gerência de Educacional de Manutenção da Estrutura

Tem a função de dar manutenção no hardware dos equipamentos de informática além de toda a manutenção elétrica, eletrônica e civil da instituição. Tem como gerente o Sr. Norberto Nornberg, Técnico em Edificações.

Esta gerência conta com a Coordenação de Manutenção de Equipamentos de Informática que é composta pelos seguintes servidores

Coordenador: Prof. Paulo Ugoski – Engenheiro Eletricista – Dedicção Exclusiva

Técnico: Gelson Chagas França – Técnico em Eletrônica – 40 horas;

Técnico: Clayton Duarte Huch – Técnico em Eletrônica – 40 horas

Bolsista: Gabriele Gayer Ramires – 20 horas – tarde – Aluno de Eletrônica

Gerência de Tecnologia da Informação

Tem a função de planejar, implantar sistemas informatizados administrativos e acadêmicos e mantê-los em funcionamento. Tem como gerente o prof. Fernando Brod, Especialista em Planejamento e Administração de Informática, dedicação exclusiva. A gerência conta com a Coordenadoria de Meios e Suporte que mantém a rede interna de computadores e faz a instalação e manutenção de softwares sendo composta por vários servidores:

Coordenador: prof. Flávio Luis Barbosa Nunes, Tecnólogo em Processamento de Dados com especialização em Informática Industrial, Dedicação exclusiva.

Servidor Técnico-administrativo: Heleno Gustavo Beduhn Kongsgen – 40 horas

Servidor Técnico-administrativo: Graco Alexandre Nadalin Duarte – 40 horas

Bolsista: Juliano Silva Barbosa, aluno de Sistemas de Informação, 20 horas- Manhã.

Bolsista: Aline Lazari de Oliveira, aluno de Programação Visual, 20 horas- Manhã.

Bolsista: Michel Ferreira da Silva Araújo, aluno de Telecomunicações, 20 horas- tarde.

Bolsista: João Francisco Peres Cademartori, aluno de Edificações, 20 horas- tarde.

Bolsista: Diego Pereira Botelho, aluno de Sistemas de Telecomunicações, 20 horas- tarde.

Bolsista: Idalci Silva de Oliveira, aluno de Sistemas de Informações, 20 horas- tarde.

As informações foram atualizadas em 18/09/2003.

5.4.3.3. Plano de atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos

O CEFET-RS tem, ao longo dos anos, atualizado as máquinas às custas da verba de custeio, de recursos próprios e de convênios como, por exemplo, o PROEP sendo que a manutenção dos equipamentos é feita pelo pessoal lotado na instituição.

5.4.4. Infra-Estrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso

5.4.4.1. Quadro Resumo da Infra-estrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso.

Em caso de laboratório de informática de uso geral, utilize os critérios do item de Infra-estrutura de informática..

Para outros laboratórios (da área do curso), detalhar os equipamentos e recursos presentes, os quais devem estar tombados e disponíveis quando da visita da Comissão Avaliadora.

Informar os horários de aula, horários livres para cada laboratório e a política de acesso aos laboratórios.

Os responsáveis pelos laboratórios deverão estar disponíveis quando da visita da Comissão Avaliadora.

Incluir nos anexos: convênios, parcerias e contratos existentes.

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
Laboratório Águas e Combustíveis - 1225	56,78		3,5
Qtde.	Especificações		
1	Capela de exaustão de gases.		

Laboratório de Microbiologia - 1215		44,76		2,8
Qtde.	Especificações			
1	Exaustor de gases de parede.			
1	Estufa de secagem e esterilização.			
2	Autoclave.			
3	Bancadas para análise, com água e gás (11 bicos).			
2	Depósitos para água destilada.			
2	Geladeira.			
2	Estufa de cultura.			
6	Microscópios.			
1	Balança digital de precisão.			
1	Contador de colônias.			
1	Banho-maria			
1	Liquidificador Industrial			

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m ²)	m ² por estação	m ² por aluno
TOPOGRAFIA	54,99		2,70
Descrição (Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)			
Mesas de desenho, teodolitos, estação total, níveis de precisão, miras, planímetro			
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		

Informar os horários de aula e horários livres para cada laboratório.

OBS: OS HORÁRIOS DOS LABORATÓRIOS SÃO UTILIZADOS EM PARCERIA COM OS CURSOS DE EDIFICAÇÕES E QUÍMICA, ASSIM COMO A MAIORIA DA CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES, FICANDO OS DEMAIS HORÁRIOS À DISPOSIÇÃO DOS ALUNOS DE AMBOS OS CURSOS.

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m ²)	m ² por estação	m ² por aluno
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	50,95		2,50
Descrição (Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)			
Prensa hidráulica 200t, prensa manual, jogo de peneiras para areia e para brita, corpos de prova para concreto e cimento			
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		

Informar os horários de aula e horários livres para cada laboratório.

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m ²)	m ² por estação	m ² por aluno
MECANICA DOS SOLOS	15,60		1,50
Descrição (Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)			
Prensa, estufa, corpos de prova para ensaio de compactação, amostradores, balança, cápsulas para ensaio de teor de umidade			
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		

Informar os horários de aula e horários livres para cada laboratório.

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m ²)	m ² por estação	m ² por aluno
HIDRÁULICA	40,95		2,05
Descrição (Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)			
Sistema de bomba e reservatório, bancadas para trabalhos em tubulações de água e esgoto, área anexa para trabalhos em redes de esgoto			
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		

Informar os horários de aula e horários livres para cada laboratório.

5.4.4.2. Quadro resumo de pessoal de apoio quanto à disponibilidade, qualificação, regime de trabalho e vínculo profissional com a instituição mantida

Sérgio Terres Viana, laboratorista junto ao Curso de Química, responsável pelos laboratórios de Química, Química Analítica, Química Analítica Instrumental, Microbiologia;
 Rogério Falcão Oliveira, laboratorista junto ao Curso de Edificações, responsável pelos laboratórios de Materiais de Construção/Resistência dos Materiais, Mecânica dos Solos e Hidráulica;
 Nos Cursos de Química e de Edificações existem alunos-bolsistas, um por turno, atuando junto aos laboratórios destes cursos;

Os demais laboratórios são de responsabilidade dos professores das respectivas disciplinas.

5.4.4.3. Plano de atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos

A atualização se dá através de convênios (PROEP, Metrimpex) e conforme a disponibilidade financeira da instituição;
A manutenção preventiva é função dos laboratoristas; a manutenção de recuperação fica a cargo da Gerência Educacional de Manutenção da Estrutura, com setores de Construção Civil, Marcenaria, Pintura, Informática, Mecânica e Elétrica.

5.4.5. Biblioteca

5.4.5.1. Quadro resumo do acervo pela menor unidade curricular.

O(a) bibliotecário(a) deverá estar disponível quando da visita da Comissão Avaliadora.

Os exemplares do curso autorizado e pós-reconhecimento deverão estar disponíveis, tombados e catalogados na biblioteca da instituição mantida a partir da visita da Comissão Avaliadora.

Identificar cada título existente por título, autor, edição (ED), editora, tipo { livro-texto como (LT) e bibliografia complementar como (BC) } e o número de exemplares (Nº Ex.).

Todos os exemplares dos títulos indicados nos itens Descrição das Unidades Curriculares do Curso Autorizado e do Curso Pós-Reconhecimento registrados como bibliografia básica no item organização curricular, deverão estar obrigatoriamente disponíveis na biblioteca da instituição mantida.

Parâmetro mínimo de qualidade para a quantidade de títulos/periódicos da bibliografia básica: 4 TÍTULOS/PERIÓDICOS POR UNIDADE CURRICULAR.

Parâmetro mínimo de qualidade para a quantidade de exemplares dos títulos/periódicos da bibliografia básica:

R = Relação aluno/exemplar	
Pontos:	40, se $R \leq 8$ 32, se $9 < R \leq 12$ 24, se $12 < R \leq 16$ 0, se $R > 16$
	aluno: quantidade de alunos cursando a unidade curricular exemplar: quantidade de exemplares do título/periódico

Informar no quadro abaixo a quantidade de exemplares dos títulos/periódicos da bibliografia básica de cada unidade curricular:

Unidade Curricular	Título/Periódico	Biblioteca
		Nº de Exemplares
Cálculo Diferencial e Integral	FLEMING, D. M.; BUSS, M. G. Cálculo A	7
Cálculo Diferencial e Integral	LOUIS, L. O cálculo com geometria analítica	8

Cálculo Diferencial e Integral	AYRES Jr, Frank. Cálculo Diferencial e Integral	4
Cálculo Diferencial e Integral	PISKOUNOV. Cálculo Diferencial e Integral	6
Física Aplicada	HALLIDAY; RESNICK Walker. Fundamentos de Física	6
Física Aplicada	TIPLER, P. Física para Cientistas e Engenheiros	4
Física Aplicada	NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica	4
Biogeografia	DIAS, G. F. Educação Ambiental - Princípios e Práticas	5
Biogeografia	GONÇALVES, W. C. P. Os (des)caminhos do meio ambiente	5
Biogeografia	ROSS, J. L. S. Geomorfologia Ambiente e Planejamento	3
Biogeografia	BOURGUIGNON, A História Natural do Homem	3
Desenho Técnico	BACHMANN e FORBERG. DESENHO TÉCNICO	3
Desenho Técnico	ABNT, Coletânea de Normas de Desenho Técnico	5
Química Geral e Aplicada	RUSSEL, J. B. Química Geral	2
Química Geral e Aplicada	BRADY, J. E. Química Geral	4
Química Geral e Aplicada	MASTERTON, W. L. et al. Princípios de Química	5
Química Geral e Aplicada	ATKINS, P; JONES, L. Princípios de Química: Questionando a vida moderna e o meio ambiente	2
Informática Aplicada	MEIRELES, F. Informática: Novas Aplicações	14
Informática Aplicada	NORTON, P. Introdução à Informática	1
Dinâmica da Natureza	DIAS, G. F. Educação Ambiental – Princípios e Práticas	5
Dinâmica da Natureza	GONÇALVES, W. C. P. Os (des)caminhos do meio ambiente	5
Dinâmica da Natureza	ROSS, J. L. S. Geomorfologia Ambiente e Planejamento	3
Cálculo Vetorial	SPIEGEL, M. Análise Vetorial	2
Cálculo Vetorial	SONINO, Sérgio. Lições de Cálculo Vetorial	2
Ética, Cidadania e Meio Ambiente	BOUDON, R. & BOURRICAUD, Fraçois. Dicionário Crítico de Sociologia	4
Ética, Cidadania e Meio Ambiente	BRANCO, S. O meio ambiente em debate	4
Ética, Cidadania e Meio Ambiente	DURKHEIM, É. As regras do Método Sociológico	4

Ética, Cidadania e Meio Ambiente	LAKATOS, E. M. Sociologia geral	3
Termodinâmica e Mecânica dos Fluidos Aplicada	HALLIDAY; RESNICK Walker. Fundamentos de Física	6
Termodinâmica e Mecânica dos Fluidos Aplicada	TIPLER, P. Física para Cientistas e Engenheiros	4
Termodinâmica e Mecânica dos Fluidos Aplicada	NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica	4
Ética, Cidadania e Meio Ambiente	HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável	4
Ética, Cidadania e Meio Ambiente	OLIVEIRA, P. S. Introdução à Sociologia	6
Hidráulica	AZEVEDO NETO, J. Manual de Hidráulica	1
Hidráulica	BORGES, Ruth. Instalações Prediais Hidráulicas, Sanitárias e de Gás	2
Legislação Ambiental	FREIRE, W. Eduardo. Direito Ambiental Brasileiro	7
Legislação Ambiental	VARELLA, M. D. O Novo Direito Ambiental	7
Legislação Ambiental	MUKAI, T. Direito Ambiental Sistematizado	7
Administração da Produção	CAMPOS, V. F. Controle de Qualidade Total	5
Administração da Produção	DEMING, W. Qualidade. A revolução da administração	5
Administração da Produção	JURAN, J. M. Qualidade Aplicada ao Meio Ambiente	2
Fundamentos de Química II	ALLINGER, N. L. L. e BOYD, R. N. Química Orgânica	4
Química Orgânica Ambiental	SOLOMONS, T. W. G. Química Orgânica	4
Química Orgânica Ambiental	VOGEL, A. Química Orgânica	2
Química Orgânica Ambiental	ATKINS, P., JONES, L. Princípios de Química: Questionando a vida moderna e o meio ambiente	2
Estatística Aplicada	COSTA N. P. L. O. Estatística	8
Estatística Aplicada	CRESPO, A. A. Estatística fácil	3
Estatística Aplicada	DOWNING, D.; CLARK, J. Estatística Aplicada	4
Estatística Aplicada	SPIEGEL, M. Estatística	6
Estatística Aplicada	STEVENSON, W. J. Estatística Aplicada a Administração	3
Estatística Aplicada	FONSECA, J.; MARTINS, G. Curso de Estatística	3
Poluição e saneamento ambiental	SPERLING, M. von. Introdução a qualidade das águas e ao tratamento de esgotos	
Metodologia científica e tecnológica	ECO, U. Como se faz uma tese	4

Metodologia científica e tecnológica	SANTOS, B. Introdução a uma ciência pós-moderna	4
Metodologia científica e tecnológica	SANTOS, B. Um discurso sobre as ciências.	4
Tratamento de Águas	AZEVEDO NETTO, J. M. & BOTELHO, M. E. C. Manual de Saneamento de Cidades e Edificações	4
Tratamento de Águas	BATALHA, B. L. & PARLATORE, A. C. Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano: Bases Conceituais e Operacionais	1
Gerenciamento de resíduos sólidos	LIMA, L. M. Q. Lixo: Tratamento e Biorremediação	2
Gerenciamento de resíduos sólidos	BIDONE, F. R. A. Conceitos Básicos de Resíduos Sólidos	4
Gerenciamento de resíduos sólidos	VILHENA, A.; D'ALMEIDA, M. L. O. Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado	1
Hidrologia Ambiental	FOX, R. W. Introdução à mecânica dos fluidos	4
Hidrologia Ambiental	TUCCI, C. Hidrologia: ciência e aplicação	4
Microbiologia Ambiental	SOARES, J. B.; CASIMIRO, A. R. S.; AGUIAR, L. M. B. A. Microbiologia	1
Microbiologia Ambiental	NEDER, R. N. Introdução a Microbiologia: Guia de Aulas Práticas do Curso de Microbiologia Aplicada.	1
Microbiologia Ambiental	RUIZ, R. L. Manual Prático de Microbiologia Básica	1
Microbiologia Ambiental	BENNET, T. P Tópicos Modernos de Bioquímica: Estrutura e Função das Moléculas Biológicas	1
Microbiologia Ambiental	LAGUNA, J. Bioquímica	1
Química Ambiental	BAIRD, C. Environmental Chemistry	3
Química Ambiental	MANAHAN, S. Environmental Chemistry	3
Higiene e segurança ocupacional	SOARES, P. JESUS, C. A. de; STEFFEN, P. C. Segurança e Higiene do Trabalho	4
Higiene e segurança ocupacional	JOHNSTONE, R. Medicina del Trabajo e Higiene Industrial	1
Higiene e segurança ocupacional	BURGESS, W. Identificação de possíveis riscos à saúde do Trabalhador	1
Higiene e segurança ocupacional	Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho	5
Controle de efluentes líquidos	SPERLING, Marcos von. Introdução a qualidade das águas e ao tratamento de esgotos	3
Controle de efluentes líquidos	SPERLING, Marcos von. Princípios básicos do tratamento de esgotos	3

Controle de efluentes líquidos	METCALF & EDDY. Ingenieria Sanitaria: Tratamiento, Evacuacion y Reutilizacion de Aguas Residuales	1
Planejamento ambiental	FRANCO, M. de A. R. Planejamento ambiental para a cidade sustentável	2
Planejamento ambiental	TORNISIELO, S. M. T. GOBBI, N. FOWLER, H. G. Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar	6
Resistência dos Materiais	BEER, F. P., JOHNSTON, E. R. Resistência dos materiais	2
Resistência dos Materiais	TIMOSHENKO, S. P., GERE, J. E. Resistência dos Materiais	2
Resistência dos Materiais	TIMOSHENKO, S. P., GERE, J. E. Mecânica técnica dos solidos	3
Materiais de Construção I	BAUER, L. A. Falcão. Materiais de Construção	1
Materiais de Construção I	PETRUCCI, E. G. R Materiais de Construção	9
Materiais de Construção I	SILVA, M. R. Materiais de Construção	2
Materiais de Construção I	VERÇOSA, Ê. J. Impermeabilização na Construção	5
Tratamento Avançado e Efluentes Líquidos	BRAILE, P. M. Despejos industriais	1
Tratamento Avançado e Efluentes Líquidos	METCALF & EDDY, Ingenieria Sanitaria: Tratamiento, Evacuacion y Reutilizacion de Aguas Residuales	1
Tratamento Avançado e Efluentes Líquidos	SPERLING, M. von. Princípios básicos do tratamento de esgotos	3
Instalações Elétricas	CREDER, H. Instalações elétricas prediais	13
Instalações Elétricas	NISKIER, J. Instalações elétricas	8
Geotecnia Ambiental	CAPUTO, H. P. Mecanica Dos Solos E Suas Aplicações	4
Geotecnia Ambiental	BARATA, E. B. Propriedades Mecânicas dos Solos	
Avaliação de impacto ambiental	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum	4
Avaliação de impacto ambiental	DIAS, G. F., Educação Ambiental – Princípios e Práticas	5
Avaliação de impacto ambiental	IBAMA, Avaliação de Impacto Ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas	6
Avaliação de impacto ambiental	PLATENBERGER, C.M.; SABER, A. Previsão de impactos	6
Avaliação de impacto ambiental	FRANCO, M. A. R. Planejamento ambiental para a cidade sustentável	2
Tecnologia das Construções	RIPPER, E. Como evitar erros na construção	5
Tecnologia das Cosntruções	RIPPER, E. Manual prático de materiais de construção	3

Topografia	ESPARTEL, Lélis. Curso de Topografia	2
Topografia	BORGES, Alberto de Campos. Topografia	10
Saúde Ambiental	SOERENSEN, Bruno et alli. Manual de saúde pública	2
Projetos de Pesquisa	CERVO, A. L.; BERVIAN, P; Metodologia Científica	1
Materiais de Construção II	PETRUCCI, Eládio G. R Materiais de Construção	9
Materiais de Construção II	VERÇOSA, Ênio José. Impermeabilização na Construção	13
Inglês Técnico	WHITLAM, J., DAVIES, V., HARLAND, M. Collins Prático Dicionário Inglês-Português /Português-Inglês	12
Inglês Técnico	MURPHY, R. English Grammar in Use	2
Gerenciamento Ambiental	CALLENBACH, E. Gerenciamento Ecológico	2
Gerenciamento Ambiental	JOHR, H, O Verde é negócio	2
Técnicas de Comunicação	BERLO, D. K, O Processo de comunicação	4
Técnicas de Comunicação	WRIGHT, C. W. Aprenda a falar em público	3
Destinação final de Resíduos	LIMA, L. M. Q., Lixo: Tratamento e Biorremediação	2
Destinação final de Resíduos	CAPUTO, H. P. Mecânica dos Solos e suas aplicações	7
Mecânica dos Solos Aplicada	CAPUTO, Homero P. Mecânica dos solos e suas aplicações	4
Mecânica dos Solos Aplicada	BARATA< Emmanuel B. Propriedades mecânica dos solos	
Irrigação e Drenagem	CAPUTO, Homero P. Mecânica dos Solos e suas Aplicações	4
Obras de Saneamento	GARCEZ, Lucas. Construções Hidráulicas	1
Obras de Saneamento	NETTO, J.M.A. Manual de Saneamento de Cidades e Edificações	4
Obras de Saneamento	QUANTZ, L. Bombas Centrífugas: su Funcionamento, Construcción e Cálculo	1
Análise de Investimentos Ambientais	GIAMMUSSO, Salvador. Orçamento e Custos na Construção Civil	4
Administração da Produção	CONTADOR, J. C. Gestão de operações	4
Redes de Saneamento	AZEVEDO NETO, J. Manual de Hidráulica	1
Redes de Saneamento	BORGES, Ruth. Instalações Prediais Hidráulicas, Sanitárias e de Gás	2
Análise de Risco	BURGESS, W. Identificação de possíveis riscas à saúde do Trabalhador	1
Análise de Risco	SOARES, P. JESUS, C. A. de; STEFFEN, P. C. Segurança e Higiene do Trabalho	4

5.4.5.2. Relação dos títulos mais importantes utilizados no curso e disponíveis na biblioteca para consulta, mas não listados no Quadro apresentado no item Organização curricular

Nº	Título	Exemplares

Observações:

--

OUTROS: periódicos, cadernos, normas, anuários, etc. (1 por linha)

Tipo	Descrição
Periódico	ABES INFORMA
Periódico	ABIGRAF/RS – NOTÍCIAS
Periódico	ADMINISTRAÇÃO E LEGISLAÇÃO
Periódico	ALIMENTAR
Periódico	AMANHÃ : ECONOMIA & NEGÓCIOS
Periódico	ANTENNA
Periódico	ARQUITETURA DE INTERIORES
Periódico	ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO
Periódico	ARQUITETURA E URBANISMO
Periódico	ATUALIDADES
Periódico	BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO
Periódico	BID – REVISTA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
Periódico	BIOTECNOLOGIA: CIÊNCIA & DESENVOLVIMENTO
Periódico	BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA
Periódico	BOLETIM ABDF
Periódico	BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DA BIBLIOTECA NACIONAL
Periódico	BOLETIM DA SBQ
Periódico	BOLETIM DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
Periódico	BOLETIN ASEA
Periódico	BOLETIM DA SBA

Periódico	BYTE BRASIL
Periódico	CASA CLAUDIA
Periódico	CERÂMICA : TECNICA & ARTE
Periódico	CERÂMICA
Periódico	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Periódico	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
Periódico	CIÊNCIAS HOJE
Periódico	CLARIM
Periódico	CLAUDIA
Periódico	CNI : INDUSTRIA E PRODUTIVIDADE
Periódico	CONSTRUÇÃO – REGIÃO SUL
Periódico	CONTROLE & AUTOMAÇÃO
Periódico	CONTROLE E INSTRUMENTAÇÃO
Periódico	CULTURA
Periódico	DECISÃO
Periódico	DIRIGENTE CONSTRUTOR
Periódico	DIRIGENTE INDUSTRIAL
Periódico	EDUCAÇÃO & TECNOLOGIA
Periódico	EDUCAÇÃO
Periódico	ELETRICIDADE MODERNA
Periódico	ELETRÔNICA POPULAR
Periódico	ELETRONICA TOTAL
Periódico	ELETRONIQUE PRATIQUE
Periódico	EDUCAÇÃO
Periódico	EMOÇÃO E INTELIGENCIA
Periódico	ENGENHARIA NO RIO GRANDE DO SUL
Periódico	ENGENHARIA : REVISTA DO INSTITUTO DE ENGENHARIA
Periódico	ENGENHARIA DE TELEVISÃO
Periódico	ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL
Periódico	ENSINO INDUSTRIAL
Periódico	EXAME
Periódico	JORNAL ZERO HORA
Periódico	JORNAL DIÁRIO POPULAR
Periódico	FUNDIÇÃO E MATERIAS PRIMAS
Periódico	GALILEU
Periódico	GEOGRAFICA UNIVERSAL
Periódico	GLOBAL TELEPHONY
Periódico	GLOBO CIÊNCIA

Periódico	HISTÓRIA
Periódico	HISTÓRIA DO SÉCULO XX
Periódico	INDUSTRIA BRASILEIRAS
Periódico	INFORMÁTICA
Periódico	INFORMATICA EXAME
Periódico	INMETRO INFORMA
Periódico	INTEC – BRASIL
Periódico	ISTO É
Periódico	LA REVISTA DE RODAMIENTOS
Periódico	LUMINOTÉCNICA
Periódico	MANUAL DO HOBBY
Periódico	MAQUINAS E METAIS
Periódico	MECÂNICA POPULAR (ESPAÑHOL)
Periódico	MECÂNICA POPULAR (PORTUGUÊS)
Periódico	MEGA INFO
Periódico	MEIO AMBIENTE INDUSTRIAL
Periódico	MICRO SISTEMAS
Periódico	MINERAÇÃO E METALURGIA
Periódico	MIRA (A)
Periódico	MOCIDADE
Periódico	MTV
Periódico	MUNDO ELÉTRICO
Periódico	MUNDO MECANICO
Periódico	NEW WORLD : A REVISTA DA SIEMENS
Periódico	NOVA ELETRONICA
Periódico	CORREIO DA UNESCO, O
Periódico	O EMPREITEIRO
Periódico	PAPEL, O
Periódico	ÓCULUM
Periódico	OTTAGONO
Periódico	PC MAGAZINE BRASIL
Periódico	PEQUENAS EMPRESAS GRANDES NEGOCIOS
Periódico	PLANETA
Periódico	PLASTICO & EMBALAGEM
Periódico	PLASTICO MODERNO
Periódico	PLASTICO NO BRASIL
Periódico	PLASTICOS EM REVISTAS
Periódico	PRODUÇÃO PROFISSIONAL: REVISTA DE COMUNIC. E TECNICA

Periódico	PROTEÇÃO
Periódico	QUALIDADE NA CONSTRUÇÃO
Periódico	QUIMICA E DERIVADOS
Periódico	RADIO & TV
Periódico	REVISTA ABIMAQ
Periódico	REVISTA ABIGRAF
Periódico	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FISICA E DESPORTOS
Periódico	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO
Periódico	REVISTA BRASILEIRA DE ENGENHARIA QUIMICA
Periódico	REVISTA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA
Periódico	REVISTA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
Periódico	REVISTA DA ABERT
Periódico	REVISTA DA ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA DA UFMG
Periódico	REVISTA DA FRANCHISING
Periódico	REVISTA DA INDUSTRIA
Periódico	REVISTA DA UCPEL
Periódico	REVISTA DE BIBLIOTECONOMIA DE BRASÍLIA
Periódico	REVISTA INMETRO
Periódico	REVISTA DE MICROBIOLOGIA
Periódico	REVISTA FECOMAC
Periódico	REVISTA IF
Periódico	REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
Periódico	REVISTA INTERNACIONAL DE LUMINOTÉCNICA
Periódico	REVISTA MONITOR DE RADIO E TELEVISÃO
Periódico	REVISTA NACIONAL DA CARNE
Periódico	REVISTA SIEMENS
Periódico	REVISTA SINDIMAQ
Periódico	REVISTA TELEBRÁS
Periódico	RUMOS : ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO P/ NOVOS TEMPOS
Periódico	SABER ELETRÔNICA
Periódico	SAUDE É VITAL
Periódico	SIGNS & SCREEN
Periódico	SINERGIA
Periódico	SPEAK UP
Periódico	SUPER INTERESSANTE
Periódico	TÉCHNE
Periódico	TECNIA : REVISTA DA CONSTRUÇÃO
Periódico	TECNICOURO

Periódico	TECNOLOGIA EM REVISTA
Periódico	TELEFONY
Periódico	THEMA
Periódico	VEJA
Periódico	VÉRTICES
Periódico	VIA EMBRATEL
Periódico	VIDA E SAÚDE
Norma técnica	NBR 10004 – Resíduos Sólidos - Classificação

5.4.5.3. Espaço Físico da Biblioteca.

- A área para usuários mínima é 1 m² para cada 3 alunos existentes na instituição.

Área total (m ²)	Área para usuários (m ²)	Capacidade (Nº de usuários)
605 m ²	277m ²	100
Outras informações:		

5.4.5.4. Acervo/Livros: (adequação dos títulos à organização curricular do curso e suficiência do número de exemplares à demanda real em um mesmo período letivo).

O acesso ao material bibliográfico deverá ser de livre acesso pelos alunos.

Item	Quantidade	Observações
Títulos Existentes	10465	
Títulos Encomendados	0	
Títulos Programados	0	
Volumes Existentes	20100	
Volumes Encomendados	0	
Volumes Programados	0	

Os títulos atendem todos os Módulos/Disciplinas/Projetos e outros do Curso ?	SIM ou NÃO	SIM
--	------------	------------

5.4.5.5. Serviços de reprografia, catalogação, informação ao usuário, informatização, sistema de recuperação de informações, internet, empréstimo, recursos audiovisuais e outros

A Biblioteca é constituída de um prédio com dois andares, sendo no térreo o salão de leitura que compreende: sala de estudo em grupo, sala de estudo individual. No andar superior está localizado: o acervo, setor de empréstimo, parte administrativa e técnica, sala do Diário Oficiais da União.

O nosso acervo é aberto aos servidores (professores e funcionários) e alunos do CEFET-RS mediante solicitação do usuário e acompanhado de servidor do setor. O sistema de classificação é CDD (Classificação Decimal Dewey) e a catalogação é baseada no CCAA2 (Código de Catalogação Anglo Americana – 2ª edição); os periódicos são registrados em fichas kardex.

A informatização da biblioteca está sendo desenvolvida através de programa elaborado pela Gerência de Tecnologia da Informação/Coordenação de Sistemas de Gestão do CEFET-RS. Os módulos de cadastro, pesquisa, empréstimo, relatórios, estatística, cobrança e pesquisa on-line já estão em funcionamento. Faltam os módulos de reserva, periódicos, DSI (Disseminação Seletiva da Informação).

A Biblioteca possui os seguintes serviços:

Consulta local - atendemos toda comunidade escolar, pelotense e regional.

Empréstimo domiciliar - somente para usuários vinculados ao CEFET-RS: servidores (professores e funcionários) e alunos. O empréstimo é automatizado, utilizando código de barras na identificação do material e do usuário.

Levantamento bibliográfico.

COMUT.

Orientação e normalização de trabalhos técnico-científicos.

A reprografia do material pode ser feita no mesmo prédio. O setor de Audiovisual não está vinculado a Biblioteca. Os alunos tem acesso a Internet através dos laboratórios de Informática.

ITEM	Comentários		
Reprografia	() Satisfatório	() Insatisfatório	() Inexistente
Catalogação	() Satisfatório	() Insatisfatório	() Inexistente
Informação ao usuário	() Satisfatório	() Insatisfatório	() Inexistente
Informatização	() Satisfatório	() Insatisfatório	() Inexistente
Sistema de recuperação de informações	() Satisfatório	() Insatisfatório	() Inexistente
Internet	() Satisfatório	() Insatisfatório	() Inexistente
Empréstimo	() Satisfatório	() Insatisfatório	() Inexistente
Recursos Audiovisuais	() Satisfatório	() Insatisfatório	() Inexistente
Recursos de Multimeios	() Satisfatório	() Insatisfatório	() Inexistente
			<i>Exclusivo do MEC</i>

5.4.5.6. Horário de Funcionamento.

- A Biblioteca deverá funcionar obrigatoriamente no horário do curso e mais um horário complementar.

Quadro de Horários							
Biblioteca	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo

Início	8h	8h	8h	8h	8h		
Término	12h15min	12h15min	12h15min	12h15min	12h15min		
Início	13h15min	13h15min	13h15min	13h15min	13h15min		
Término	22h	22h	22h	22h	22h		

5.4.5.7. Mecanismo e periodicidade de atualização do acervo.

O acervo é expandido a qualquer época com base nas solicitações dos coordenadores dos cursos. As aquisições são realizadas através do CEFET-RS (recursos do Tesouro Nacional) e da FUNCEFET (recursos privados)

5.4.5.8. Recursos Humanos

Anexar cópia do diploma do(a) bibliotecário(a) e registro profissional.

Descrever a qualificação, o regime de trabalho, o tipo de vínculo profissional com a instituição mantida e o horário de trabalho de cada profissional da biblioteca.

Ceila Rejane Mendonça Soares
Bibliotecária Documentalista – CRB 10/926

Lucilena Velleda Meirelles
Bibliotecária Documentalista – CRB 10/530

APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Nadjna Rodrigues da Silva
Auxiliar Administrativo - 7h30min – 12h30min / 13h30min – 16h30min

Lúcia Brígido Gouvêa
Assistente Administrativo 9h – 12h / 13h – 18h

Vilson Renato Leal da Silveira
Assistente Administrativo 8h – 12h / 18h – 22h

Izabel Cristina Carapina
Auxiliar Administrativo 8h – 12h / 13h – 18h

Larissa Ortiz da Fontoura
Assistente Administrativo 8h – 12h / 13h – 18h

Maria de Lourdes Borges Conceição
Assistente Administrativo 13h – 19h

Luiz Artur Borges da Conceição
Assistente Administrativo 7h30min – 12h30min / 18h – 22h

BOLSISTAS

Milena Gayer Aires	Horário: 8:00 – 12:00
Marta Elisane Duarte Ribeiro	Horário: 8:00 – 12:00
Fábio Gidião Gonçalves	Horário: 13:30 – 17:30

Elias Ricardo da S. Neves	Horário: 14:30 – 18:30
Carlos Campos Robaert	Horário: 18:00 – 22:00
Itamony Bandeira Lima Barros	Horário: 18:00 – 22:00

Quantos profissionais compõem o corpo técnico?	
	Sim ou Não
Os profissionais possuem formação técnica oficial?	
Corpo técnico é um número suficiente para atender à demanda de serviço?	
O recurso humano é satisfatório ?	
<i>Exclusivo do MEC</i>	

6. PARECER DA ANÁLISE TÉCNICA DA COMISSÃO AVALIADORA

- O Parecer da Comissão Técnica é o ponto de partida para os trabalhos da Comissão Avaliadora. Esta última deverá completar a análise do processo de reconhecimento do curso.

Exclusivo do MEC – Análise Técnica

Profº. M.Sc Aléssio Trindade de Barros – CEFET-PB

SIAPE: 1062828

7. ANEXOS

- Trâmites do MEC
- Da Mantenedora – Pessoa Física
- Da Mantenedora – Pessoa Jurídica
- Da Instituição de Ensino
- Cópia dos atos legais
- Projeto para Curso
- Dados Gerais do Curso
- Organização e Desenvolvimento Curricular
- Corpo Docente
- Qualificação do Coordenador do Curso
- Infra-estrutura Física e Recursos Materiais
- Infra-estrutura de Acessibilidade às Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais
- Infra-estrutura de Informática
- Infra-estrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso
- Biblioteca
- Planejamento Econômico e Financeiro
- Outros